

A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELCTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1967/1970)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General José Campos de Aragão

Diretor-Secretário — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL — 1967

EFETIVOS:

Mar João Baptista de Mattos

Cel José de Sá Martins

Maj Sady de Almeida Vale

SUPLENTES:

Gen Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

Maj Lauro Lima Santos

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Redatores: Ten-Cel Inf Eduardo de Ulhoa Cavalcanti

Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi

Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria

Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."



DIA DO SOLDADO

Comemora-se o "25 de Agôsto" sob o impacto do desaparecimento de um grande soldado. Sem dúvida, um dos nossos melhores dêste século. Perdemos Humberto de Alencar Castello Branco, soldado de valor incontestável.

No Império e na República, o Exército Brasileiro tem dado ao País homens notáveis. Desassombrados, enérgicos, inteligentes, patriotas, servidores. Homens oportunos, atuantes, presentes nos momentos decisivos. Atentos aos objetivos permanentes da nacionalidade brasileira. Guardiães dos reais valores a preservar. Homens com a perspectiva da História, conscientes das autênticas aspirações populares. Discutidos alguns, nas suas atitudes conjunturais, indiscutíveis na eternidade de seu patriotismo e de seus propósitos. Caxias, Osório, Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Rondon, Hermes, Góis Monteiro, Dutra, Canrobert.

Além dêsses, que a oportunidade histórica levou ao conhecimento da Nação inteira, há os que se situaram no plano profissional e afirmaram seu valor na liderança, na cultura e no pensamento, exclusivamente militares: Tasso Fragoso, J. B. Magalhães, Correia Lima, Alexandre José Gomes da Silva Chaves, José Pessoa, Dias Campos, Renato Batista Nunes, José Bernardino Borman. E tantos outros, para glória

nossa, em plena atividade, como Leitão de Carvalho, Fiúza de Castro, Tristão de Alencar Araripe, Mascarenhas de Moraes.

Não fôra a Revolução de Março e a difícil missão que lhe coube desempenhar em consequência de seu triunfo, Castello Branco teria sido uma glória exclusiva do Exército Brasileiro, a que serviu e honrou, de 1918 a 1964, inteiramente devotado à instrução e ao ensino militar. Soldado autêntico e completo, na paz e na guerra.

Castello, neste século, identifica-se a Caxias, no século passado, na firmeza da vocação militar.

Em verdade não é só a História que proporciona a Caxias a oportunidade de ser o Pacificador, a espada do Império, o esteio da Unidade Nacional, mas é Caxias quem faz a História.

A Castello coube também ser o principal mantenedor da Integração e da Unidade nacionais, no momento em que a Nação estava prestes a esfacelar-se, mil vêzes dividida pela guerra revolucionária comunista.

Caxias e Castello, em diferentes épocas, representam a mesma capacidade de organização, o mesmo entusiasmo profissional, o mesmo amor ao Exército.

Se Caxias é o espírito legalista, Castello é a vida "entregue única e exclusivamente aos afanosos trabalhos de preparação militar, alheado a tudo que não fôsse estímulo e incitamento à maior eficiência técnica do Exército", sabendo discernir, no transe definitivo, que a defesa da legalidade estava na sobrevivência das Forças Armadas e da Democracia.

Em ambos, a preocupação com a instrução e o ensino, a tenacidade e a determinação, o sentimento e a nobilitação da autoridade.

Nos Apeninos, Castello repete Caxias nos pântanos paraguaios: a clareza de concepção dos planos operacionais, a imaginação criadora aliada à objetividade da execução, a visão estratégica e a habilidade tática, a coragem física e moral, a capacidade e a vocação para a vitória.

Em Carias e Castelo, o mesmo sentimento do dever, a mesma capacidade de total consagração à missão.

"A Defesa Nacional" nasceu em 1913, do ideal militar do Exército entregue a seus deveres profissionais. Nasceu quando uma geração de verdadeiros soldados se empenhavam a fundo em grande campanha de soerguimento da eficiência das Forças Terrestres.

Assinalando o desaparecimento de Castelo Branco, "A Defesa Nacional" chora a perda de um grande soldado, que viveu por êsse ideal. Poucos, neste século, terão feito mais e melhor pelo desenvolvimento da cultura militar, finalidade desta publicação.

Resta-nos a convicção de que o sol da História, na trajetória incessante, iluminará a figura de Castelo — soldado e estadista — projetando sua sombra cada vez maior na vida brasileira.



"A JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA"

ARILDO DE ALBUQUERQUE
Da Academia Paranaense de Letras

*Humberto de Alencar Castello Branco,
Cujo nome é um perfeito verso heróico,
Decassílabo usual das epopéias,
E cuja vida foi exemplo homérico
De bravura, civismo, probidade,
Teve, ó Brasil, fim trágico mas épico.
Qual condor atingido em pleno vôo
Por um raio mortal, êle caiu
Na terra cearense, em meio às árvores
Onde canta a jandaia e a brisa, ainda,
Recordando Iracema, espalha o aroma
Dos seus lábios de mel. Morte ideal
Que começou no azul do firmamento
E no verde da mata consumou-se,
Num derradeiro abraço ao chão natal.
O espírito, porém, do patriota,
Tudo aquilo que fez sinceramente
Pela maior grandeza da nação,
Há de permanecer vivo, esplendente
Como um facho de luz, a iluminar
Os caminhos que levam ao progresso.
E quando se fizer plena justiça
À contribuição que êle emprestou
Ao desenvolvimento do país,
Quando a História afinal serenamente,
Porque então livre das paixões humanas
Capazes de influir no julgamento,
Julgar as qualidades do estadista,
As gerações futuras cultuarão,
Com reverência unânime, a memória
De um dos maiores vultos nacionais,
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO!*



MARECHAL
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

NOTAS BIOGRÁFICAS SÔBRE O

MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

- Nasceu em Fortaleza (Ceará) em 20 de setembro de 1899, filho de Cândido Borges Castello Branco e Antonieta Alencar Castello Branco.
- O pai era militar de carreira, natural do Piauí. Alcançou o posto de General-de-Brigada. Foi escritor militar de mérito, deixando um Vocabulário Militar e um Consultor Militar. A mãe descendia de José de Alencar. O casal teve seis filhos: Cândido, Lauro, Humberto, Lourdes, Nina e Beatriz.
- Fêz os primeiros estudos em Fortaleza, mas, acompanhando o pai, ao longo de sua carreira, estudou em Cuiabá, no Recife, e, finalmente concluiu o curso secundário no Colégio Militar de Porto Alegre.
- Em 1918, 1919 e 1920, cursou a Escola Militar do Realengo, de onde saiu Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 18 de janeiro de 1921. Foi aluno mediano, mas os conceitos sobre ele formulados já assinalavam o seu valor moral.
- Iniciou a carreira de oficial, em 1921, em Belo Horizonte, no 12º Regimento de Infantaria, onde foi Aspirante, 2º e 1º Tenentes.
- Em 1922, casou-se, em Belo Horizonte, com Argentina Vianna Castello Branco. Do matrimônio, nasceram dois filhos: Antonieta e Paulo.
- Em 1924, ainda 1º Tenente, fêz o Curso de Aperfeiçoamento, conquistando o 2º lugar em sua Arma.
- Em 1925 voltou a Belo Horizonte, onde permaneceu até o fim de 1926. Participou de operações militares, comandando um destacamento do 12º RI, na defesa da legalidade contra os revolucionários. Operou no Sul de Mato Grosso e na Bahia. Os elogios que mereceu nessa campanha já assinalavam possuir "as qualidades do verdadeiro soldado".
- Em 1927 e 1928, foi instrutor de Infantaria na Escola Militar do Realengo, onde ficaram bem marcados "o grande espírito militar e a alta competência profissional".

- Em 1929, 1930 e 1931, ainda 1º Tenente, foi aluno da Escola de Estado-Maior, então sob a orientação da Missão Militar Francesa, conquistando o 1º lugar de sua turma.
- Em 1932, estagiou no Estado-Maior do Exército e foi promovido a Capitão.
- Em 1933, voltou à Escola Militar, onde foi Adjunto do Diretor do Ensino Militar, servindo sob as ordens do então Coronel João Baptista Mascarenhas de Moraes.
- Em 1934, foi Professor de Tática na Escola de Estado-Maior, onde se destacou por "aptidão didática e inextinguível dedicação às suas funções".
- Em 1935, foi transferido para Curitiba, servindo no 15º Batalhão de Caçadores, destacando-se, nos elogios de seus superiores, "grande capacidade de trabalho e excepcional espírito militar".
- Em 1936, voltou à Escola de Estado-Maior, sendo Professor de Tática e de História Militar.
- Em 1937 e 1938, cursou a Escola Superior de Guerra de Paris, sendo promovido a Major, por merecimento, em maio de 1938. Foi considerado dos melhores alunos de sua turma na França.
- Em 1939 e 1940, esteve outra vez na Escola de Estado-Maior, como Professor de Tática e História.
- No princípio de 1941, foi Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, sendo, posteriormente, designado para a Escola Militar do Realengo, onde, até 1943, comandou o Batalhão de Infantaria de Cadetes. Aí foi promovido a Tenente-Coronel, por merecimento.
- Em 1944, foi mandado realizar um estágio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Ao retornar, passou à disposição do General-de-Divisão Mascarenhas de Moraes, a fim de cooperar na Força Expedicionária Brasileira.
- No 2º semestre de 1944 e no 1º de 1945, esteve na Itália, em operações, com a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (Força Expedicionária Brasileira), exercendo as funções de Chefe da Seção de Operações. Foi o verdadeiro cérebro da FEB, havendo também colaborado com os comandos norte-americanos, do 4º Corpo e do V Exército. Dêle disse Mascarenhas de Moraes: "Chefiou com destacado brilhantismo a 3ª Seção". "Invulgar destemor debaixo do fogo." Ardor profissional, capacidade de ação e ânimo sereno diante

do perigo e das responsabilidades." "Nossos sucessos repousaram em grande parte no valor pessoal desse oficial, sua energia física e moral, bravura, capacidade profissional e continuidade de esforço." Participou de todas as ações da FEB e recebeu, entre outras medalhas, a Cruz de Combate de 1ª Classe e a "Bronze Star".

- Ao retornar, foi promovido a Coronel, por merecimento. Em fins de 1945, integrou a Comissão que visitou os campos de batalha da Europa.
- Em 1946, 47 e 48, foi Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, cabendo-lhe a tarefa do aproveitamento dos ensinamentos da 2ª Grande Guerra Mundial.
- Em 1949, 50, 51 e 52, serviu no Estado-Maior do Exército, onde chefiou a 3ª Seção e a Seção de Operações da Subchefia de Planejamento. Em 1951, foi Assessor Militar da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Washington. Em 12 de agosto de 1952, foi promovido a General-de-Brigada.
- Iniciou o generalato como Comandante da 10ª Região Militar, sediada em sua terra natal, ali permanecendo até 1954.
- Em fins de 1954 foi servir no Estado-Maior das Forças Armadas, sob as ordens do Marechal Mascarenhas, exercendo as funções de Subchefe do EMFA.
- Em 1955, foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde operou reformas vitais.
- Em 1956, 57 e 58, integrou a Escola Superior de Guerra, onde foi aluno, Assistente do Comando, Diretor do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e Diretor do Departamento de Estudos. Nesse posto, coube-lhe contribuir, decisivamente, para alertar a consciência militar contra o perigo da Guerra Revolucionária Comunista, em expansão no mundo inteiro. Pode-se dizer que foi o dinamizador das idéias centrais de defesa da democracia contra a subversão.
- Em 25 de agosto de 1958, foi promovido a General-de-Divisão, sendo, em consequência, nomeado Comandante Militar da Amazônia, com assento em Belém, onde permaneceu durante o ano de 1959.
- Em 1960 foi Diretor do Ensino e Formação.
- Em 1961, foi Diretor-Geral do Ensino.

- Promovido a General-de-Exército, em 25 de julho de 1962, foi mandado comandar o IV Exército, com o seu Quartel-General no Recife. Coube-lhe preparar meticulosamente todos os planos militares, graças aos quais, na hora precisa, pôde o IV Exército opor-se vitoriosamente à Subversão. Quando em serviço no Recife, faleceu sua espôsa, D. Argentina.
- Em 13 de setembro de 1963, empossou-se como Chefe do Estado-Maior do Exército, onde viria a ser a peça decisiva na articulação do movimento cívico-militar que haveria de se opor ao caos, restaurando a ordem, a lei, a disciplina e a autoridade.
- Vitoriosa a Revolução de 31 de Março, foi eleito Presidente da República, pelo voto do Congresso Nacional, no dia 11 de abril. No dia 13, passou as funções de Chefe de Estado-Maior e, no dia 15 de abril de 1964, perante o Parlamento, empossou-se na Suprema Magistratura do País.
- No seu governo de 1.069 dias, empenhou-se a fundo na recuperação econômico-financeira do País e na ordenação político-social, promovendo inúmeras reformas de base, que possibilitaram novas perspectivas ao Brasil. Restabeleceu no mais alto grau o princípio da autoridade, manteve a ordem, salvando a Nação dos extremos da anarquia e da ditadura.
- Passou o Governo ao seu colega de Colégio e Escola Militar e seu Ministro da Guerra — Arthur da Costa e Silva — no dia 15 de março de 1967.

Faleceu em desastre de aviação, em 18 de julho de 1967.

- Deu o maior exemplo de desapêgo pelo poder. Governou como quem cumpre missão. Se se quisesse caracterizar, numa só palavra, o seu governo, diríamos haver sido o governo da CORAGEM, sobretudo de coragem moral. A coragem da verdade contra a mentira. Do sacrifício. Da impopularidade. De fazer o que deve ser feito em favor do bem comum, ainda que isso prejudique pessoas e grupos.
- São inúmeros os seus trabalhos de natureza técnico-militar, tendo sido considerado um dos profissionais mais capazes das Forças Armadas. Versou sobretudo, questões de Estratégia, de Doutrina Militar, de Tática, de Moral, de História Militar, de Organização e da Geopolítica. Ao longo de cerca de trinta anos foi seguramente um dos maiores pensadores militares brasileiros.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO EXÉRCITO NO POLÍGONO DAS SÉCAS

Major Eng (QEME)
DÉCIO DE ALMEIDA BRASIL

1 — INTRODUÇÃO

Não sendo nordestino e tendo apenas um pouco mais de três anos de serviço no 1º Grupamento de Engenharia, pretendo fazer um breve relato da ação que aquela Unidade do Exército vem desempenhando normalmente no cumprimento de suas missões e na ocorrência de uma crise climática no Nordeste Brasileiro, abordando com maiores detalhes o problema da Assistência Social, que é encarada com muita seriedade no cumprimento dessas mesmas missões, louvando-me, principalmente, em alguns relatórios e dados e impressões pessoalmente colhidos.

2 — O NORDESTE BRASILEIRO

a — Caracterização da área :

(1) Delimitação :

O Conselho Nacional de Geografia divide o território nacional em cinco Grandes Regiões Naturais, diferenciadas entre si como unidades geográficas e bem caracterizadas por seus meios físico, biológico e humano. A Grande Região Natural do Nordeste abrange o NE do Maranhão, grande parte do Piauí, o Ceará, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o N da Bahia.

O Polígono das Sêcas é a área interior à poligonal fixada pela Lei n. 1.348 de 1951. que compreende a região mais diretamente afetada pelas irregularidades climáticas, fato marcante da região, delimitada para fins de intervenção governamental de assistência e socorro. São seus vértices principais: João Pessoa (Pb), Natal (RN), Fortaleza (Ce), Parnaíba (Pi), Gilbuês (Pi), Barra (Ba), Pirapora (MG), Amargosa (Ba), Canhoba (Se), Gravatá (Pe) e João Pessoa (Pb).

(2) Localização :

Situado no grande saliente da América do Sul, entre os paralelos 3° e 10° de latitude Sul, fica totalmente localizado na zona intertropical sul, na mesma situação do Equador, Peru, Angola, Congo, Tanganica, Indonésia e Nova Guiné.

(3) Extensão :

A Região Nordeste abrange uma extensão aproximada de 1 milhão de km² dos quais cerca de 60% compreendidos no Polígono das Sêcas que contém ainda cerca de 400.000 km² de áreas de Estados da Região Leste. Como vemos, a área abrangida pelo Polígono das Sêcas é aproximadamente equivalente à Região Nordeste inteira.

(4) Geologia :

A área tem a maior parte de seu solo constituído de formações antigas, imensos afloramentos do complexo cristalino. Ao longo do litoral estende-se uma faixa contínua, mais larga na costa do Rio Grande do Norte e em Alagoas onde encontram-se terrenos terciários, com ocorrências do quaternário, representadas pelos recifes e pelas várzeas e mangues nas costas baixas.

(5) Relêvo :

A área apresenta-se principalmente como um extenso planalto porém não muito elevado (250-500 m) sendo mais alta nas proximidades do litoral leste, na Serra da Borborema e no colar de chapadas que cercam o Ceará (Ibiapaba, Araripe e Apodi).

Ao longo do litoral a faixa costeira estende-se em planícies de pequena altitude, cuja largura é considerável ao N e vai se estreitando para o S.

No limite S da região encontra-se a grande depressão do São Francisco, que quebra a continuidade do relêvo alto, representado no lado S pela Chapada Diamantina.

(6) Climatologia :

As condições da circulação geral da atmosfera, cujos ventos dominantes são os alísios do SE, a proximidade envolvente do mar, o relêvo desfavorável barrando próximo ao litoral a correntes dos ventos úmidos de SE e, principalmente, uma estrutura geológica desfavorável, determinam, em longos traços, os seguintes tipos climáticos: **quente e úmido** no litoral, **fresco e relativamente úmido** nas serras e **quente e seco** no restante do interior. no sertão.

É este último tipo climático que representa o fator geográfico dominante da Região Nordeste, a semi-aridez, por abranger a maior parte do território diretamente submetida à sua ação e por influenciar fortemente, nos seus efeitos gerais as áreas úmidas que o contornam.

Caracteriza-se por uma deficiência relativa de chuvas que são distribuídas muito irregularmente durante o ano, ocasionando periodicamente insuficiências graves durante dois e mais anos sucessivos, determinando o flagelo regional das secas. As chuvas precipitam-se com grande intensidade e, não encontrando um solo acolhedor que favoreça a infiltração, ao contrário, geralmente desnudado e acelerando o escoamento superficial em grandes torrentes, ocasionar grandes cheias nos cursos d'água e a conseqüente erosão degradante do solo. A salinização das águas e dos solos conseqüente da dissolução dos sais dos solos desnudos pelas águas superficiais é agravada pela intensa evaporação que ainda desfalca as acumulações de águas superficiais. Essa conjuntura físico-geográfica determina a semi-aridez nordestina.

(7) Hidrografia :

Devido sobretudo a essa semi-aridez o regime fluvial da quase totalidade da rede hidrográfica é torrencial, com acentuada intermitência, correndo em duas ou três ocasiões por ano, durante poucos dias ou mesmo horas. Da intensa erosão nos antigos terrenos, resultaram as gargantas ou boqueirões, sítios preteridos para a localização dos açudes que se destinam a corrigir a irregularidade hidrográfica, retendo as grandes cheias e acumulando reservas para os períodos secos.

Na periferia da região estão os dois grandes cursos d'água que, perenes, ocupam com as suas bacias quase a metade da área regional: o Paraíba e o São Francisco, sendo que o último, apesar de formado na Região Leste, detém quase todo o potencial hidroelétrico do Nordeste.

(8) Ecologia regional :

A subdivisão da Região Nordeste em unidades menores é muito complicada em virtude de se tratar de uma das regiões de transição do globo terrestre, apresentando contrastes freqüentes em zonas vizinhas. Como notícia enumeram-se os principais tipos de paisagens regionais com as denominações mais aceitas, podendo aparecer outras denominações, porém quase sempre variantes ou combinações desses tipos básicos :

- campos e cocais
- litoral e mata

- agreste — transição do litoral úmido para a zona seca do sertão
- sertão — que ocupa o grande espaço central nordestino.

b — O Problema do Nordeste :

O Nordeste Brasileiro, com sua população de quase 25 milhões de habitantes, constitui o maior problema de subdesenvolvimento do Hemisfério Ocidental. Como costuma acontecer em regiões em que é baixo o nível de renda, pois a renda média de sua população não alcança os 100 dólares, sendo similar à das populações do Sudeste Asiático e do Continente Africano, o grau de concentração da riqueza é extremamente elevado vivendo a grande maioria das populações urbanas e rurais em condições de extrema precariedade, que se traduzem em elevados índices de mortalidade infantil e em curto prazo de vida.

Em virtude de ser muito baixa a produtividade média, a economia do Nordeste está sujeita a crises periódicas causadas pelas secas que assolam extensas áreas. Ao incidir esse fenômeno, toda a região é atingida por graves transtornos em sua economia, com repercussões de várias ordens que se fazem cada vez mais grave com o crescimento demográfico.

Já vimos anteriormente que a Região Nordeste pode ser subdividida em várias regiões menores, porém, para uma melhor compreensão do problema e de uma maneira geral, podemos dizer que compreende uma faixa litorânea úmida e um extenso hinterland semi-árido. Ao N, no Maranhão, a faixa úmida alarga-se, integrando-se na floresta amazônica, ao passo que nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte a região semi-árida avança até o mar.

A população do Nordeste está concentrada principalmente na faixa úmida oriental, que é tradicionalmente uma região produtora de açúcar. A especialização agrícola, assegurada pelo sistema de latifúndios da economia açucareira, impõe às cidades litorâneas pesados ônus, como sejam uma constante escassez de alimentos de consumo popular e uma concentração sempre crescente dos excedentes de mão-de-obra. Dentro da própria zona rural úmida, especializada na produção de açúcar, é permanente a escassez de alimentos, dada a total insuficiência da produção local. Devendo abastecer-se de alimentos trazidos de regiões distantes, as cidades do Nordeste úmido viram, desde cedo, frustrarem-se suas possibilidades de industrialização.

No *hinterland* semi-árido, a economia desenvolveu-se, a princípio, à base da pecuária extensiva. Mais tarde porém, a agricultura de exportação tendeu a predominar com a produção de uma variedade de algodão que é resistente à semi-aridez do clima. O desenvolvimento agrícola permitiu aumentar a renda bruta da região,

porém tornou-se ainda mais vulnerável ao fenômeno das secas em virtude de ter havido necessidade de maior quantidade de mão-de-obra que, para ser alimentada, trouxe também a necessidade da produção de alimentos em maior escala, levando à utilização de terras mais e mais afetadas pela irregularidade climática. Em razão disso, as dimensões sociais do problema das secas cresceram nos últimos anos.

O problema do Nordeste agravou-se nos dois últimos decênios como decorrência de medidas visando à industrialização da Região Centro-Sul do país, pois a região mais pobre e tipicamente fornecedora de produtos primários foi submetida a forte drenagem de renda proveniente de suas exportações, como resultado da proteção da indústria interna nascente.

No entanto está o Governo no presente momento, com as atenções voltadas para esta vasta região e está acionando a SUDENE, órgão executor de sua política de desenvolvimento no Nordeste, a fim de que seu Plano Quinquenal seja inteiramente executado.

3 — O EXÉRCITO — O 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

a — Resumo histórico :

Dentre os elementos heterogêneos que compõem o grande todo que é o Exército, pode-se afirmar, sem o menor menosprezo pelas armas e serviços irmãos, caber à Engenharia papel predominante no campo social dadas as missões que desempenha em tempo de paz. As estradas de ferro ou de rodagem, desde o seu projeto até a conserva ou restauração, são tarefas que tanto cabem na paz como na guerra.

Aproveitando essa capacidade da Engenharia de fazer efetivamente na paz o que terá de realizar na guerra, tem o Brasil dela se utilizado desde os tempos do Império.

A utilidade da Engenharia levou os Governos à sucessiva criação de Unidades especializadas na construção, bem como à constituição de outras organizações menores, as Comissões, para a realização de determinada tarefa.

Quatro Batalhões, sendo dois Ferroviários e dois Rodoviários, foram lançados, inicialmente, na construção de ligações da mais alta importância entre os grandes centros do Rio e São Paulo com o extremo Sul do país, a BR-2 e o TPS, que têm grande significação no quadro das realidades nacionais.

Ultimamente, pelo Decreto n. 37.221 de 27 Abr 1955, no Governo do Presidente Café Filho, foi criado o 1º Grupamento de Engenharia considerado pelo referido Decreto também como Comissão Cons-

trutora do Nordeste. A nova Unidade era constituída pelos três Batalhões de Engenharia criados três meses antes, pelo Decreto número 37.787 de 19 Jan 1955: o 1º Btl Rv em Caicó (RN), o 3º Btl Fv em Campina Grande (Pb) e o 4º Btl Fv em Crateús (Ce), destinados à execução de obras rdo-ferroviárias e contra as sêcas no Nordeste, nas bases constantes do Convênio aprovado pelo Decreto n. 37.134-A de 5 Abr 1955. Inicialmente a sede do Grupamento funcionou em Campina Grande, justaposta ao quartel do 3º B Fv. A 8 Out 1955 mudou-se para Natal e a 26 Abr 1956 instalou sua sede definitiva na cidade de João Pessoa.

Em janeiro de 1956 foi criado, também como integrante do Grupamento, o chamado Batalhão de Serviços de Engenharia, unidade ímpar no Exército Brasileiro, que se instalou na cidade de Natal.

Em dezembro de 1957, com o Decreto n. 42.921, o 1º Grupamento de Engenharia foi reorganizado, tendo sido então mudadas as antigas denominações de Batalhão Rodoviário ou Ferroviário para Batalhão de Engenharia de Construção, trocadas as sedes de alguns de seus Batalhões e criado um outro, o 2º Batalhão, em Teresina.

Em junho de 1960, o Decreto n. 48.307 transformou o Comando do Grupamento que era até então assemelhado, para todos os efeitos, ao escalão Regimento, em Grande Comando, passando as funções de Comandante a ser privativas de Oficial-General Combatente. do posto de General-de-Brigada.

b — Organização :

O dispositivo do Grupamento no Polígono das Sêcas abrange, além dos Batalhões de Construção, um Destacamento e duas Residências Especiais, assim localizados :

- Quartel-General do Grupamento em João Pessoa (Pb)
- 1º B E Construção em Caicó (RN)
- 2º B E Construção em Teresina (Pi)
- 3º B E Construção em Natal (RN)
- 4º B E Construção em Crateús (Ce)
- Batalhão de Serviços de Engenharia em Campina Grande (Pb)
- Destacamento Petrolina-Salgueiro em Petrolina (PE)
- Res Especial do Açude Curimatá em Curimatá (Pb)
- Res Especial do Açude Marechal Dutra (ex-Gargalheiras) em Acari (RN).

São êsses, portanto, os elementos de execução do Grupamento sendo que o B Sv E foi criado com o fim nitidamente logístico de atender, reforçar ou mesmo cobrir as falhas na consecução dos ob-

jetivos das demais unidades. Ainda não estava inteiramente desenvolvido quando surgiram as primeiras notícias de sua provável extinção. Os meios de que necessitava para ficar plenamente capacitado ao cumprimento de sua importante missão são onerosos e, não dispondo de verbas específicas, a aquisição desses equipamentos teria de ser feita a longo prazo integrando-se aos poucos na sua alta finalidade.

As Residências Especiais são elementos executivos organizados com meios buscados nas fileiras dos B E Cnst ou do B Sv E, diretamente vinculados ao QG, e encarregados especificamente de determinadas obras cuja execução interesse particularmente ao Comando, são eminentemente temporárias e revelam a grande flexibilidade com que pode o Grupamento adaptar-se às condições que lhe impõem as suas missões.

Os B E Cnst constituem a massa com que conta o Gpt para a execução das variadas missões. Possui cada um dos Batalhões 3 Cia E Cnst que são os elementos normais de emprêgo para a construção de estradas, mas estão aptas a um sem número de outros trabalhos complementares, como sejam o preparo de suas próprias instalações, erguendo galpões, edifícios simples, montando casas de força, oficinas elementares, captando e tratando água, etc.. Para atender os trabalhos que exijam o emprêgo de maquinaria pesada e numerosa, dispõem ainda os Batalhões da sua Companhia de Equipamento de Engenharia orgânica, normalmente aquartelada na sede do Batalhão e que pode ser utilizada completa ou por Pelotão de Equipamento destacado, trabalhando isolados em Residências próprias ou em apoio às Cia E Cnst. A Companhia de Comando e Serviços enquadra os elementos da burocracia e dos serviços diários do Batalhão, tendo ainda a missão de instrução dos recrutas de todo o Batalhão entregando-os prontos já mobilizáveis, às demais Companhias.

c — Missões gerais :

Os trabalhos a cargo do Grupamento são considerados pelo Decreto n. 41.232 de 9 Abr 1957, "de alto interesse para a Segurança Nacional". O citado decreto determina ainda textualmente :

— a missão atribuída ao 1º Grupamento de Engenharia é considerada **serviço nacional relevante** não só pela sua alta finalidade estratégica, como ainda pela obra educacional e de Assistência Social que realiza, favorecendo sobremodo a integração do Nordeste na comunhão nacional;

— o Ministério do Exército deverá promover junto aos Ministérios e órgãos competentes as diligências que se fizerem necessárias no sentido de assegurar o rápido andamento dos trabalhos a cargo do Grupamento.

O 1º Grupamento de Engenharia tem quatro espécies de missão:

— os encargos normais das unidades militares da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro, abrangendo a formação de reservas através da incorporação anual, a instrução dos quadros de oficiais, subtenentes e sargentos, o preparo da mobilização, as questões de justiça e disciplina, etc;

— a construção de rodovias, ferrovias e obras de açudagem e irrigação em vasta área do Polígono das Sêcas;

— a missão de Assistência Social aos seus componentes e familiares;

— o amparo às populações nas regiões onde executa os seus trabalhos, nos períodos de crise climática.

Para fins militares o Grupamento está subordinado ao Comandante do IV Exército, sediado no Recife. Suas diferentes unidades, na parte militar, dependem também dos Comandos das 7ª e 10ª Regiões Militares.

Sob o ponto de vista das obras delegadas, o Grupamento depende diretamente da Diretoria de Vias de Transporte sediada no Rio de Janeiro e que é uma das Diretorias integrantes da Diretoria-Geral de Engenharia e Comunicações, do Departamento de Produção e Obras do Ministério do Exército.

Na parte da execução das obras, as Unidades do Grupamento ligam-se também aos seguintes Departamentos do Ministério de Viação e Obras públicas: Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF).

Como órgão federal de execução de obras no Nordeste, são também cada vez mais estreitas as vinculações do Grupamento com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Até agora o representante do Estado-Maior das Forças Armadas no Conselho Deliberativo da SUDENE tem sido o próprio Comandante do Grupamento.

4 — A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO 1º GPT E

O órgão executor da missão de Assistência Social para todo o pessoal civil e militar do Grupamento, no Quartel-General ou nas Unidades, é o Serviço de Assistência Social (SAS).

Ele tem como finalidade remover ou, pelo menos, atenuar as dificuldades de vida e de trabalho ocasionadas pela falta de recursos básicos nas regiões onde operam os diversos órgãos do Grupamento. A família do trabalhador é assistida sob variados aspectos,

a fim de ter melhoradas as suas precárias condições de vida em virtude dos baixos salários regionais. Assim é que foi adotado um sistema cooperativo por meio do qual são proporcionadas aos militares, aos trabalhadores e às suas famílias, as facilidades de um crédito no armazém e na farmácia, assim como lhes é dada toda a assistência possível à educação, à saúde e a outros aspectos.

O SAS compreende uma Direção, um Órgão de Informação e vários Órgãos de Execução que são os Setores.

A Direção do SAS cabe ao próprio Comandante da Unidade que conta com auxiliares diretos para exercê-la. Esses auxiliares podem ser militares que acumulam essas funções com as outras normais da Unidade ou civis especialmente contratados e remunerados pelo próprio SAS.

A Secretaria mantém o registro dos beneficiários, faz os levantamentos necessários ao bom funcionamento do SAS e movimenta o seu expediente.

Os Setores são em número variável podendo aumentar ou diminuir conforme as circunstâncias do momento ou de acôrdo com as conveniências da experiência que vai sendo adquirida. De acôrdo com a última informação disponível, os Setores atualmente são em número de nove com as seguintes denominações: Saúde, Suprimento, Educação, Transportes, Habitação, Recreação, Publicação, Laboratório Farmacêutico e Diversos.

O SAS dispõe de um fundo constituído das seguintes parcelas:

- contribuições de militares e civis
- rendas dos diversos setores
- verbas de Assistência Social de entidades públicas (por exemplo 1% das verbas do DNER)
- indenizações diversas de serviços (como transportes, publicações, etc)
- empréstimos obtidos
- doações, que pode receber, desde que sejam incondicionais.

Os recursos do SAS são controlados como quaisquer outros, através de balanços e prestações de conta.

Não será examinado ponto por ponto o funcionamento dos diversos Setores do SAS, porém deve-se chamar a atenção para alguns pontos mais salientes e importantes desse funcionamento e que têm proporcionado ao Grupamento algum destaque no seio da população nordestina.

a — Saúde :

Esse Setor, constituído dos subsetores Médico, Odontológico, Farmacêutico e Laboratório de Análises Clínicas, é organizado na

base de Postos Médicos aos quais se associam os demais órgãos nas sedes das Unidades e de Postos de Socorro ou de Postos Móveis para atender às Companhias e Residências destacadas e que têm a amplitude que fôr necessária.

O Pôsto do Quartel-General é um Hospital, dotado de meios que lhe permitem o funcionamento real de uma ótima sala de operações e de uma maternidade, dotadas de excelente aparelhagem.

A organização de um Hospital-Volante, o Clinomóvel, dotado de um aparelho de abreuografia fornecido pelo Ministério do Exército e de um serviço completo de vacinação em massa, é outro ponto de destaque do Setor. Tem capacidade de atingir as mais longínquas cidades do interior nordestino e obteve um grande rendimento no levantamento torácico e na vacinação do pessoal, quer dos trabalhadores do Grupamento e de suas famílias, quer das populações locais, numa tentativa de levar ao interior a medicina preventiva ao homem.

b — Suprimento :

Com a experiência adquirida e com o aumento progressivo do capital, tem melhorado a qualidade dos armazéns reembolsáveis e aumentado a sua quantidade com o deslocamento de estoques cada vez maiores, da sede das Unidades para as Companhias destacadas.

Paulatinamente foi alcançada uma autonomia econômica de tais setores que deixam assim de pesar sobre as verbas de construção. Tal autonomia se torna mais evidente quando se observa que, nos princípios de ano, os armazéns têm auxiliado a vida administrativa de suas próprias Unidades, mantendo em dia os pagamentos do pessoal civil até a chegada das sempre retardadas verbas dos Departamentos do MVOP.

c — Educação :

Os Batalhões estão bem enquadrados no espírito que rege o Setor Educação que, além da alfabetização das crianças, se preocupa também com o seu preparo para melhor viverem no meio em que nasceram, dando-lhes conhecimento de utilidades imediatas. Para isso o Grupamento selecionou um grupo pioneiro de professoras para um Curso de Extensão Rural em Recife, grupo esse que orientou as demais professoras do Grupamento, procurando melhorar o sistema escolar. O processo tem dado ótimos resultados e há uma satisfatória unidade de doutrina nas 25 escolas do Grupamento (segundo últimos dados disponíveis), instaladas nos mais recônditos rincões da zona de ação da Unidade.

d — Laboratório Farmacêutico :

O Laboratório de Produtos Farmacêuticos foi organizado com a finalidade de fabricar produtos injetáveis, comprimidos e uma série de outros medicamentos que foram julgados essenciais no tratamento moderno das doenças que, em larga escala, existem nas zonas de ação das diversas Unidades do Grupamento.

Esse medicamentos, em número superior a 100, são produzidos a preços bem reduzidos em relação aos dos Laboratórios comerciais e são enviados ao interior para serem fornecidos aos operários e respectivas famílias, mediante prescrição médica, sem indenização alguma, dentro da organização social cooperativista estabelecida nos SAS. Convém salientar que a criação do Laboratório do Grupamento não estabeleceu uma espécie de concorrência com os Laboratórios civis, já que o assistido não tem poder aquisitivo para comprar qualquer outro produto que lhe tenha sido receitado pelo médico.

Anteriormente o produto era fornecido pelo SAS, desde que comprovada a real necessidade do trabalhador, por meio de aquisição ou de fornecimento de amostras distribuídas gratuitamente pelos mesmos Laboratórios civis.

Os demais Setores assistenciais, dentro desse mesmo espírito de solidariedade humana, estão funcionando regularmente e em constante aperfeiçoamento.

5 — AMPARO AS POPULAÇÕES FLAGELADAS

a — Ação do 1º Gpt E na Sêca de 1958 :

Convém primeiramente salientar que, apesar de contar com apenas três anos de existência e sem ter vivido uma crise climática de largas proporções, o 1º Gpt E estudou o problema com antecedência, elaborando um anteprojeto de Plano de Emergência, com o objetivo de orientar e amparar os retirantes durante os períodos de sêca, a fim de evitar os atropelos e deficiências que sempre caracterizaram o combate aos efeitos dessa calamidade. No entanto, quando o fenômeno da sêca se desencadeou com toda a sua violência, surgiram algumas falhas, como era natural, principalmente pela falta de entrosamento com os planos de outras entidades e pelo prazo retardado com que eram recebidas as verbas de emergência.

Assim o 1º Gpt E procurou organizar-se e adaptar o seu Plano sob o impacto dos acontecimentos, apesar de aproveitá-lo em grande parte. No entanto como a Unidade ainda estava na fase de organização, teve inúmeras dificuldades iniciais, sendo que as mais sérias foram a falta de ferramentas, o fornecimento de gêneros alimentícios e de medicamentos e a falta de pronto pagamento das verbas.

Sem que possua ferramentas em número suficiente não poderá uma organização oferecer trabalho honesto àqueles que a procuram por ocasião de calamidades. Assim, por ordem expressa do Senhor Ministro do Exército, o Grupamento recebeu do Depósito Central de Material de Engenharia 20.000 picaretas, 18.000 pás, 10 equipamentos de purificação de água e seis caminhões-basculantes, solucionando o seu problema inicial quanto a ferramentas e permitindo a utilização imediata da mão-de-obra excedente.

As verbas de emergência não sendo distribuídas em tempo útil, colocam as entidades governamentais sem possibilidades de pagar aos flagelados, propiciando a realização de empréstimos extorsivos feitos pelos fornecedores e barraqueiros. Entretanto, graças ao seu dispositivo assistencial que dispõem de uma rede de armazéns e postos de saúde, pôde o 1º Gpt E fugir a essas tradicionais soluções. O Grupamento recebia dos armazéns da COAP ou adquiria diretamente todos os gêneros essenciais e com seus próprios meios de transporte ou pelas ferrovias, os remetia para os seus Batalhões, que os faziam chegar diretamente ao flagelado, na base do seu salário diário, evitando os fornecedores e propiciando o desmoroamento da "indústria da seca" na sua zona de ação. Para se ter uma idéia das dificuldades enfrentadas com o fornecimento de gêneros diretamente ao flagelado, basta considerar o volume de mercadorias adquiridas e transportadas para alimentar 40.000 flagelados e suas famílias, na base de cinco pessoas por família, levando-se em conta que cada flagelado podia adquirir com o seu salário 20 quilos de alimentos para si e para sua família por semana.

A parcela que coube ao Grupamento da soma despendida no Nordeste pelo Governo Federal, foi de 7,6% de um total de NCr\$ 8.883.750, isto é, NCr\$ 675.000, que foi empregada da seguinte maneira:

	NCr\$
— folhas de flagelados	423.750
— aquisição de viaturas	49.000
— aquisição de material diverso	137.250
— organização do Depósito de Mobilização	33.000
— atendimento da seca parcial de 1959 no R. G. Norte	32.000

Acredita-se que numa futura emergência, com os conhecimentos já adquiridos permitindo a elaboração de novo Plano, a ação do Grupamento possa ser melhor conduzida, procurando atender com mais eficiência, aqueles que sofrem diretamente os efeitos do flagelo. Com os estudos iniciais, resolveu o Grupamento, entre outras deliberações :

— organizar um Depósito de Mobilização com ferramentas que possibilitem absorver imediatamente cerca de 80.000 trabalhadores, amparando-os e às suas famílias (já preparado);

— estocar material de saúde, mantendo mesmo no Laboratório Farmacêutico uma larga provisão para atender a elevado número de assistidos (já preparado e renovado por rodízio).

O combate à seca foi altamente eficiente dentro do Grupamento, realizado com perseverança e honestidade; dentro do princípio estabelecido de trocar assistência por produção. Realmente, enfrentando com relativo bom-humor, energia e tenacidade, os difíceis problemas apresentados pela situação, disciplinando e harmonizando esforços e vontades, souberam os componentes do Grupamento suportar bem o desconforto da situação e com essa atuação operosa e pertinaz, obtiveram a autoridade necessária perante seus assistidos e granjearam a simpatia de grande parte da população.

b — Ação do 1º Gpt E nas Enchentes de 1960 :

Justamente quando se preparava para atender a uma possível seca no ano de 1960, ameaça decorrente do atraso no início das chuvas (o nordestino limita-se até 19 de março), elas sobrevieram com abundância, fazendo encher e transbordar rios, lagos e açudes.

Com a tragédia do Orós, o Governo Federal houve por bem entregar ao Exército a tarefa de socorro e assistência imediata, dada a maneira como este já se havia desincumbido da missão anterior e com o elevado propósito de coibir abusos e evitar a criação de uma nova indústria — a das enchentes.

Inicialmente foi atribuída ao Grupamento a missão de socorro nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e margem direita do rio Jaguaribe. Posteriormente, por ordem do Ministro da Justiça, coordenador de todos os serviços, essa ação foi adstrita aos dois Estados já citados.

Passando porém todo o serviço ao controle do IV Exército, este resolveu entregar ao Grupamento os encargos em toda a área atingida e que ia desde Sergipe e Alagoas, até o Piauí e parte do Maranhão, onde aliás, desde os momentos iniciais, já estava atuando o 2º B E Cnst.

Em linhas gerais, o socorro aos flagelados das enchentes caracterizou-se, particularmente, na evacuação de áreas atingidas, aquisição e distribuição de alimentos, roupas e remédios, durante a catástrofe. Após a mesma ainda houve um período de alimentação dos flagelados, seguida da distribuição de sementes e inseticidas, que permitiram aos assistidos refazerem as suas pequenas lavouras. Finalmente, foi feito um levantamento das propriedades destruídas ou danificadas e prestado o auxílio necessário à sua recuperação.

Como comentário final dessa nova missão atribuída ao Exército e ao 1º Grupamento de Engenharia quero transcrever aqui, al-

guns tópicos de um artigo publicado, na época, pelo Jornal do Comércio, conceituado diário de Recife :

"Da vez anterior, ou seja, quando da última sêca, não houve o cuidado de colocar os recursos destinados ao amparo dos flagelados, em mãos sobre as quais não pairasse suspeita de mau emprêgo desses meios. No momento, o Governo vai mandar novamente elevadas somas para atender à situação desesperada das populações atingidas pelas enchentes, mas age com maior prudência, certamente para não ser alvo de críticas e da suspeição de conivente com os escândalos denunciados então, confiando a tarefa de socorro às organizações militares, que granjearam o resultado de rigorosas na forma de emprêgo dos d'nhos públicos.

A presença do Grupamento de Engenharia em qualquer iniciativa administrativa, infunde tanta confiança, que se tornou padrão de critério e de honestidade na aplicação de verbas orçamentárias.

O Governo Federal, decidindo como decidiu, deu uma prova do desejo de não assistir o espetáculo lamentável da engorda dos aproveitadores das misérias do povo, enquanto os flagelados curtiavam privações, sofrendo nos seus minguados salários reduções drásticas que importavam na perda de mais de um terço do valor.

Aplaudimos sem restrições a deliberação do Presidente da República, ordenando que as verbas em aprêço sejam aplicadas pelas autoridades militares, cabendo na Paraíba essa humanitária tarefa ao 1º Gpt E, cuja atuação passada e presente vale como um padrão de honestidade e de patriotismo".

6 — CONCLUSÃO

O 1º Gpt E por sua nobre e del'cada missão de Assistência Social, seja nos períodos normais, seja na emergência de uma crise climática, está contribuindo poderosamente para a melhoria da ação governamental no Nordeste, principalmente no setor social.

A interiorização das Unidades leva bem para o interior as melhores condições de vida, higiene e educação a grande número de crianças e adultos, que não teriam outra espécie de assistência, se não fôsse aquelas levadas pelos SAS dos Batalhões.

Assim, no campo da saúde, onde a gravidade do problema é bem sentida por todos, o 1º Gpt E, por meio de sua Assistência Social, tem exercido grande influência para a melhoria das condições de vida do homem do interior, levando aos mais longínquos lugares um médico e os remédios necessários aos seus males.

No campo da educação procura, dentro das suas possibilidades, criar uma escola, não só para os filhos dos trabalhadores, como

também para as crianças das proximidades e para os adultos, por intermédio de uma campanha de erradicação do analfabetismo.

No campo moral, a ação do 1º Gpt E vem se caracterizando pela sua capacidade de trabalho e emprêgo honesto e rigoroso das verbas que lhe são entregues, permitindo a conclusão de serviços dentro do menor prazo possível. Nesse particular, convém aqui lembrar as palavras do conhecido jornalista Câmara Cascudo, por ocasião da inauguração do Açude Marechal Dutra :

"Eles não construíram Gargalheira apenas. Restituíram a confiança coletiva nos serviços federais. Recuperaram n'alma do povo, descrente e pessimista, as luzes claras da esperança e da fé patriótica. Mostraram a existência positiva do trabalho, do entusiasmo e da energia realizadoras quando sôbre nós vivia o sinistro crepúsculo do desânimo".

Esse é o 1º Grupamento de Engenharia. Essa é a patriótica missão de Assistência Social que o Exército, por intermédio dessa Grande Unidade, realiza no Nordeste Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

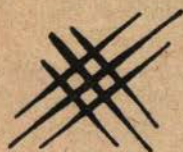
DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL — CSG — Ed IBGE

RELATÓRIOS E CONFERÊNCIAS DO 1º GPT E — 1961

ESQUEMA DO PLANO QUINQUENAL DA SUDENE — 1961

ATIVIDADES DO 1º GPT E SEU ENTROSAMENTO COM A SUDENE

APONTAMENTOS E OBSERVAÇÕES PESSOAIS.



REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

A FÔRÇA INTERAMERICANA DE PAZ NA REPÚBLICA DOMINICANA

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA (FAIBRÁS)

Cel Inf (QEME)
CARLOS DE MEIRA MATTOS

1 — Fundamentos Históricos e Diplomáticos da Segurança Coletiva no Continente Americano

A idéia de segurança coletiva na América teve o seu primeiro lampejo quando o diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, irmão do padre-voador Bartolomeu de Gusmão, a serviço do Rei D. João V de Portugal, incluiu no Tratado de Madrid (1750), por êle concebido e negociado, como o prova exaustivamente o historiador luso Jaime Cortesão, um artigo (o de n. 21) no qual Portugal e Espanha concordam que "a Guerra que se chegasse a romper entre as duas coroas, se manterão em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com seus aliados. Mais tarde, Simón Bolívar, em 1822, propôs, em Carta dirigida aos governos latino-americanos a reunião de um Congresso de Plenipotenciários no Istmo do Panamá, "o qual agiria como um Conselho em grandes conflitos, a que se apelaria em caso de perigo comum". Infelizmente, o Congresso convocado por Bolívar, e só realizado em 1826, não alcançou os objetivos sonhados pelo Libertador.

O Presidente Monroe, em 1823, em documentos esparsos, deu conteúdo ao que passou a ser chamado de Doutrina Monroe. Entre as peças que deram expressão a essa Doutrina destaca-se a seguinte declaração:

"Declaramos que consideramos qualquer tentativa dessas potências (referindo-se às nações da Santa Aliança), em estender o seu sistema a qualquer porção desse Hemisfério, como perigosa à nossa paz e segurança." (Mensagem do Congresso, Dez 1823).

Por ocasião da aproximação da crise bélica de 1939/1945 e durante o seu desencadeamento, cresceu progressivamente a consciência do perigo e, portanto, da necessidade de estruturar um sistema de Segurança coletiva no Continente.

Várias conferências e reuniões diplomáticas, então, tiveram lugar em Buenos Aires (1936), Lima (1938), Panamá (1939), Havana (1940)

e Rio de Janeiro (1942), representando tôdas uma crescente responsabilidade assumida pelas nações americanas na defesa coletiva. O Brasil levou sua solidariedade aos acôrdos firmados às últimas conseqüências, declarando guerra à Alemanha e Itália; mobilizou suas forças militares enviando uma expedição aos campos de batalha da Europa, composta de unidades do Exército e da Força Aérea e integrando sua Marinha de Guerra em missões de patrulhamento e escolta no Atlântico Sul.

Após a derrota das forças do Eixo, trataram as nações americanas de consolidar o seu sistema de segurança regional, entrosando-o com a organização internacional nascente (ONU). Nesse propósito, foi convocada a Conferência do Rio de Janeiro (Quitandinha, 1947), quando se concluiu um tratado regional de segurança coletiva, enquadrado no disposto no artigo 51 da Carta de São Francisco. Esse Tratado de Assistência Recíproca é considerado o documento-compromisso mais importante, nas relações das nações americanas, até então firmado.

2 — Criação, Missão e Composição da FIP

2.1 — Concretização do princípio de Segurança Coletiva

O conflito dominicano, explodido a 22 de abril de 1965, apresentou características graves de sério perigo para a manutenção da paz e segurança continental (art. 6º do Tratado de Assistência Recíproca, Rio de Janeiro, 1947). Após vários dias de confusão, no meio da qual o Presidente Reid Cabral abandonou o posto e asilou-se numa Embaixada, instalou-se na capital dominicana um governo esquerdista, com apoio amplo dos grupos comunistas locais de linha russa, chinesa e fidelista. Uma verdadeira situação de pânico da população e do corpo diplomático, diante dos desatinos praticados por grupos civis armados, levou o Chefe da Junta Militar instalada na Base de San Isidro, a 20 km da Capital, a dirigir uma carta ao Embaixador dos Estados Unidos, confessando-se incapaz de manter a ordem, a vida, a propriedade na Capital, e solicitando o auxílio dos Estados Unidos para esses fins.

Diante da gravidade da situação o governo dos Estados Unidos resolveu intervir imediatamente (28 de abril de 1965) e invocar o Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro (1947), pedindo uma intervenção coletiva da OEA.

Foi imediatamente convocada a 10ª Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que aprovou uma Resolução (6 de maio de 1965) por maioria de dois terços, da qual se destaca o seguinte:

- "1. Solicitar aos governos e aos Estados membros que desejem e estejam em condições de fazê-lo, que ponham à disposição da OEA, dentro de suas possibilidades e na medida que puderem, contingentes terrestres, navais, aéreos, ou da polícia, com o fim de formar com eles uma força interamericana, que funcionará sob a autoridade desta 10ª Reunião de Consultas.

2. Esta fôrça terá como único fim, dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana, na garantia da segurança de seus habitantes, na inviolabilidade dos direitos humanos e no estabelecimento de um clima de paz e conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na dita República.
3. Solicitar aos Comandantes dos contingentes militares que integram esta fôrça que tomem, diretamente entre eles e com uma comissão representativa desta Reunião, as medidas de caráter técnico necessárias para estabelecer um Comando Unificado da OEA para uma ação coordenada e eficaz da Fôrça Armada Interamericana. Na composição desta Fôrça se procurará que os contingentes nacionais sejam progressivamente paritários”.

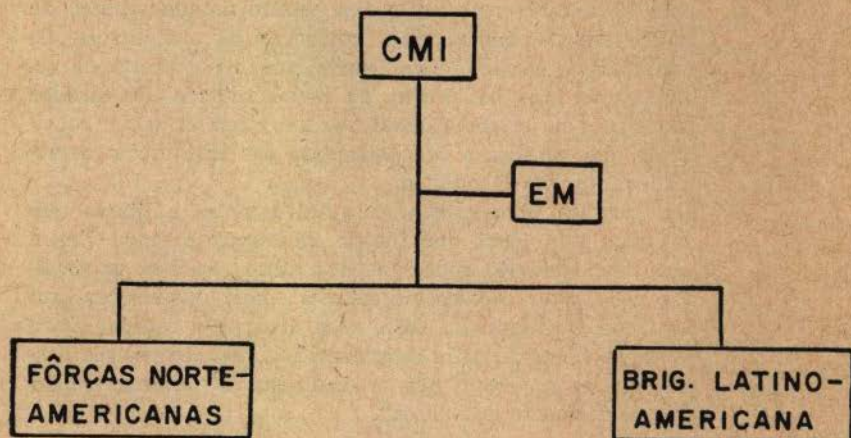
A 23 de maio, na Secretaria-Geral da OEA, funcionando no Hotel Embajador, na cidade de São Domingos, foi firmada a Ata criando a Fôrça Interamericana.

Destá Ata consta:

- “1. Estabelece-se a Fôrça Interamericana como fôrça da OEA.
 2. A Fôrça Interamericana consistirá no Comando Unificado e nos Contingentes nacionais dos Estados membros que esta assinem.
 3. O Comando Unificado consistirá no Comandante em Chefe da Fôrça Interamericana, o Subcomandante e o Estado-Maior.
 4. O Comandante em Chefe da Fôrça Interamericana exercerá o contrôle tático de todos os elementos da Fôrça e zelará para que a Fôrça cumpra as funções que lhe atribua a OEA e terá a seu cargo o desligamento e a incorporação das unidades que integram a Fôrça.
 5. Os membros da Fôrça continuarão pertencendo às Fôrças Armadas e Policiais de seus respectivos países. Não obstante, durante o período em que estejam incorporados à Fôrça, prestarão serviços sob a autoridade da OEA e estarão sujeitos às instruções do Comandante em Chefe e de seus subordinados, pela via hierárquica.
- Com exceção do contrôle tático, os comandantes dos contingentes nacionais conservarão o comando de suas respectivas unidades...” (seguem-se outros artigos).

2.2 — Composição da FIP

Após uma 1ª fase de ajustamentos, muito natural numa fôrça interamericana formada improvisadamente, sem que para isto houvesse um planejamento anterior, a FIP chegou à seguinte estrutura básica, que perdurou até a sua desativação em setembro de 1966:



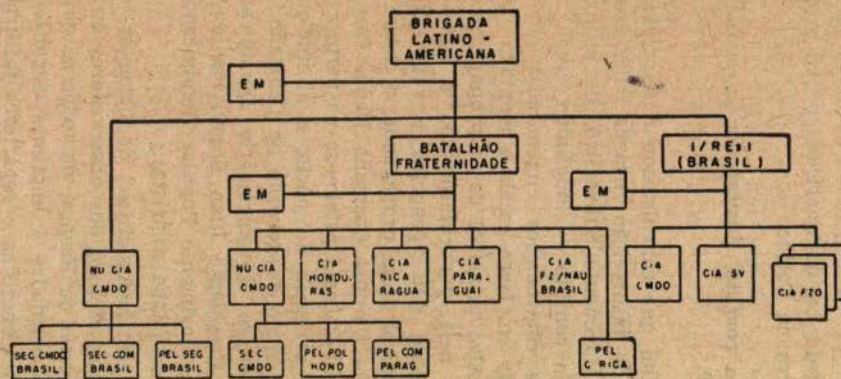
Comandaram a FIP, sucessivamente, dois generais brasileiros: Gen Ex Hugo Panasco Alvim e o Gen Div Álvaro Alves da Silva Braga. As funções de Subcomandante foram exercidas por um oficial general norte-americano, sucessivamente o Ten Gen Bruce Palmer e o Gen Bda Robert Linvill, oficiais êstes que, cumulativamente, comandavam as Fôrças Norte-Americanas.

O Estado-Maior da FIP era de organização mista, estando nêles representados, nas funções de chefia e adjuntos, oficiais das seis nacionalidades integrantes da Fôrça de Paz — Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai.

A tropa da FIP variou em efetivo no decorrer do conflito. Numa 1ª fase, os norte-americanos chegaram a ter cêrca de 30.000 homens na República Dominicana. Deslocaram para ali um Comando de Corpo de Exército, o XVIII, conhecido anteriormente por STRAC (Strategic Army Corp) e um Comando Logístico, ambos sediados na área do Fort Bragg, além de uma Divisão Aeroterrestre (82ª Airborne Division) e uma Brigada de Fuzileiros Navais (6ª Marines Brigade). Lançaram, assim, sôbre a agitada República, uma estrutura de comando e de logística apta a um desdobramento mais amplo, em caso de necessidade.

Com a limitação do conflito e sua confinação a uma área restrita do centro da capital, os norte-americanos reduziram os seus efetivos para cêrca de 12.000 homens, a partir de setembro de 1965, baixando o nível de seu comando de Ten Gen para Gen Bda e os seus efetivos a uma Brigada (da 82ª Airborne Division) e um Grupo de Apoio Logístico, além de algumas tropas de apoio de Comando (Btl Polícia Militar, Btl Comunicações, Cia de Comando, etc.).

A tropa latino-americana foi grupada numa Brigada com a seguinte composição:



ORGANIZAÇÃO DA BRIGADA LATINO-AMERICANA

Os efetivos por nação latino-americana foram os seguintes:

Brasil	1 200 homens
Honduras	250 "
Paraguai	200 "
Nicarágua	170 "
Costa Rica	30 "
<hr/>	
Total	1 850 homens

O efetivo da Brigada Latino-Americana pouco oscilou durante toda a permanência da Fôrça no Caribe.

3 — Características do conflito dominicano e suas repercussões nas operações da FIP

A forma de conflito que convulsionou a República Dominicana enquadra-se no modelo de Insurreição Armada conceituado pela ESG, na sua versão típica de Movimento Subversivo, de inspiração Marxista-Leninista. O ambiente do conflito — indefinido, fluido e confuso — era uma consequência das contradições engendradas por uma propaganda psicológica desenvolvida em larga escala e montada à base de técnica e dialética persuasivas. Alvo principal dessa propaganda — a Fôrça Interamericana de Paz e, nela, particularmente, "o ianque agressor". Alvo secundário — o governo dito "genocida e vende-pátria" do General Imbert Barreras. A central dessa propaganda, o chamado Governo Constitucional chefiado pelo Coronel Caamaño Deñó. Esse governo, após a fuga do Presidente Reid Cabral, instalou-se na parte central e comercial da Capital, abarcando a região do pôrto, e aí iniciou a sua pregação subversiva. A base de apoio do governo de Caamaño eram, no país, os seguintes partidos: Partido Revolucionário Dominicano, de esquerda, tendo por Chefe o ex-Presidente Juan Bosch; Partido Comunista Dominicano (tinha soviética); Movimento Popular Dominicano (linha chinesa); Agrupacion 14 de Junio (linha castrista).

Do exterior os "constitucionalistas" de Caamaño contaram com o apoio não ostensivo, mas efetivo, dos observadores da ONU enviados a São Domingos; do governo da França; de todos os governos comunistas do mundo; de várias sociedades e imprensa estrangeiras de tendência esquerdista, além da de colunistas e repórteres infiltrados em quase todos os grandes jornais de New York e Paris.

Alguns militares da ativa davam o enquadramento militar aos civis que foram armados e organizados em comandos (guerrilhas). Procurou o governo do Coronel Caamaño, logo após sua instalação, e dentro de conhecida técnica de Guerra Revolucionária, criar uma "zona liberada", na área central da capital, conhecida por Ciudad Nueva, aí impondo a sua lei e buscando o reconhecimento de governos estrangeiros.

As fôrças de guerrilhas que organizou eram de efetivo variável; dispunha o governo de Caamaño cerca de 6.000 armas de guerra, distribuí-

das, em parte, pelos oficiais do Exército que aderiram ao seu governo, outras retiradas do Arsenal de Marinha situado na região portuária e outras, ainda, recolhidas dos quartéis de polícia assaltados pelos guerrilheiros nos primeiros dias da insurreição. O maior efetivo mobilizado por Caamaño deve ter alcançado igualmente a casa dos 6.000, sendo 500 militares das forças regulares e o restante civis, principalmente trabalhadores e estudantes, predominando os jovens entre 15 e 18 anos.

Ao longo de todo o perímetro de Ciudad Nueva foi estabelecido um sistema defensivo aproveitando as edificações existentes. As ruas eram bloqueadas por valas profundas, rêdes de arame farpado, abatises, veículos inutilizados e obstáculos improvisados. Algumas ruas continuaram abertas ao tráfego e defendidas lateralmente. As armas de defesa eram colocadas, ou atrás de espaldões de sacos de areia instalados nas ruas e praças, ou em posições no interior dos edifícios e reforçadas por sacos de areia de proteção.

Os aspectos sui generis desse tipo de conflito é que, durante toda a fase de ocupação de Ciudad Nueva pelos caamañistas, foram mantidas abertas, pelo menos, três ruas, onde se instalaram "check points" que asseguraram a intercomunicação entre as duas áreas por civis desarmados e veículos que eram completamente revistados. Esses pontos de controle foram operados pela FIP. Cerca de 5 000 veículos e 50 000 pessoas cruzavam os "check points", diariamente.

Em contraposição ao governo esquerdista de Caamaño, instalou-se, no começo timidamente, uma Junta Militar na Base Aérea de San Isidro, chefiada pelo Coronel Benoit. Essa Junta evoluiu para um governo de fato, chefiado pelo General Imbert Barreras (Governo de Reconstrução Nacional) e que conseguiu, depois do desembarque dos norte-americanos, restabelecer a ordem na Capital, com exceção de Ciudad Nueva, e manter o controle sobre todo o restante do país. Aderiram ao governo de Imbert Barreras todos os elementos anticomunistas, desde o centro até a extrema direita. A extrema direita dominicana era liderada pelo Gen Wessin y Wessin, de tendência trujilista e que por vezes esteve em desacordo com o General Imbert Barreras, agindo por conta própria e utilizando, para isto, em ações militares ou em ações terroristas, a tropa sob o seu comando, conhecida pela sigla CEFA (Centro de Entrenamiento de las Fuerzas Armadas). Ações isoladas e muitas vezes clandestinas dos partidários do Gen Wessin y Wessin, criaram tremenda confusão no âmbito do já confuso conflito. É interessante lembrar aqui que há na República Dominicana uma extrema direita que disputa com a extrema esquerda, e algumas vezes com êxito, um verdadeiro "campeonato de terrorismo". A consequência disso é que não há ali a "esquerda festiva", pois quem for relacionado como esquerdista entra na lista das represálias violentas que se sucedem como se fossem programadas.

A OEA através da Comissão Ad Hoc, composta dos Embaixadores Pena Marinho, do Brasil, Ellsworth Bunker, dos Estados Unidos, e Clairmont Dueñas, do Salvador, atuou decisivamente desde o início do con-

flito, buscando num primeiro tempo, dois objetivos principais: alcançar uma trégua entre os grupos combatentes e negociar a instalação de um governo provisório. O instrumento militar de apoio à ação política da Comissão Ad Hoc foi a FIP.

A fim de reduzir a extensão do conflito e assegurar uma trégua de fogo, a FIP foi empregada para isolar Ciudad Nueva, missão que, inicialmente, os norte-americanos vinham desempenhando sôzinhos. A operação de isolamento consistiu em barrar, com obstáculos e armas, tôdas as vias de acesso à Ciudad Nueva, com exceção dos três "check points", onde, como já dissemos, eram revistados tôdas as pessoas e veículos, a fim de evitar o intercâmbio de armas, munições e explosivos.

Os norte-americanos, tão logo desembarcaram, criaram uma Zona Internacional de Segurança a leste de Ciudad Nueva. Mais tarde estabeleceram um Corredor de Segurança, ao norte de Ciudad Nueva a fim de garantir as comunicações entre suas tropas. Ao chegarem os contingentes latino-americanos e ao ser organizada a FIP, um mês após, foram mantidos essa Zona e Corredor, que tinham ao mesmo tempo o mérito de isolar as tropas de Caamaño das de Imbert, diminuindo a tensão do conflito. Mesmo assim, vários choques entre ambas as facções não puderam ser evitados, calculando em 10.000 o número de dominicanos mortos e feridos, em virtude dos combates e atentados terroristas perpetrados. As acusações recíprocas de atrocidades mantiveram em permanente atividade, no país, a Comissão de Direitos Humanos da OEA, na qual o Brasil estava representado pelo Dr. Carlos Dunshee de Abranches.

Em face das posições de isolamento de Ciudad Nueva tomadas pelas forças da FIP, dispositivo que se manteve nos meses de maio a outubro de 1965, eram comuns as provocações de parte dos Comandos de guerrilheiros do Coronel Caamaño, resultando no desencadeamento de nutrido fogo entre tropas colocadas em confronto, muitas vezes numa mesma rua, ocupando lados opostos. Dêsses choques armados resultaram vários mortos e feridos nas fileiras da FIP; norte-americanos tiveram mais de 40 mortos e uma centena de feridos e nós brasileiros, 8 feridos 4 mortos por acidente com armas.

As forças do governo de Imbert, embora mais afastadas das posições de combate, ocupadas pela FIP, o que evitava um contato estreito e explosivo, também por várias vezes ameaçaram romper através da Zona Internacional de Segurança, ocupada pelas forças da OEA, e invadir a Ciudad Nueva, atacando os rebeldes. Nesse ambiente confuso, dominado pela propaganda desencadeada segundo a melhor técnica subversiva, em que dois grupos nacionais estavam em luta aberta e um terceiro atuava meio clandestinamente, a FIP cumpriu galhardamente a sua missão de paz. Possibilitou a FIP, através de uma atitude irrepreensível como tropa de paz — mantendo firmeza e equidistância, respeitando a população civil e impondo-se o respeito da mesma —, a ação política plena de sucesso da Comissão Ad Hoc que, no final de quatro meses, conse-

guiu dar posse a um governo provisório chefiado pelo Dr. Hector García Godoy, aceito por todos os grupos e "governos" em luta, e fazer aprovar pelos mesmos um Ato Institucional que disciplinaria os atos desse governo. A OEA alcançou, com êxito, apoiar esse governo provisório por 10 meses, econômica e militarmente, a fim de que o mesmo se consolidasse e preparasse o país para eleições livres e escoreitais; garantiu a correção e a legitimidade das eleições de 1º de julho de 1966, assistidas por representantes de todos os países americanos; assegurou a posse, a 1º de julho de 1966, ao Presidente democraticamente eleito, Dr. Joaquim Balaguer; garantiu, por dois meses, o início da consolidação do Presidente Balaguer e, a partir de agosto de 1966, iniciou a retirada de todas as suas forças da República Dominicana, retirada essa concluída a 19 de setembro do mesmo ano.

Cumpra destacar que a ação política, diplomática e militar da OEA na República Dominicana foi coroada de excepcional êxito, pois, em 16 meses, pacificou o país, restaurando-lhe a democracia, e retirou-se deixando o seu destino entregue ao seu governo. Não será demais destacar-se que se tratou da primeira experiência de intervenção coletiva da OEA, enquanto a ONU, na sua longa experiência (Suez, Chipre, Congo) não tem sido tão feliz em operações da mesma natureza, onde os conflitos têm-se prolongado indefinidamente ou a Força de Paz se retira sem lograr o seu objetivo fundamental de deixar a região pacificada.

A retirada da FIP, espontaneamente, quando sentiu a sua missão cumprida, contrariando a interesses manifestos de importantes setores de opinião dominicana que consideravam sua saída prematura, (sobre o assunto vale recordar que o jornal independente "El Caribe", procedendo a uma pesquisa de opinião pública em julho de 1966, quando já havia sido estabelecida, pela 10ª Reunião de Consultas, a evacuação da FIP no prazo máximo de 90 dias, chegou à surpreendente conclusão de que 70% dos entrevistados consideraram ser ainda muito cedo para a força de paz se retirar do país). Essa conclusão valeu como uma resposta à intensa propaganda contra a FIP movida pelo comunismo internacional, na República Dominicana e no exterior, e confirmou a maneira irrepreensível com que a FIP cumpriu a sua missão de paz, sem ferir os direitos de autodeterminação e de soberania da nação envolvida por conflito de tamanha magnitude. Mas a conduta da tropa da FIP foi um reflexo do comportamento individual de seus componentes, entre os quais se destaca a tropa brasileira pela maneira correta como que soube cumprir a sua missão de paz. A respeito do comportamento de nossa tropa, assim se dirige o CMT da FAIBRAS aos seus soldados, por ocasião da cerimônia de sua desativação, que teve lugar junto ao Monumento dos Mortos da 2ª Guerra Mundial, ao concluir-se o seu regresso ao nosso País, a 30 de setembro do ano passado:

"Chegou o momento de vos dizer de meu justificado orgulho por vos ter comandado. Destes um exemplo edificante de como deve-se comportar uma Força de Paz destacada em país irmão

e amigo. Perante os Exércitos dos Estados Unidos, Paraguai, Nicarágua, Honduras e Costa Rica, nossos companheiros nessa jornada, deixastes bem patente o padrão de disciplina, de organização e de eficiência militar de nossas Forças Armadas. Diante do sofrido povo dominicano, envolvido num conflito longo e sangrento, soubestes representar, de maneira impecável, a dignidade, o valor e os sentimentos cristãos e fraternos do soldado brasileiro. Nunca vos faltou coragem nos momentos em que fostes arrastados à violência dos combates; nunca vos faltou a necessária serenidade e o devido zelo pela segurança da população civil e pela preservação de preciosas vidas dominicanas; nunca vacilastes, um só instante, ante a iminência de pagar o tributo de vosso sangue, para que a missão de paz da OEA e da FIP fôsse cumprida. Fôstes bravura, calma e generosidade. Fôstes um exemplo extraordinário de Soldado de Paz. Dignificastes, no Caribe longínquo, o Exército Brasileiro e o Corpo de Fuzileiros Navais de nossa Marinha de Guerra."

4 — Contribuição do Brasil

No campo político-diplomático, a posição do Brasil no conflito dominicano foi de excepcional relêvo, pois, além da atuação decisiva de nossa diplomacia no seio dos organismos da OEA, um dos três membros da Comissão "Ad Hoc" estabelecida pela 10ª Reunião de Consultas para executar a sua política naquela República do Caribe, o Embaixador Ilmar Pena Marinho, a partir do início de 1966, quando foi eleito Presidente do Conselho da OEA, passou a usufruir de uma situação hierárquica privilegiada no seio da referida Comissão.

No campo militar, além de indicar os dois comandantes da FIP, sucessivamente o Gen Ex Hugo Panasco Alvim e então Gen Div Alvaro Alves da Silva Braga, e vários oficiais de seu Estado-Maior, o nosso País, através do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS), ofereceu valiosa e inestimável contribuição à OEA, cujos aspectos mais marcantes são os seguintes:

- a FAIBRAS, com seus 1 200 homens constituiu o segundo contingente, e efetivo, da FIP, suplantado apenas pelos norteamericanos;
- desde sua chegada, a FAIBRAS constituiu-se na coluna vertebral da Brigada Latino-Americana, dando-lhe o Comandante, o Chefe de Estado-Maior e a maioria dos oficiais de seu Estado-Maior.
- deu enquadramento ao Batalhão Fraternidade, fornecendo-lhe o primeiro comandante, a maioria dos oficiais de seu Estado-Maior e elementos de apoio de comando e de serviços;
- viveu intensamente tôdas as fases do conflito dominicano, desde os seus primórdios;

- participou de tôdas as ações da FIP, desde a sua criação;
- teve oito feridos em ação e quatro mortos por acidente com armas, e resistiu ao combate da luta da conquista da mente de nossos combatentes, movida por incansável campanha psicológica desenvolvida dentro de técnica de propaganda aprimorada pelo Comunismo Internacional.

A par dessa atuação, a FAIBRAS trouxe, para as nossas Forças Armadas, um extraordinário acervo de experiência sôbre a atuação de uma Força de Paz, em ambiente conflagrado pela violência e pelas condições de uma Insurreição Armada no mais aperfeiçoado estilo revolucionário de índole comunista.

5 — Conclusões

Podemos afirmar, sem nenhum receio de errar, que a primeira experiência da OEA, pondo em funcionamento o seu sistema de segurança coletiva, a fim de resolver um sério conflito de graves implicações internacionais, dentro do espírito e da letra do Tatado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro de 1947, foi coroada de pleno êxito.

No prazo curto de 16 meses, a FIP estabeleceu a plenitude da paz e da tranqüilidade da República Dominicana, retirou-se correta e dignamente do país, deixando a Nação pacificada, depois de assegurar ao seu povo, através de eleições exemplarmente livres acompanhadas por observadores de todos os países americanos, o exercício de seu direito de autodeterminação, escolhendo em ambiente isento de pressões, ameaças, terrorismos e guerrilhas aquêle a quem queria entregar o governo da República.

O Destacamento Brasileiro da Força Interamericana da Paz (FAIBRAS) integrou a FIP desde o seu primeiro dia de formação ao último de sua desativação. Nosso contingente de 1 200 homens foi revezado três vêzes, de seis em seis meses. Mais de 3.000 militares brasileiros, do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, viveram a experiência dominicana, além de inúmeros componentes da FAB e do Corpo da Armada que ali estiveram em missão temporária de apoio de transportes.

O nosso homem revelou excepcionais qualidades para o cumprimento da Missão de Paz em país amigo e fraterno. Nossa tropa foi exemplar na disciplina, na eficiência militar e na capacidade de operar em circunstâncias delicadas e em contato permanente com a população civil. O soldado brasileiro revelou consciência da espinhosa e nobre missão a que foi chamado a desempenhar — deu provas de serenidade, paciência e firmeza. Nunca se excedeu e fez uso de suas armas estritamente para se defender. Deixou em terra dominicana o seu tributo de sangue à causa de pacificação do país.

Nossas Forças Armadas, coordenada pelo EMFA (através da Comissão Especial FAIBRAS, verdadeiro Estado-Maior de Zona do Inte-

rior, sob a chefia dinâmica do General Reynaldo Melo de Almeida), prestaram inestimável apoio à FAIBRÁS, particularmente em operações de transportes e de suprimento. A FAB, além de manter uma linha semanal Rio—São Domingos, realizou quatro operações gerais de transporte, empenhando os 1º e 2º Grupos de Transporte. A Marinha de Guerra, por meio da Fôrça de Transportes da Marinha, igualmente cumpriu missões de apoio logístico à FAIBRÁS empenhando os seus navios "Custódio de Mello", "Soares Dutra" e "Ary Parreiras".

Assim, através da ação combinada das três Fôrças, coordenadas pelo EMFA, foi assegurado o apoio logístico permanente a uma expedição militar destacada à distância de cêrca de 6 000 km de suas bases numa operação que, por sua alongada linha de comunicações e sua complexidade, poderá ser considerada do tipo intercontinental.

O convívio permanente de nossa tropa com as Fôrças Armadas dos cinco países integrantes da FIP — Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai — representou um admirável campo de observação e de aprendizagem para os nossos quadros de comando e nossa tropa.

A FIP e a FAIBRÁS deixaram a República Dominicana em setembro do ano passado, com a consciência do dever bem cumprido, pela causa da paz e da democracia no nosso Continente. Todos os pontos da *Finalidade da FIP*, contidos na Resolução de 6 de Maio de 1965, da 10ª Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores da OEA — restabelecer a ordem, restaurar a paz e implantar a democracia —, foram galhardamente atingidos, e a FAIBRÁS participou entusiástica e valorosamente no seu cumprimento.



MONTEPIO
da Família Militar

AGÊNCIA GUANABARA
AV. RIO BRANCO, 52A — ESQ. PRESIDENTE VARGAS
FONES 43-34-37 E 43-40-20
SEDE EM PORTO ALEGRE. ANDRADAS, 1758

CENTENÁRIO INESQUECÍVEL

ALTAIR FRÂNCO FERREIRA

Marechal R/1

O País vive o quinquênio do centenário da Guerra do Paraguai. Os fatos históricos e as efemérides são lembrados com pompa e ardor cívico e as comemorações se revestem de excepcional brilho, porque sempre, ao lado das continências e clarinadas militares, está o Povo brasileiro cioso do valor atual de seus irmãos em armas e há contrita reverência aos heróis do passado que tão belas tradições de coragem e patriotismo souberam legar aos pósteros para a construção desta realidade que é o Brasil, forte, uno e indivisível de hoje.

E assim festejou-se, em dezembro de 64 o centenário da heróica resistência do Forte Coimbra e do épico sacrifício de Dourados, simbolizando o protesto do Povo brasileiro contra qualquer invasão do sagrado território nacional; em 65, foram consagradas, de um lado a Batalha Naval do Riachuelo que marcou a supremacia absoluta da Esquadra brasileira em águas do Rio Paraná e que assegurou a posse irretorquível da linha fluvial de comunicações para a completa vitória dos Exércitos aliados; por outro lado, rememorou a retomada de Uruguaiana resumindo à Força da autenticidade do patriotismo brasileiro, zeloso das fronteiras conquistadas a duras penas, pelos antepassados dos tempos de colônia; ambas, batalhas decisivas que assinalaram a mudança de atitude ofensiva da guerra de conquista do inimigo para a situação de defesa do seu próprio território diante do irreversível fato da superioridade potencial dos aliados. Em 66 deu-se brilho excepcional de verdadeira consagração, ao centenário da memorável Batalha de Tuiuti, vencida contra inimigo numericamente superior, graças ao admirável gênio guerreiro de Osório, que dela saiu com o epíteto de "*o Legendário*", com o título nobiliárquico de "*Marquês do Herval*" e com a alcunha jocosa, mas de tanta significação humana, de "*Cabo velho*". Representou essa vitória a positiva afirmação da firme resolução do Comando Aliado de levar a luta ao interior do país provocador, não contra o seu Povo, e sim contra o seu Governo cujo sentido despótico e tirânico, atentava contra os sagrados direitos da Liberdade e da Democracia; outrossim, asseguram os estudiosos, a Batalha de Tuiuti constituiu o marco final da primeira fase da Campanha, aquela do Comando de Osório, na Chefia das Forças brasileiras conduzindo-as na longa e demorada marcha de concentração, desde Aiui-Grande, ao norte da Concórdia, até Lagoa Brava, nas imediações de Corrientes, preparando-as para as operações de desembarque em

território inimigo e, por fim, consolidando a cabeça de praia de Tuiuti, tudo contra um inimigo agressivo, impetuoso e audaz, cujo ímpeto só foi quebrado com a estrondosa derrota sofrida a 24 de maio de 1866. Nesse longo e inesquecível período houve predominância das ações da arma de Infantaria.

A êsse memorável feito, seguiu-se uma fase de estagnação das forças terrestres que ia durar 14 meses e onde os sangrentos reencontros de 11, 16 e 18 de julho, o ataque vitorioso de Curuzu (3 de setembro) e o fracasso de Curupaiti (22 de setembro), ainda que com elevados registros de perdas, entre mortos e feridos, não foram mais do que ações locais de correção da frente de contato do grande campo entrincheirado de Tuiuti e de sublimação de comandos e tropas, entre os quais o Visconde de Porto Alegre e as unidades do seu 2º Corpo de Exército. Osório se retira, doente, para o interior do seu Rio Grande do Sul. A idéia dominante é a do sítio ao quadrilátero fortificado de Humaitá, por forma a isolá-lo da Capital guarani, tanto pela via fluvial, como por terra, mas as dificuldades, em ambos os casos, decorrentes da falta de conhecimento do terreno e dos obstáculos plantados pelo inimigo no leito do rio, tornam a operação irrealizável, pelo menos, por algum tempo. A Artilharia, de terra e dos navios, tomam a si a missão de importunar o inimigo, destruindo-lhe as fortificações e impedindo ou dificultando os trabalhos de reconstrução ou renovação, mas tudo debalde no tocante à progressão da tropa de terra. Foi o momento e a situação em que o patriotismo dos homens de governo da época, foi mais forte do que as convicções políticas que impedem nomear Caxias comandante em chefe das forças brasileiras em operações, fato que ocorreu a 10 de outubro, tendo, a 19 de novembro, o grande Cabo de Guerra assumido o glorioso comando das tropas brasileiras em Tuiuti e adjacências.

O ano de 1867 pode ter sido, como foi, um ano pobre das retumbâncias épicas dos grandes feitos ou das batalhas decisivas que tornaram inesquecíveis os anos anteriores, entretanto, quando rebuscado, poderá apresentar pelo menos cinco razões fortes, para que, como os anos anteriores, seja reverentemente lembrado e festivamente comemorado o seu centenário, a saber:

1ª) para marcar a glória e apoteose da excepcional capacidade de comando e do extraordinário espírito de ordem, organização e administração do ínclito Chefe, Caxias;

2ª) para consagrar um dos momentos decisivos da luta, qual o do início da famosa "Manobra de Flanco de Tio Domingos", concebida, montada e executada sob os auspícios de Caxias;

3ª) para exaltar o abnegado esforço do Serviço de Quartel Mestre (Intendência atual) e das tropas de comboio (Trens) encarregados de alimentar a forte corrente de suprimentos daquela manobra famosa;

4ª) para assinalar a redenção da Cavalaria brasileira, tão desme-recida por suas fracas atuações nos anos anteriores;

5ª) para consagrar o desmedido devotamento e a inquebrável tena-cidade do soldado brasileiro, rememorando a gloriosa epopéia da Retirada da Laguna.

GLÓRIA E APOTEOSE DA AUTORIDADE DE CAXIAS

Glória nunca assaz decantada pois no dizer de Taunay, “*não há pompas de linguagem, não há arrubos de eloquência capazes de fazer maior essa individualidade cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza...*”, mas a obra ciclópica e serena de Caxias durante o primeiro semestre do ano de 1867, foi, sem dúvida, a glorificação de sua excep-cional capacidade de comando, a consagração do seu esclarecido senso de organização, a afirmação inconcussa de seus atributos de administra-dor experiente e realizador e a nobilitação de seu elevado espírito de ordem e disciplina, transformando, em curto prazo, a tropa inerte e estagnada dos vencedores de Tuiuti, na fôrça dinâmica e agressiva com que iria conquistar, pouco mais tarde, o famoso quadrilátero fortificado de Humaitá, realizar a marcha triunfal para o Norte, até às trincheiras e obstáculos do Pikissiri e sublimar-se com as vitórias de Itororó, Ivahy e Lomas Valentinas.

E, se êsse milagre da revitalização das fôrças imperiais não fôsse bastante para engrandecer a personalidade ímpar do grande Chefe, ainda haveria o fato memorável de suas conquistas no setor da Política de Comando, restabelecendo, pelo diálogo inteligente e de sólidos argu-mentos, a confiança e a cooperação das fôrças navais, antes ressentidas com as exigências um tanto atrabiliárias do Comando-Chefe estrangeiro da Tríplice Aliança, delas obtendo a 15 de agôsto o heróico forçamento das passagens de Curupaiti, e, bem assim, reavendo a colaboração pres-tigiosa de ilustres Generais que, por diversos motivos se haviam licenciado de seus comandos e que, agora, atendiam céleres ao seu patriótico chamamento, trazendo consigo todo o garbo de suas indiscutíveis auto-ridades e o misterioso carisma de suas irrefutáveis capacidades de lide-rança, alguns até fazendo-o com prejuízo de suas saúdes, ainda não refeitas, como no caso de Osório que ainda em estado de convalescença, deixou o seu lar, para, nas campinas do Rio Grande do Sul, recrutar o pessoal do seu famoso 3º Corpo de Exército, à testa do qual havia de desembarcar pela segunda vez no território guarani, a 16 de julho, exatamente quinze meses depois de sua intrépida atuação na Vanguarda dos Exércitos aliados de desembarque no território paraguaio, ação que, de Palleja, oficial e comentarista uruguaio, teria merecido o seguinte elogio, “*El Mariscal Osório há estado en primera linea, batiendose como un cadete, mostrando a sus soldados el camino de la gloria...*”.

Por fim, foi ainda nesse memorável primeiro semestre de 67 que Caxias trouxe para os campos de operações o valor de seus profundos conhecimentos de todos os meios de combate da época, fazendo subir, pela primeira vez na América do Sul, no dia 24 de junho, balões de observação militar e, em seguida, repetindo a operação nos dias 8, 12, 13, 20 e 21 de julho e 15 e 16 de agosto, visando a localizar as posições e observar os movimentos do inimigo no quadrilátero fortificado de Humaitá e, bem assim, para melhor conhecer as condições do terreno ao Norte do Estero Rojas, suprimindo com esboços panorâmicos a completa carência de cartas geográficas ou topográficas do Teatro de Operações.

MANOBRA DE FLANCO DE TIO DOMINGOS

A efeméride de 22 de julho de 1867 lembra um momento decisivo da luta Lopezguaia, qual o do início da famosa "Manobra de Flanco de Tio Domingos", concepção feliz do iluminado espírito manobreiro de Caxias e fruto ousado dos estudos de terreno realizados com auxílio de seus modernos aeróstatos, a fim de realizar o envolvimento de sítio das posições de Humaitá e levar as tropas para campos que, segundo as testemunhas da época, *"começaram a ser enxutos e seu aspecto bastante agradável, pois, sendo o mato menos freqüente, deixava algumas pequenas campinas, através das quais a marcha se tornava fácil"*. Era de fato compensador, realizar a ação desbordante em busca das novas posições de Tuiu-Cuê através das terras altas e firmes de Palmares e transpondo os dois "esteros", Bellaco e Rojas na região de Passo Tio Domingos, distante cêrca de quatro léguas de Tuiuti, para Leste e, em seguida, refazer a mesma distância, para Oeste, a fim de atingir aquelas posições, do que procurar atingir diretamente Tuiuti — Tuiu-Cuê (separadas apenas duas léguas, uma da outra) através de brejos e atoleiros dos "esteros" e apenas a uma e meia légua das posições inimigas do quadrilátero fortificado de Humaitá.

O evento de 22 de junho de 1867 se constituiu no autêntico marco histórico que separou a corrida desagregadora da indisciplina e da ineficácia de um exército deixado à inércia do após-louros da brilhante vitória de Tuiuti, dos movimentos ordenados, das manobras ousadas da revivescência do ardor combativo de homens que sabiam lutar por uma causa nobre e patriótica e que se inspiravam nos exemplos de bravura coragem e abnegação que Caxias lhes dava a todo momento e por qualquer motivo.

ESFÓRÇO DO SERVIÇO DE QUARTEL-MESTRE E DAS TROPAS DE COMBOIO

A Manobra de Flanco de Tio Domingos teve, necessariamente como consequência, o problema de reabastecimento do grosso do Exército, deslocado para os acampamentos de Tuiu-Cuê, sendo a primeira preocupa-

ção, a do encurtamento do eixo principal de comunicações, o que foi conseguido com trabalhos de engenharia para melhoria do Passo Ipohy, sobre o Estero Rojas, diminuindo de duas e meia léguas a ligação entre a base de Tuiuti e aquele acampamento de Caxias.

Mas a característica do terreno ao Sul do Estero Rojas é a de terras alagadiças, densamente matosas com raras clareiras, porém permeável para isolados e pequenos grupos, com estradas que eram simples sendas, formando perigosos desfiladeiros e apresentando perigosos ângulos para emboscadas. Essas características o inimigo as conhecia muito melhor do que nós, tanto assim que conseguiu se apossar dos dois primeiros comboios e tropas de gado, que se destinavam a Tuiui-Cuê, nos dias 1 e 3 de agosto, o que obrigou ao Serviço de Quartel-Mestre requisitar escolta para todos os comboios destinados àquele acampamento. Durante alguns dias, o inimigo parece respeitar a pequena escolta de cavalaria que varre os arredores imediatos da estrada, cobrindo o deslocamento dos comboios, eis senão quando, na manhã de 11 de agosto, um longo comboio de carrêtas, ao desembarcar numa clareira de Palmares (meia légua dos campos de Tuiuti), é violentamente atacado por um forte contingente inimigo de mais de 300 homens, que se lança ao saque e destruição do carretame e faz estourar a boiada da tropa de corte, sem que a pequena escolta de 60 cavalarianos, que reconhecia o itinerário e o piquê de 20 homens que cobria a retaguarda, pudessem intervir, pelo menos, para diminuir os danos e prejuízos. A proximidade do ataque das bases de Tuiuti, alertou as tropas do acampamento, que guiadas pelo eco dos tiros, montam rápida operação visando a cortar a retirada dos atacantes, para o que Pôrto Alegre designa 3 corpos de cavalaria e 2 batalhões de infantaria, estes sob o comando do coronel Antonio da Silva Paranhos, que consegue rechazar os assaltantes inflingindo-lhes perdas fortes e retomando o carretame, enquanto que a cavalaria prendia isolados infiltrados no mato. O inimigo perdeu mais de 100 homens (30%) de seu efetivo, enquanto que os aliados tiveram 26 homens fora de combate, nêles incluindo o bravo capitão de Cavalaria Antônio do Palmar Tavares e mais 14 feridos e contusos. Este feito tomou o nome de "combate de Palmares", e teve como consequência, de um lado, a adoção do "Estero Rojas" como limite entre a Zona de Operações e a Zona de Etapas, ficando a segurança dos comboios a cargo das tropas respectivas; o reforçamento dos contingentes destinados à segurança dos comboios, que, por fim, atingiram a efetivos de Brigadas reforçadas, sob o comando de General, tal a importância atribuída à operação e, também, a ocupação permanente dos Passos da Canoa e do Ipohi; do lado inimigo, verificou-se o temeroso respeito, por mais de quarenta dias, aos movimentos dos trens e comboios, embora os fatos comprovem que, nesse período tenham sido concentradas em local seguro, as forças do Ten-Cel Valois Rivarola (chefe conhecido pela sua obstinada dedicação a Lopez e pela valentia e sentido sanguíneo com que conduzia suas tropas), destinadas a um ataque violento de decidida ruptura da famosa linha de comunicações dos aliados.

O dia 24 de setembro, marca a data em que as tropas do General Albino de Carvalho (Bda. Inf do Ten-Cel Augusto Francisco Caldas, composta dos 29º, 41º, 43º e 49º de Voluntários da Pátria, e mais o 5º e 12º Corpos Provisórios de Cavalaria), além de uma reserva constituída pelos 28º V. P. e 13º C. Cav e uma Bta de canhões calibre 4, postada na região de onde devia desembocar o comboio para uma clareira próxima aos acampamentos de Tuiuti, se defrontaram com as de Rivarola (o criador e treinador dos terríveis cavalarianos guaranis, os "Acá-Morotis"), no valor de 6 Btl Inf, 3 Reg Cav, 4 canhões e uma estativa de foguetes, cuja missão teria sido, dedutivamente: *"surpreender, na região de Umbú, as tropas de escolta dos comboios brasileiros, aniquilando-as, apreender e saquear o carretame, por forma a romper definitivamente a a linha de comunicações dos aliados, por "Passo Ipohi"*. A serena e acertada atuação do General Albino de Carvalho, que manteve emboscada boa parte de seu efetivo, permitindo manobrar sobre os flancos dos atacantes guaranis, não só anulou a surpresa de que estava ameaçado e garantiu a integridade dos comboios que defendia, como surpreendeu o próprio atacante, atuando onde e quando ele menos esperava, destruindo-o imediatamente rijos contra-ataques, dos quais saiu, aliás, com extenso ferimento. A uma segunda investida de Rivarola, montada momentos depois, atendeu o próprio Pôrto Alegre, comandante do 2º C Ex estacionado em Tuiuti, que, ao alarme provocado pelo tiroteio do Umbú, para lá ocorreu com mais 3 Btl. V. P., e, mediante tão hábil quanto trabalhosa (por causa das dificuldades do terreno) manobra repeliu o inimigo definitivamente, ocupando as elevações do local e levando a perseguição (cavalaria) até ao "Passo Sati", sobre o "Estero Rojas", já sob os fogos dos defensores do quadrilátero defensivo de Humaitá. Rio Branco chama a este encontro de combate de Estero Rojas.

Por fim, vendo frustradas suas tentativas de romper a linha de comunicações aliada, o inimigo intenta destruir o acampamento de Tuiuti, base de operações e armazém dos aliados, para o que, reúne forças no valor de 9.000 homens, postas sob o comando do Gen Barrios (o invasor de Mato Grosso, em 1864), com a missão de *destruir as forças aliadas de Tuiuti e Passo da Pátria e arrasar as instalações, comércio e armazéns por ventura encontrados*. Às 04,30 da manhã de 3 de novembro de 1867, o inimigo ataca, de surpresa, as posições da extrema direita das posições de Tuiuti, levando de roldão a guarnição do fortim ocupado pelo 4º Btl Art. a Pé (Major Cunha Matos), que é dizimado e feito prisioneiro, e, investindo violentamente contra os redutos argentinos do flanco, que cedem, abrindo brecha logo aproveitada pelo inimigo, lança-se sobre o centro do acampamento, detendo-se nas barracas de comércio, a cuja pilhagem passou a se entregar. Refeitas da surpresa, as tropas aliadas se reagrupam sob as ordens de Pôrto Alegre, e se lançam a contra-ataques locais, fortemente apoiados pela Artilharia, particularmente a do Cel Manuel Lobo D'Eça, que realiza prodígios de mudanças de posição e de rapidez de entrada em ação. Entrementes Pôrto Alegre realiza milagres de coragem e de heroísmo na defesa do "Reduto Central",

com apenas 6 Btl. de Voluntários e 3 Regimentos de Art.; o Gen Paranhos, encarregado da cobertura do comboio de Tuiú-Cuê, entrega a proteção dêste à cavalaria de que dispõe e, com sua Brigada (45º, 52º e 32º V.P.) e mais o 48º que a êle se incorpora, lança-se à retomada dos fortins e ao ataque das retaguardas do inimigo atacante, que se põe em fuga, deixando fortes perdas e importantes troféus, depois renhida luta de cêrca de 4 horas de combate e que custou mais de 2.000 homens fora de combate, de cada lado, mas que, antes de mais nada, faz com que o inimigo mude a sua maneira de pensar sôbre suas possibilidades de resistência no quadrilátero fortificado de Humaitá, cujos limites exteriores diminui sensivelmente e cujos reabastecimentos vai procurar obter através de precária estrada aberta nos inundados terrenos do Chaco, com evidentes demonstrações de enfraquecimento do poder de resistência do baluarte. Por fim, sôbre a efeméride repitamos o que diz Tasso Fragoso: *"No recontro de 3 de novembro a figura do General Pôrto Alegre destaca-se com brilho imorredouro; êle patenteia, mais uma vez, suas qualidades excepcionais de heroísmo e tenacidade. Embora compreendendo a gravidade do momento, mantém-se firme no cumprimento do dever; perde duas vêzes o cavalo em plena refrega, recebe contusões por balas inimigas mas continua à testa dos elementos disponíveis, eletrizando-os com o seu exemplo e inflamando-os no desejo de colhêr a vitória na-quele lance"*.

REDENÇÃO DA CAVALARIA BRASILEIRA

Caxias, ao assumir o comando das tropas imperiais, em Tuiuti, preocupou-se com a precaridade do estado da cavalaria, tomando como uma das primeiras medidas de reorganização, a aquisição de novos animais de montaria e de tração e o estabelecimento do forrageamento à base de milho e alfafa. Por outro lado, julgando fracos os elementos de cavalaria no teatro de operações, recomendou a Osório, quando lhe escreveu carta outorgando poderes para organizar o 3º CEx, *"...V. Exc.ª. armará a força que daí marche com clavinas e a tratará de exercitar a pé e a cavalo, para que possam servir ainda quando lhes faltem cavalos. A todos dará o título de Corpos de Caçadores a Cavalo"*. O Grande Chefe, sentindo-se confinado nos campos de Tuiuti, precisava saber o que escondiam as matas que circundavam o acampamento, e, bem assim o caminho a seguir para cortar as comunicações do quadrilátero fortificado do inimigo, em Humaitá, para o que usou balões e patrulhas de cavalaria.

A princípio, a cavalaria desenvolveu reconhecimentos aproximados, de pequeno efetivo, cobrindo as patrulhas de "busca de lenha" que, muitas vêzes voltaram trazendo, ao em vez do precioso combustível, feridos dos recontros havidos. O inimigo ousado que importunava os acampamentos de Tuiuti, foi, aos poucos, sendo adentrado e afastado das orlas da mata, por fôrça da atividade da "Arma do Movimento", de que o cavalo passou a ter tratamento muito especial. Também a idéia de armar os cavalarianos com clavinas e exercitá-los tanto a pé como a cavalo que

Caxias tanto recomendou a Osório, quando o encarregou de levantar no Rio Grande do Sul, o 3º C.Ex., era sem dúvida alguma, o prenúncio da associação do "fogo" ao "movimento", aumentando, de maneira considerável, a capacidade de ação da "Arma dos espaços livres", cujo valor combativo era assim analisado por Andrade Neves, em carta dirigida, na época, ao seu grande amigo, Barão Homem de Mello: "... nossas cavalarias estão muito bem montadas, os cavalos gordos e lindos. Minha Divisão, de 1.400 praças boas, está ansiosa por brigar. Tenho a esperança que, alguma coisa farei, se não morrer na primeira carga. Eu aqui digo aos meus companheiros, que não temos inimigo para brigar com este Exército". Era o valor combativo, a iniciativa, a abnegação da "Arma" que ressurgiam das sábias providências de Caxias.

Por outro lado, os mapas geográficos assinalavam, em letras de minúsculo talhe, a existência da localidade de Pedro Gonzales, sobre a estrada Itati — Humaitá e situada a 6 ou 7 léguas Leste de Tuiuti, dando a impressão que esse seria o caminho de desdobramento das posições do quadrilátero de Humaitá e acesso aos campos mais permeáveis do Norte do Estero Rojas. A cavalaria reconheceu o itinerário e verificou estar abandonada a vila, de vez que ali só encontrou umas poucas lanças e alguns arreios, mas revelou, a meio caminho, a passagem de "Tio Domingos" que, por fim, serviu de base para a célebre manobra que lhe tomou o nome.

Dessa forma, quando Caxias desencadeou a "Manobra de Flanco" tratou de constituir sua tropa de exploração, confiando-a à 1ª DC (Brigadeiro João Manuel Menna Barreto), com 1.600 cavalarianos e alguma infantaria, que alcançou rapidamente o Passo de Tio Domingos e o ocupou, por forma a assegurar a aproximação dos escalões seguintes, o 3º C. Ex. (Osório) como vanguarda e 1º C. Ex. (Argôlo), o grosso. Na segunda fase do movimento, diante do completo desconhecimento do terreno e de seus meandros, Osório entende empregar suas duas D.C. em exploração, e, tomando a estrada Tio Domingos — Tuiui-Cuê como eixo, dá o Norte como zona de ação para a 1ª D. C. e Sul, para a 2ª (Andrade Neves), as quais encontram abandonadas as localidades, sucessivamente de Cabrera-Cuê, Mancuello, Estância Negrette, Cerrito e finalmente, Tuiui-Cuê, depois de haverem vasculhado o terreno de suas zonas de ação, onde encontraram e aprisionaram alguns esculcas, desertores ou retardatários mal montados, que prestaram informações preciosas e interessantes sobre as fortificações novas que defrontavam Tuiui-Cuê e sobre a existência da Fazenda S. Solano, onde o Ditador mantinha reservas de gado para a subsistência de Humaitá. E em verdade, quando o grosso da vanguarda atingia Tuiui-Cuê (31 julho) foram avistadas colunas retirantes de infantaria e cavalaria do inimigo (Cmts Medina e Rolón), com posições de retardamento nas orlas dos laranjais de Guaiaivi, (cerca 1/4 de légua daquela localidade), a quem Osório ordenou atacar sem detença, colocando artilharia em posição, apoiada pelos atiradores do 55º de Voluntários, que tomou o inimigo sob fogos frontais, enquanto que Menna

Barreto e Andrade Neves investiam pelos flancos, fazendo-o fugir em pânico, deixando vultosos perdas materiais e pessoais, contra apenas 31 mortos e feridos dos nossos. Este combate tomou o nome de "Combate do Passo do Marquito" e sabe-se que as tropas de perseguição de Andrade Neves levaram sua ação até às famosas trincheiras (1 légua) do Passo do Espinilho, atrás das quais o inimigo se abrigou.

A realidade constatada foi portanto de que as tropas aliadas não haviam saído à retaguarda do inimigo e que, todavia, não era acertado fazer nôvo deslocamento com o grosso, de Tuiu-Cuê para o Norte, antes de melhor conhecer o terreno circundante e de assegurar relativa segurança no funcionamento de linha de reabastecimentos vinda de Tuiuti, linha esta que, aos primeiros dias do duplo acampamento, foi várias vezes atacada, com alguns prejuízos, mas que, por fim, a cavalaria de escolta soube proteger e manter com galhardia e brilho, mesmo quando o inimigo, em desespero de causa, tentou ataques destruidores de relativo vulto. Por outro lado, sendo a tônica do comando a idéia do sítio ao quadrilátero de Humaitá e tendo havido o informe da existência da Fazenda S. Solano, com possíveis reservas de tropas de gado e outros trens de reabastecimento daquela fortaleza sitiada, impunha-se aclarar aquêlê informe, não só pelos benefícios das prêsas prováveis ali encontradas, como pela segurança que podia representar a posse do lugarejo sito a légua e meia de Tuiu-Cuê, razões por que Caxias logo ao chegar com o grosso dos exércitos àquela localidade, tratou de organizar forte destacamento para realizar o reconhecimento em força da região. Para comandar êsse destacamento, Caxias, atendendo a motivos políticos da aliança, designou o General uruguaio Henrique Castro e para constituir-lo foram escolhidos as tropas da 2ª D. C. (Andrade Neves) reforçadas pela 2ª Brigada de Cavalaria e mais o 24º e o 25º Corpos Provisórios, ou sejam 8 unidades da cavalaria brasileira, num total aproximado de 2.600 combatentes, além de um contingente argentino de 400 cavalarianos correntinos.

Na noite de 2 para 3 de agosto, Castro fêz aproximar sua tropa sôbre o objetivo designado, cuja Vg (11º R. C. — Manuel Rodrigues de Oliveira — e 6º R. C. — Manuel Inacio da Silva), ao clarear do dia 3, desaloja elementos de PA do inimigo e se choca com força de 600 a 700 cavaleiros guaranis, na maioria mal montados, na localidade de Pinimbu, sôbre a estrada rumo a Assunção, deixando S. Solano a cêrca de meia légua à direita (Leste). O inimigo foi batido e violentamente perseguido até à ponte do Arroio Hondo, distante cêrca de uma légua daquela localidade. Nessa altura, Andrade Neves ultrapassa a Vg. com três regimentos descansados da nossa cavalaria e leva a perseguição do inimigo até à mataria da região de Posta-Chuchu na direção de Vila del Pillar, onde os remanescentes se dispersaram e se embrenharam no mato. Na tarde do mesmo dia, Castro depois de reunir suas forças, foi acampar na fazenda S. Solano, de onde dirigiu sua parte de combate que, entre outros pormenores citava a prêsa de 600 reses, 360 animais cavallares, 2 carrêtas de munição, 400 armas individuais e numerosa ferramenta de sapa, além

da constatação de apenas um morto e oito feridos, dentre os nossos, contra 154 mortos (encontrados e dados sepultura) e 34 prisioneiros do inimigo que, como é fácil depreender, foi totalmente surpreendido em suas posições e acampamentos. Outrossim, foram feitas depredações na linha telegráfica do inimigo, que seguindo a estrada real, ligava Humaitá ao interior do país. Foi o chamado "Combate do Arroio Hondo".

Esta e outras tantas operações de menor vulto realizadas pela cavalaria brasileira nos primeiros dias do duplo acampamento, e destinadas a desafogar e criar zonas de segurança em torno de Tuiú-Cuê, entusiasmaram por tal forma aos chefes, que Andrade Neves em carta de 14 de agosto dirigida ao Barão de Teffé, assim se expressava: "*... ganhou-se muito, por ter-se entrado à força pela campanha, mostrando-lhes (aos inimigos) que hoje nada nos embaraça de penetrarmos para o centro da província*".

Uma semana mais tarde, a 9 de agosto, tocou à tropa de J. M. Menna Barreto explorar a faixa entre S. Solano e o Arroio Hondo o que fêz, reconhecendo itinerários conducentes ao Arroio e alguns passos nêles existentes, produzindo destruições em linhas telegráficas do inimigo, fazendo preias de grande vulto, particularmente no tocante a gado vacum e cavalhada, ainda que magro e estropiado, concluindo militarmente que o inimigo, entre S. Solano e o arroio, mantém apenas sentinelas e esculcas que se escapam rapidamente ao pressentirem a aproximação das forças amigas e, por fim, desbaratando e aprisionando, a cerca de 2 léguas a Nordeste do arroio, tropa de cavalaria guarani, mal montada e de ânimo combativo bastante combalido, numa verdadeira confirmação do que afirmava Andrade Neves, na carta acima mencionada. O tempo confirmou que as sortidas da cavalaria brasileira, em 1867, desgastaram profundamente os temíveis "Aca-moroti" de Rivarola, e tanto o foi que, no ano seguinte, na Batalha de Avaí, os cavalarianos guaranis eram meninos de 12 a 15 anos que, para terem aspecto mais másculo, usavam postiços feitos de crinas, à guisa de barba e bigode. Os verdadeiros "Aca-moroti" haviam desaparecido...

A 15 de agosto, a esquerda força as passagens de Curupaiti com êxito e galhardia mas prefere diferir as operações contra Humaitá, tendo em vista as dificuldades de reabastecimentos que naturalmente haviam de sobrevir em decorrência da operação. Os reconhecimentos e as observações acusam grandes movimentos pelo rio Paraguai, vindos do interior do país inimigo para reforçamento e vida em geral, em Humaitá. O Comando aliado compreende que é preciso atingir a barranca daquele rio, bem ao Norte da fortaleza sitiada, por forma a interceptar a remessa de recursos vindos do interior, e os mapas geográficos e os informes colhidos apontam as localidades de Vila del Pilar e de Taíí como sítios favoráveis para tal, a primeira situada imediatamente a jusante da embocadura do rio Nhembucu, a cerca de 8 léguas e meia de Tuiú-Cuê e a segunda, a meio caminho, quase inacessível por terra, por situar-se em restinga existente entre o rio e os banhados e matas do Potrero

Obella o enorme e cerrado matagal de forma trapezoidal que se estende ao Norte do arroio Hondo, por sete milhas ao longo da margem esquerda do rio Paraguai, com uma largura de 4 a 5 milhas. Também a impertinente presença de cavaleiros isolados ou em pequenos grupos, sempre fugidios, ou mesmo algumas partidas mais ousadas, como a que atacou a 6 de setembro a guarda brasileira da Fazenda S. Solano, composta de um esquadrão sob o comando do capitão Chananeco, que soube resistir herôicamente até a chegada de forças maiores para derrotar os atacantes, alimentava a impressão da existência de tropas esparsas, acampadas fora do quadrilátero de Humaitá, embrenhada na mata que circunda Tuiú-Cuê, principalmente ao Norte do arroio Hondo, entre este e o Nhembucu ou mais precisamente, até Villa del Pilar.

A data de 20 de setembro marca, justamente, a retumbante vitória de Andrade Neves e de seus valentes bombachudos sobre os ocupantes inimigos de Villa Del Pilar, a quem destruiu e aprisionou e de quem tomou estandartes, canhões, armamento portátil, munições de guerra e de bôca, firmando, por fim, no comando inimigo o travo cruel da derrota e obrigando-o a iniciar suas medidas de evacuação da praça forte de Humaitá através dos níveis terrenos do Chaco.

O comando aliado, sentindo a impossibilidade técnica de forçar com a esquadra, no momento, as passagens de Humaitá tão fortemente defendidas e, muito menos a de reabastecer os navios que, por aquele ato, passassem a operar a montante da fortaleza, e bem assim, sentindo os incômodos dos recursos que o inimigo carregava regular e impunemente do interior para aquela praça forte, pela via fluvial e pelos embarcadouros da margem alta do rio (esquerdo), entenderam que seria de necessidade imediata, acercarem-se da beira do Rio Paraguai, ao Norte das posições atuais, a fim de examinar as possibilidades daqueles embarcadouros, principalmente a de Taíí, que tomava de enfiada larga extensão do curso d'água. Secundariamente havia necessidade de esclarecer sobre a existência ou não de tropas de maior vulto embrenhadas nos matagais do Alto-Nhembucu, ameaça permanente aos acampamentos de Tuiú-Cuê.

Dentro dessa ordem de idéias, Mitre e Caxias resolveram mandar dois destacamentos de descoberta, na direção Norte, um, o brasileiro, sob comando do Brigadeiro Andrade Neves e o argentino, às ordens do General Hornos, cada qual explorando zonas diferentes, Hornos o interior e Andrade Neves a barranca do rio, com a cláusula obrigatória de, *"por fim juntarem-se pouco ao Sul de Villa Del Pilar e acometerem essa vila"*, a qual, segundo informes, estava guarnecida com cerca de 200 infantes, um piquete de cavalaria, 2 peças de artilharia batendo o "passo" e fornecedores de gado, onde, segundo as "instruções", as duas colunas *"procurariam aprisionar a tropa ou os homens que ali se achassem, bateriam toda força que resistisse, tratariam de se apossar de canhões que porventura existissem, destruiriam os Depósitos de artigos*

do Estado que encontrassem, respeitando as casas particulares e as famílias, sem lhes fazer dano algum e destruiriam a estação telegráfica, trazendo as peças principais do respectivo aparelho, e por fim, retirar-se-iam, em uma ou duas comunas, até à altura do arroio Hondo, onde se estabeleceriam até novas ordens e mandariam as comunicações". Faltou, portanto, na ordem do Comandante-em-Chefe dos Exércitos aliados, a definição do comando dos destacamentos, pelo menos a partir do momento em que passariam a agir "juntos", quando, segundo as "instruções deveriam operar "de acôrdo"...

Na madrugada do dia 19 de setembro de 1867, as duas colunas partiram para cumprimento de suas missões. Primeiro a de Hornos pelo interior e em seguida a de Andrade Neves pelo litoral, que logo às 8 horas da manhã, encontrou elementos inimigos que defendiam as passagens do arroio Hondo, que foram desalojados, fugindo e embrenhando-se nas matas visinhas; às 10 da manhã, Andrade Neves atinge a entrada do "Potrero Obella" que manda reconhecer, a despeito das dificuldades do terreno matoso e alagadiço e através de estreitas picadas, pondo em fuga a guarnição de cerca de 200 homens, que deixou 2 mortos, 70 cavalos encilhados, numeroso armamento e cerca de 200 reses de gado gordo; operação necessariamente demorada, o que obrigou a Andrade Neves destacar a Brigada provisória de Camilo Mércio (1º e 21º Corpos provisórios) reforçada pelo 10º Corpo (T. Cel. Hipólito Ribeiro), para, forçando a marcha, procurar contacto com Hornos e preveni-lo da próxima chegada, pela noitinha, do restante da cavalaria brasileira.

Só depois das 13 horas, pôde Andrade Neves prosseguir para o Norte, visando ao encontro com Hornos, a fim de com êle operar "de acôrdo" contra a Villa Del Pilar, quando, ao cair da tarde e ao se abeirar do Estero Ibaí, onde pretendia pernoitar para investir no dia seguinte sobre aquela vila, divisa forte coluna que marcha em sua direção e que reconhece ser a tropa de Hornos, o qual declarou haver "*reconhecido que a vila estava abandonada e que o inimigo estava do outro lado do arroio Nhenbucu com duas peças de artilharia e uma grande força, e que assim sendo, considerava concluído o objeto da expedição, podendo-se regressar no dia seguinte*", com o que não concordaram, unânimemente, Andrade Neves e seus lugar-tenentes, comandantes de Brigada, Niederauer, Gonçalves da Silva e Camilo Mércio que entendiam não estar satisfeita a missão que lhes havia sido dada pelo comando supremo, uma vez que a vila não havia sofrido ataque e consequentemente não houve aprisionamento de homens, nem foram batidas quaisquer resistência, nem houve destruições e muito menos a posse dos canhões, cuja presença estava agora confirmada. Isto pôsto, foram tomadas providências para o ataque na manhã seguinte (20 Set. 67), das posições inimigas de defesa da Villa del Pilar. Técnica e taticamente perfeita, a tomada da Villa del Pilar se iniciou com a escolha do pessoal mais bem montado, para, no menor tempo possível, fazer a aproximação de cerca de uma légua, entre o acampamento e a vila. Em seguida,

diante da impossibilidade de transpor o rio à viva força, frontalmente, Andrade Neves designa 200 homens do 10º e 11º Corpos, sob comando do T. Cel M. Rodrigues de Oliveira, para ocuparem à vila, simularem operações de travessia e de utilização do "Passo Real" (que estava sob fogos inimigos), tomar sob seus fogos o inimigo da margem Norte do Nhembucu e, por fim, diante da circunstância momentânea da aparição de reforços inimigos vindos em embarcações, obstar-lhes o desembarque, por forma a cobrir a manobra do grosso atravessando o arroio no passo existente a meia légua a montante, para tomar o inimigo de flanco e pela retaguarda. Sentindo a presença da vanguarda brasileira (6º Corpo), o inimigo deixa cortina diante da vila e faz frente à esquerda, apresentando cerca de 400 combatentes de infantaria e cavalaria, contra os cavalarianos do Major Isidoro Fernandes de Oliveira, operação presntida por Andrade Neves, que faz atravessar os elementos dos três Corpos restantes. 7º (Cel. Cipriano de Moraes), 1º (Maj. Vieira Souto) e 21º (T. Cel. Irineu Topásio); manda *apear* este último e *atacar pelo fogo* (de suas clavinas Spencer), o flanco esquerdo do inimigo, constituido de infantaria, enquanto que êle próprio carrega, contra a cavalaria guaraní da ala direita, já não mais apoiada no rio, à frente de 6º, 7º e 10º Corpos, desbaratando o inimigo, que corre para a barranca do rio, onde se deixa matar a maioria, ou aprisionar alguns feridos graves, entregando inclusive, as duas peças de artilharia que apenas tiveram tempo e oportunidade de fazerem três disparos de pouco efeito.

Enquanto isso ocorria na margem Norte, o T. Cel Rodrigues de Oliveira, dando prova de decidida iniciativa e de esclarecida disciplina intelectual, diante de novos reforços inimigos chegados com os vapores "25 de Mayo" e "Iguerei" e mais uma chata atracada ao costado d'este, fez cessar fogo, simulando abandonar a vila para, em seguida carregar com dois esquadrões sobre o inimigo tomado em pleno delicto de desembarque afoito e descuidado, acutilando-o e lanceando-o violentamente, matando e ferindo muitos, enquanto que a maioria, tomada de pânico, jogava-se ao rio em desesperada fuga, buscando, a nado, abrigo nos navios de onde tinham vindo. Tôda a manhã do dia 20 de setembro foi gasta na refrega que infligiu grandes perdas ao inimigo, o qual deixou mais de 100 mortos no campo de batalha, inclusive o comandante da tropa, que se deixou matar combatendo junto aos canhões apresados; foram feitos 74 prisioneiros, dentre os quais havia 4 oficiais, sendo que alguns foram presos em uma chata de desembarque que os gaúchos de Rodrigues de Oliveira — *laçaram* —, quando se aproximava da praia. As prêsas consistiram em 200 rezes, 60 cavalos, 2 canhões com 100 tiros, 2 carrêtas de munição carregadas com 5.000 tiros de infantaria, uma grande partida de 10.000 cartuchos de infantaria encontrados em depósito, junto com cinco caixas de pólvora para canhão, 263 espingardas, 78 lanças, dois estandartes tomados em ação e mais 4 encontrados nos depósitos, além de surrões de charque e sacos de farinha, do que boa parte foi consumida ou destruída por dificuldades de transporte.

As 17h 30m, Andrade Neves reuniu, novamente todo o seu pessoal no acampamento do Estero Ibaí, onde recebeu as partes de combate dos seus comandados, verificando que para completo cumprimento da missão, faltava ainda o reconhecimento de Taí que foi diferido para a manhã do dia seguinte, dela ficando encarregado o 6º Corpo (T. Cel Manuel Inácio da Silva) com o Maj. Rufino Galvão, engenheiro encarregado do relatório técnico sobre o valor da posição relativamente ao seu comandante sobre o rio. Este último reconhecimento encontrou a posição quase desguarnecida e fatos posteriores fazem admitir que os esforços chegados nos navios à Vila del Pilar, no dia 20, eram constituídos pelos elementos daquela guarnição. Os poucos homens encontrados pelo reconhecimento, atravessaram apressadamente, em canoas, o rio Paraguai, e da outra margem tirotearam, inutilmente, os nossos. O reconhecimento do 6º Corpo destruiu, pelo fogo, todas as instalações imóveis encontradas no pósto e o engenheiro-relator expendeu parecer nos seguintes termos: "... A barranca é alta própria para uma bateria forte, que assestada, cortará, pelo rio Paraguai a comunicação entre Humaitá e a Capital. Essa barranca é ainda mais azada para esse fim do que a do Pilar, não só por sua elevação, como por ficar mais próxima deste nosso acampamento. Na barranca do Taí não há mato, porém tem acima e abaixo pela margem do rio..." (essas informações tiveram aplicação cerca de mês e meio depois, quando se decidiu levantar um forte brasileiro no local).

Dessa forma, não há por que deixar de reconhecer grande importância à famosa batalha de 20 de setembro de 1867, conhecida como a "Conquista da Vila del Pilar", vitória brilhante de Andrade Neves, pela qual foi agraciado com o título de "Barão do Triunfo", cuja tenacidade e irrestrita obediência à missão, devem ser tidas como exemplo, para os chefes de cavalaria. Por outro lado, a batalha, em si, marca outras características da arma do movimento, tais como — a seleção de homens melhor montada para execução do lance final; a utilização do fogo, no combate a pé, talvez pela primeira vez empregado pelas cavalarias sul-americanas; o acerto e oportunidade da combinação desse fogo, aferrando a infantaria inimiga, com a carga contra a cavalaria do flanco direito, desbaratando-a pela surpresa e pela violência das linhas sucessivas de forrageadores; a profundidade da exploração do bom êxito, levada até às posições de artilharia e fechando as saídas do campo de batalha, por forma a destroçar completamente a força inimiga, cujo comandante sucumbiu na peleja; ao Sul, houve a bem planejada e melhor executada finta que levou o inimigo a tentar o desembarque despreocupado e, em seguida, a ousada carga de contra-ataque, devolvendo para os navios as tropas de desembarque, senão aprisionando-as, ferindo-as ou as exterminando.

Mitre, o Comandante-Chefe dos Exércitos Aliados em Operações ao Sul do Paraguai, referindo-se à operação, fez a seguinte declaração: "Conforme eu esperava, com toda a segurança, a expedição ao Pilar proporcionou os mais brilhantes resultados. Dou grande importância a

êste acontecimento, não só pelas vantagens materiais que nos facultou, senão também (e isto é o mais importante), pela desmoralização que vai ocasionar nas forças paraguaias e no interior do país".

A conclusão estava absolutamente certa; o inimigo reativou suas medidas de sobrevivência através do Chaco, aumentou a guarnição da praça de Timbó, na margem direita do rio Paraguai e a montante de Humaitá e, ao Sul do Estero Rojas, passou a tentar golpes desesperados contra a linha de reabastecimentos aliada do Passo Ipôhi, e até mesmo contra o acampamento de Tuiuti. No campo tático da segurança das posições de Tuiui-Cuê, Caxias sentia por demais delicada a situação de seu flanco direito, onde o terreno se apresentava coberto de banhados e capões, cuja vigilância consumia vultoso contingente e conduzia a freqüentes recontros de patrulhas que seguidamente constataavam a presença de elementos mais fortes nos campos mais do Norte, próximo ao Arroio Hondo e às fortificações de Humaitá. Soube-se, mais tarde, que o inimigo cioso de seus famosos "Acá-Moroti", a cavalaria índia de Rivarola, tratou de concentrar o pouco que restava dessa força de elite, nos campos fortificados de Humaitá e, porque não dispusesse de meios para forragear a cavalaria no interior da praça forte, fazia-o nos campos das cercanias, cobrindo-se nos banhados e capões de mato, cujas veredas conhecia perfeitamente. Do nosso lado, era evidente que o mistério do terreno e aquela presença indesejável de tropa, trazia incômodo e preocupação, razão porque tratou o comando iluminado de Caxias de pensar em removê-los, montando operação ofensiva capaz de destruir aquelas forças.

As circunstâncias porém fizeram com que os acontecimentos se precipitassem, travando-se no dia 3 de Out. 67 um violento combate de encontro, de curta duração, bem verdade, mas de duras perdas para o inimigo, o chamado "Combate de Pare-Cuê".

Na manhã do citado dia 3 de outubro, o Coronel Antonio Fernandes de Lima, comandante da 6ª Divisão de Cavalaria, tropa de serviço no setor de S. Solano, nas inspeções rotineiras do dia, verificou que o inimigo mantinha piquêtes aquém do banhado que cobria o grande "Capão das Dúvidas", também chamado pelos paraguaios de "Isla Taii", o qual por sua vez parecia fortemente ocupado, e, distando apenas 3/4 de légua daquela localidade, constituia perigo iminente, que era preciso remover. Um simples esquadrão mandado para desalojar o piquête inimigo, con-segue fazê-lo, mas cai sob intensa fuzilaria vinda do capão, confirmando a ocupação do local. Fernandes Lima faz aproximar tôda D. C. (ainda que muito desfalcada, pois só conta com cerca de 400 cavaleiros) e Andrade Neves, alertado pelos tiros, faz manter uns 900 homens e com êles procura se justapor à D. C. de Fernando Lima, para juntos acometerem o inimigo do famoso "Capão das Dúvidas", o que fazem, apeando alguns atiradores que tomam sob seus fogos as orlas do capão, sem se adentrarem muito nos banhados. O inimigo cede e começa a rarear o fogo, quando chega a intervenção dos elementos da Brigada Barros

Falcão, com artilharia que atira sobre o capão, acelerando a retirada do inimigo, providência esta tomada por Caxias, igualmente alertado pelos tiros que ouvia ao Norte de seu QG, em Tuiú-Cuê. Diante do recuo do inimigo, foi ordenado "Cessar Fogo" e "A Quartéis" retirando a tropa, devendo, todavia, a 2ª D. C. permanecer em observação até ser substituída pela 1ª D. C. (tropa de serviço no dia), que se desloca através campo para procurar a direita da 6ª D. C.

O inimigo percebendo o retardamento da 6ª D. C. que aguardava a reunião os elementos de P. A. ainda dispersos, se reagrupa e se lança em força contra aquela divisão, que reage à altura, enquanto que ao Sul, Andrade Neves destaca o 10º Corpo provisório (Ten-Cel Hipolito Ribeiro) em vigilância sobre a estrada Humaitá — S. Solano, e manda o 11º Corpo (Ten-Cel Rodrigues de Oliveira) carregar sobre o flanco direito do inimigo, ao passo que o resto da D. C. se reagrupa para constituir escalões sucessivos de cargas sobre o flanco direito inimigo, e a 1ª D. C. (J. M. Menna Barreto), encarregando a 2ª Brigada de cobrir seu próprio flanco direito, e os argentinos do Coronel Santos Corrêa de garantir sua retaguarda (mantendo as passagens do Arroio Hondo), justapõe-se à direita da 6ª D. C. e acomete, com a 1ª Brigada, o flanco Norte (esquerdo) do inimigo que é totalmente desbaratado e pôsto em fuga, não sem deixar o alto preço de sua ousadia, representado por 500 mortos, 200 prisioneiros, 8 estandartes, mais de uma centena de cavalos encilhados e numeroso armamento, inclusive de fogo portátil, tudo no curto espaço de 3/4 de hora, tempo dessa refrega final, cuja perseguição foi levada até os campos de Pare-Cuê, vizinhos de Humaitá e Estabelecimento.

Notável nesse sangrento reencontro terá sido o fato descrito pelo trecho abaixo, da Ordem do Dia n. 140, do E. M. de Caxias a saber : *"... Pelo mau estado da cavallhada do 18º Corpo provisório, pertencente à 7ª Brigada da 6ª Divisão, muito pouco eram as praças disponíveis para entrar em combate. Alguns de seus oficiais, porém, cujos corações patrióticos ardiam no louvável desejo de tomar parte na luta que se ia travar, coligaram-se, formando um meio-esquadrão, fazendo também dêle parte três sargentos e um cabo-de-esquadra. Este punhado de bravos, armados de lança, como se fossem simples soldados, por três vêzes carregou sobre o inimigo, derribando em tórno de si inúmeras vítimas, e levando o terror as fileiras inimigas. Por tal feito, são dignos dos maiores elogios êstes oficiais e praças, e é com grande satisfação que S. Excia. Sr. Marquês ordena que seus nomes se declinem, comprometendo-se a recomendá-los fervorosamente ao Govêrno e à alta Muni-ficência Imperial". É como dizia o grande chefe e mestre Benício da Silva, a Cavalaria não é melhor nem pior do que as outras Armas, é apenas ... diferente ...*

Mas a necessidade de sobreviver da cavalaria guarani era mais forte do que o perigo dos ataques nos campos de Pare-Cuê e, bem assim o projeto de Caxias de atacar de surpresa mantinha-se em plena evidência,

dispondo para tanto, de cêrca de 5000 cavaleiros bem montados, dependendo a execução apenas da aprovação de Mitre, o generalíssimo aliado, que concordou em desfechar o golpe no dia 21 de outubro de 1867.

Na véspera do acontecimento, dia 20 de outubro, reuniu Caxias na sua barraca, os comandantes das tropas por êle designadas para realizarem a operação, para lhes expor a idéia geral, a saber:

1) Participariam da operação 4 D. C. : De W para E, a 5ª (Vitorino Monteiro) e a 2ª (Andrade Neves) acometeriam o flanco direito do inimigo, que devia ser atraído para os campos de Tataibá, devendo ainda, aquela 5ª esforçar-se por cortar a retaguarda do inimigo; a 1ª (J. M. Menna Barreto) e a 6ª (Fernandes Lima) atacariam de frente, partindo dos capões de mato ao S. de Isla Taii (Capão da Dúvida); a Brigada de Infantaria do Cel. Pinheiro Guimarães postada à esquerda dessas duas D. C. tomando sob fogos os banhados SE de Tataibá.

2) Argolo deveria ficar de sobreaviso em S. Solano, com reforço de dois Btl. para a eventualidade de se generalizar a operação, (êste, preventivamente destacou o Cel. Bethbeze, com 4 Btl e 4 bôcas de fogo, para a estrada S. Solano — Humaitá, para acolhimento da cavalaria, em caso de insucesso), e bem assim, Osorio com sua 4ª D. I.

3) A operação seria desencadeada de surpresa, mediante sinal convencional, e todos os movimentos de tomada de dispositivo seriam feitos sob a maior discrição e disfarce.

Na madrugada do dia 21, a tropa tinha realizado o seu dispositivo; a 5ª D. C. com a sua Vg (Coronel Astrogildo Costa) no ponto mais vizinho de Humaitá, oculta atrás do parapeito da fortificação e que, segundo o Diário de Caxias, *“para mascarar êsse movimento, havia sido previamente elevada à altura do mesmo parapeito, por meio de galhos de árvores, formando uma floresta artificial”*. O grosso da 5ª e a 2ª ocultos nos laranjais próximos ao acampamento. A 1ª e a 6ª nas matas designadas, com atiradores em posição para hostilizar e artair o inimigo para os campos de Tataibá, por forma a distanciá-los ao máximo da sua base de Humaitá e, com elas, a Bda Pinheiro Guimarães, formando ângulo, para cobrir a direção de Tui-Cuê; em S. Solano, a tropa de Bethbeze escalonada e formando emboscada (dispositivo em L, inteiramente disfarçada no terreno), pronta para sua missão de acolhimento e cêrco dos perseguidores, se fôr o caso, com vigilância ativa nas margens do Arroio Hondo, para evitar golpes de mão do inimigo pela retaguarda.

Ao alvorecer começaram a sair de Humaitá os piquêtes, esquadrões e regimentos da cavalaria guarani, aparentemente para repasto da cavalaria, saindo cada qual em suas direções, à busca de pasto tenro, quê, nesta altura, já estava afastado daquela fortaleza, pelo pisoteio dos dias anteriores. Também verificava-se que alguns destacamentos tinham missão de segurança, afastando-se bastante dos grossos que, com certa dis-

plicência, desencilhavam suas montadas e churrasqueavam à beira dos matos. Tudo isso era notado pelo próprio Caxias, postado no observatório da Bda Astrogildo que, por volta das dez horas, avaliando em 2000, os "Acá-Moriti" de Caballero (reconhecido pelo rico ajaezado, em prata faiscante, de sua montada) espalhados pelo campo, resolveu alertar, por telégrafo de campanha, às 1ª, 2ª e 6ª D.C., para que tratassem de atrair a atenção do inimigo, tiroteando com suas avançadas e, às 10,45 soltou o sinal convencional (três tiros de canhão, seguidos de foguetes) de início da operação, fazendo partir a Vg, com piquête escolta em primeiro escalão, a galope, na direção de Humaitá, com a missão de "*cortar retaguarda do inimigo*", seguida de perto da 5ª D.C. que acomete o inimigo antes que este tenha encilhado e reagrupado para o combate; poucos minutos depois, a tropa de Andrade Neves, surgindo de seus esconderijos, carrega os elementos que se reagrupam em Tataiibá os quais, aos primeiros embates procuram se reunir aos dos campos de Pare-Cuê, ou quicá, tentam alcançar as muralhas de Humaitá procurando proteção. O inimigo assim surpreendido entra em pânico e segundo descreve Thompson, "*Caballero abriu caminho até colocar-se debaixo dos fogos de Humaitá. Durante esse percurso de três milhas esteve completamente cercado e foi combatendo braço a braço. A Cavalaria paraguaia sofreu muito: teve 400 mortos e deixou 138 prisioneiros (todos feridos). Alguns feridos puderam chegar a cavalo até Humaitá... O que admira, é que tenha havido quem escapasse*".

A 1ª e a 6ª DC que iniciaram o combate com atiradores a pé, só participaram do final da refrega a cavalo, perseguindo o inimigo em retirada. E porque a Cavalaria brasileira tivesse levado os elementos de perseguição até às proximidades imediatas do reduto central de Humaitá, provocou deste a reação de fazer desencadear, pela primeira vez, fogos de artilharia contra as tropas terrestres dos aliados.

A batalha durou pouco mais de uma hora e ao final verificaram-se, nas hostes amigas: mortos, dois oficiais e oito inferiores e soldados; feridos, 22 oficiais (10% do efetivo) e 91 inferiores e soldados (3,2%); do lado paraguaio, mortos, 583; prisioneiros, 178, perfazendo 761 perdas, ou sejam 44,7% do efetivo apontado pelos historiadores paraguaios, 1.700 cavaleiros.

Mitre, respondendo à parte de combate de Caxias em que o grande cabo-de-guerra ressaltava o brilho da vitória dos aliados, disse o seguinte texto: "*O completo triunfo que importa este combate e as vantagens obtidas por ele, dão uma glória a mais às armas aliadas em geral e à cavalaria brasileira em particular e honra aos chefes, oficiais e soldados que o conseguiram. Devolvo a V. Excia. a felicitação que me dirige por esse motivo, felicitando muito especialmente a V. Excia pelo acerto com que tomou suas medidas para melhor êxito da empresa*".

Era a redenção da Cavalaria brasileira, era o seu cartel de bravura e galhardia que se refazia na exuberância de uma vitória esmagadora e decisiva, devolvendo em glórias os sacrifícios pela Pátria feitos com a aquisição e forrageamento de sua arma essencial: o cavalo.

A realidade dos fatos é que, segundo Resquin, historiador guarani, *“nos combates de 2 e 21 de outubro, dados por Lopez sem nenhum fim estratégico, perderam os paraguaios tôda a sua Cavalaria”*. O cêrco das tropas aliadas à Fortaleza inimiga tornou-se ainda mais efetivo, e o grande número de prisioneiros feitos permitiu que, por hábil interrogatório, ficasse o Comando sabedor de que o Ditador continuava a receber recursos, vindos do interior através do famoso Potrero Obella, onde já haviam numerosas boiadas e cavalhadas (o que fôra constatado com resultados positivos, na jornada de 19 de setembro), sob a guarda de vultoso destacamento sob o comando de certo Capitão Gonzales, com entrincheiramentos preparados em várias passagens obrigatórias a quem ousasse penetrar naqueles cerrados matagais, além da existência de postos à beira rio, destinados a apoiar os navios de guerra e de transportes de gêneros do inimigo. Outrossim, soube-se que Villa del Pilar havia sido reocupada e que lá havia atividade militar de tôda espécie e que, no Arroio Jacaré e no rio Tebicuarí se realizavam trabalhos de fortificação (7,5 a 8 léguas daquela Vila).

Havia, pois, razões mais do que fortes para novos reconhecimentos ao Norte do Arrôio Hondo. No dia 27 de outubro, Mitre fêz marchar sôbre Villa del Pilar o Major argentino Ascuña com um pequeno destacamento de descoberta que foi batido pelo comandante paraguaio Rojas, na região do Estero Ibaí (onde Andrade Neves acampara, no mês anterior, para acometer àquela Vila), só lucrando o ensinamento de que o assunto deveria ser tratado com efetivos mais respeitáveis. Caxias entendeu de dar a missão a destacamento de um Corpo de Cavalaria, sob comando de João Manuel Mena Barreto, compôsto da 1ª DC (cujo comando êle próprio passou ao Cel Oliveira Bueno) e da 2ª DC (Andrade Neves), reforçado pela Bda Inf do Coronel Salustiano Jerônimo dos Reis (1º, 2º, 7º, 8º e 9º Batalhões de linha e mais o 24º e 33º Corpos de Voluntários da Pátria) e apoiado por uma Bia Art sob comando do Cap José Tomaz Theodósio Gonçalves, com o concurso técnico do engenheiro Major Rufino Galvão e contingente de sapadores, além do pessoal de saúde e trens.

Teria tido êsse forte destacamento a seguinte Missão múltipla:

a) Reconhecer o terreno ao Norte do arrôio Hondo até o corte do rio Nhenbucú, entre o rio, à esquerda e a mata, à direita, destruindo a linha telegráfica que por êle se desenvolver;

b) Empreender “razzia” nos terrenos de Potrero Obella, apossando-se das preias por ventura encontradas e ocupando as entradas do mesmo potrero, por forma a impedir e aprisionar tropas de gado ou o que fôr, que nêle pretenda penetrar;

c) Reconhecer o pôsto de Taíí e a Vila del Pilar, guarnecendo-as, se necessário;

d) assegurar constante ligação do Destacamento com o QG de S. Solano.

Na manhã do dia 29 de outubro de 1867, Mena Barreto deu início à execução da missão, ocupando posições imediatamente ao N. do Arroio Hondo com dois regimentos da 2ª DC *"para garantir a retaguarda"* ou mais objetivamente, para assegurar a ligação com o QG de S. Solano e acolher o Corpo, em caso de insucesso, e destacando o 2º RC (J. Sabino Mena Barreto) e 3º RC (Justiniano Sabino da Rocha) como Vg. do destacamento, sobre a estrada real de Assunção, a qual, por sua vez, cerca de légua e meia do arroio, foi tiroteada por atiradores guaranis que defendiam a entrada do potrero, um extenso desfiladeiro aberto na mata, que conduzia a trincheira bem defendida pelas tropas do Cap Gonzales. Mena Barreto monta ataque frontal à posição, por batalhões sucessivos 2º, 7º e 33º, apoiados pela artilharia, cujas peças tiveram que entrar em posição *"à braço"*, tal a dificuldade do terreno e o cerrado do mato, enquanto outros três Btls, 24º, 8º e 9º, através picada aberta *"à machete"*, deviam contornar a posição e surpreender o inimigo pela retaguarda, o que foi conseguido com pleno êxito, ainda que a alto preço de vidas, dada a natureza mesma do combate. Sobre 300 homens da guarnição da trincheira, os paraguaios perderam 50% inclusive o valoroso Cap Gonzales, comandante da tropa, e dentre os fugitivos, acutilados pela cavalaria de NIEDERAUER (3ª Bda), foram aprisionados mais 56 homens válidos. As preias foram: seis carretas com munições de infantaria, uma carretilha, 200 armas, 50 cavalos e 600 bois de corte. Os brasileiros tiveram 85 mortos, sendo 9 oficiais, e 310 feridos (8% do efetivo) e Caxias ao redigir a parte de combate em Ordem do Dia, assim se expressou: *"...Foi de certo este combate muito mais sangüinolento do que deveria ser, por motivo da posição que o inimigo ocupava, em uma picada de mato virgem, com os dois flancos apoiados em banhados quase invadiáveis, que os nossos tiveram que atravessar debaixo de fogo, com água até o pescoço..."*.

Na segunda parte da jornada, Menna Barreto fez reconhecer Villa del Pilar (2,5 léguas), através de Taií (3/4 de légua). Neste pôsto fez correr a pequena guarnição ocupante, que transpôs o rio, atirando inútilmente da margem direita, enquanto que patrulha lançada para o Sul, pela restinga à beira rio, deparou com outra entrada para o potrero Obella, posição que se admitia ocupada por cerca de 600 homens, sob comando do Major Franco e que era conhecida como Laureles, onde, inclusive, alguns navios tomavam lenha. Villa del Pilar foi encontrada, mais uma vez, abandonada, tendo os Esquadrões do 3º RC podido percorrê-la em tôdas as direções, sem a menor reação.

Na jornada de 30 de outubro, Menna Barreto, bivacado no Potrero, recebeu como reforços, o 23º VP e o 1º C. Cav, além de elementos de mão-de-obra de engenharia e respectivo material de sapa. Na manhã seguinte (31), partiu para Taií outro destacamento composto de 3 Btl. Inf., 1 C. Cav. e 2 bôcas-de-fogo, para cobrir a reconhecimentos técnicos para instalação, no local, de um forte brasileiro. O destacamento expulsou a pequena guarnição local e trocou tiros de artilharia com um navio que caturrava próximo ao barranco, pondo-o em fuga, rio a cima.

No dia 1 de novembro, o inimigo tenta desembarcar à viva força um contingente, diante do pôrto, sem resultados práticos, razão por que desloca a operação para sítio cêrca de uma milha a montante, aí desembarcando o valor de 2 ou 3 batalhões (600 homens) sob o comando do dedicado ajudante-de-campo do Ditador, major Villamayor o qual consegue interiorizar os gaúchos do Cel Camilo Mercio (1º Corpo provisório), ali deixado em observação e à espera do Destacamento enviado em reconhecimento de Laureles, o qual de lá trouxe planta dos entrancheiramentos (voltados para Taíí) que defendiam o acesso ao Potrero, mas que no momento estavam quase desguarnecidos, além da informação da existência de uma linha de telégrafo que, pela restinga ligava Taíí (e provavelmente mais ao Norte) com o QG de Lopez, em Passo Pucú, desvendando-se, assim, o mistério de tantas vêzes se haver danificado e interrompido a linha de telégrafo que costeava a “estrada real de Asunción”, sem que o inimigo aparentemente o sentisse, embora sempre procurasse refazer a dita linha, não raro com sacrifício das pequenas turmas de trabalho.

* Caxias ao ter conhecimento dêsse contratempo e por haver decidido a ereção de um forte brasileiro em Taíí, onde futuramente pudesse apoiar em lenha, aos navios da esquadra, tão logo êstes forçassem as passagens de Humaitá, ordenou a Menna Barreto que, (conforme texto do Diário) “... *impreterivelmente, tratasse de ocupar a posição, marchando na madrugada do dia seguinte com força suficiente para derrotar as do inimigo, a fim de não lhe dar tempo de fortificar-se, devendo, porém, o ataque ser feito à baioneta, para evitar que se reproduzisse o o fato do ataque ao Potrero Obella, em que tivesse grande prejuízo, por ter-se demorado êste expediente, sempre infalível na derrota da infantaria inimiga*”.

A ordem foi cumprida com exatidão e presteza, a infantaria atacou em duas linhas sucessivas, com escalões desbordantes em cada flanco, flanqueamento prolongado pela cavalaria que, à direita, evitou a chegada de pequeno refôrço que desembarcava, a despeito do fogo de artilharia dos navios inimigos, e à esquerda (Sul) vigiava a direção de Laureles. A artilharia, seguindo o centro do dispositivo, coberta pelo 23º VP, entrou em posição favorável e tomou sob seus ajustados fogos (verdadeira contra-bateria) os navios que apoiavam a cabeça de praia do inimigo, pondo a pique o Olimpo com 4 canhões, incendiando o Veinte y Cinco de Mayo (seis canhões) e pondo em fuga o Igureí (5 canhões), enquanto que a infantaria, depois da carga de baionetas, fazia a “limpeza” do pôsto, em encarniçado “combate de localidade”, pelejando dentro e fora dos barracões armazéns, em cruentos “corpo-a-corpo” que valorizam a vitória e dignificam a bravura. A refrega durou cêrca de duas horas, deixando o inimigo no campo de batalha 24 cadáveres, entre êles o do major Villamayor, comandante da força, um dos últimos a morrer na luta desesperada dos casebres, e 71 prisioneiros, quase todos feridos, além de 400 espingardas com cartuchame e equipamento (pois os fugitivos ao se atirarem n’água se desfaziam dêsses impecilhos), amarrados de ma-

terial de sapa, seis estandartes e um pequeno cofre de campanha com boa soma de moedas de ouro, sem falar no prejuízo dos navios, já mencionado. Os brasileiros tiveram 126 baixas, sendo 33 mortos (2 oficiais) e os demais feridos (sendo 5 oficiais).

As 8 horas da manhã de 6 de novembro foi içada a Bandeira nacional na bateria principal do forte que ali se erigia e que foi batizado de "Forte São Gabriel" em homenagem a João Propício Mena Barreto, Barão de São Gabriel, progenitor do Comandante do Destacamento. Esse forte, feito no rigoroso estilo "Vauban", devia apresentar três baterias para o rio, a do centro, "2 de novembro", rememorando a vitória recém-conquistada, a do Norte, "29 de outubro", lembrando a vitória de Potrero Obella e a do Sul, "21 de setembro", comemorando o primeiro reconhecimento de Andrade Neves ao local, era circundado por largo fôssco, erigido de estreões cujas terras constituíam os parapeitos apoiados em estacas, podendo conter no seu interior até 2.000 homens. Parte da tropa passou a acampar ao Norte do Arroio Hondo, entre o Potrero Obella e Estero Ibaí, ficando a cavalaria na mais franca das atividades, seja para curtos reconhecimentos sobre Pilar (15 Nov.), ou sobre o flanco Norte de Humaitá, (20 Nov.) pelo interior das matas do Arroio Hondo, de que resultaram preciosos pormenores sobre a organização e os hábitos de célebre "Reducto Cierva" ou simplesmente, Estabelecimento, a sentinela do Norte do quadrilátero fortificado de Humaitá; seja para os profundos reconhecimentos de 7,5 a 8 léguas, sobre o corte do Tebiquari e Arroio Jacaré, seu afluente da margem Sul (24 Nov. e 13 Dez.) tornando cada vez mais efetiva a ação esmagadora do cerco, senão mesmo, preparando a vitoriosa desabalada para o Norte, com que Caxias havia de aureolar sua coroa de glórias militares no embate final da Dezembroada.

O ano de 1867 foi, sem sombra de dúvida, um ano glorioso para a cavalaria brasileira.

EPOPEIA DE LAGUNA

O ano de 1867 foi ainda o ano em que se desenrolaram os trágico-heróicos acontecimentos havidos com o famoso "Corpo Expedicionário de Mato Grosso", a tropa que a 1 de abril de 1865 partiu a pé do Rio de Janeiro, com destino a Cuiabá, devendo receber elementos de reforço quando da passagem por S. Paulo, Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso, não só de tropa de linha, como de Voluntários e Policiais dessas Províncias e que, ao atingir Santa Rita, na margem mineira (esquerda) do Paranaíba, no dia 29 de setembro de 1865, isto é, 5 meses e 28 dias depois da sua partida do Rio, beirando ao efetivo dos 3.000 homens, sob o comando do Coronel Manuel Pedro Drago, recebe do Governo "Instruções" tão lacônicas quanto formais, determinando: "*Demandar, em marchas forçadas, o Distrito de Miranda, a fim de desalojar o inimigo que ali acantonara*". Um mês levou a Coluna para atingir a localidade de Dores (hoje Rio Verde), em Goiaz e daí, rumando francamente

para Oeste, passou por Jataí e Santa Rita do Araguaia, desceu o Rio Taquari até chegar às elevações da velha Colônia militar de Coxim, antiga Freguesia de S. José de Herculânia, na margem direita daquele rio, defronte à foz do rio Coxim, que pelas dificuldades do terreno nas 103 léguas que separam essa localidade daquel'outra de Dolores, só foi atingida no dia 20 Dez 65, 50 dias depois da partida desta última localidade. Faltavam ainda 60 léguas para chegar a Miranda, mas as águas prematuras fizeram transbordar os rios de seus leitos e o "pantanal", de que Coxim é o vértice NE, nesse ano, insulou durante seis meses a Coluna nas alturas de Coxim, com todo o fúnebre séquito de privações de alimentos, de febres e doenças tropicais que ceifaram centenas de vidas dos componentes do famoso "Corpo Expedicionário". A 26 de junho transpôs o Rio Taquari rumo a Miranda, a legendária "Coluna", sabendo que à sua frente estavam a travessia de três rios caudalosos, o Negro, o Aquidauana e o córrego Agachi, que a marcha encontraria terrenos inundados, barcos e pantanais quase intermináveis e que nas águas paradas dos brejos malsinos e poluídos, proliferavam germes de toda sorte de desistências e mosquitos transmissores da malária. Noventa dias foram necessários para vencer tão árdua etapa e quando a tropa formou para prestar "Continência ao terreno", no fim da marcha em Miranda, escassamente contavam-se 2.000 combatentes e entre os ausentes por morte, figurava o nome do General José Antônio da Fonseca Galvão (que no percurso substituiu o Coronel Drago, chamada à Côte) e que não resistira à malária reinante, falecendo no dia 13 de julho de 1866, à margem do Rio Negro.

As "Instruções" estavam cumpridas, o objetivo atingido com a constatação de seu completo abandono e quase total destruição feita pelo inimigo, antes de bater em retirada, e, para isso, foram gastos um ano e oito meses de penosas marchas e uma contribuição em vidas humanas no valor de um terço das tropas reunidas para cumprimento da missão de *"repelir e expulsar os paraguaios que haviam invadido Mato Grosso, distrair sua atenção para essa região, por forma a dividir as suas forças e enfraquecer sua ação contra os Exércitos aliados do Sul"*. Rica missão de triste sacrifício, para um Corpo Expedicionário que, por inadequação de efetivo, de organização e de meios, trazia em si própria o estigma da fraqueza, a qual se haveria de converter, nos momentos épicos em firmes demonstrações de estoicidade, de coragem, de perseverança, de respeito ao dever e de denodado patriotismo, elevando às culminâncias da sublimidade, o valor do soldado brasileiro.

Em verdade essa minúscula Brigada, já então reduzida a apenas 1.600 combatentes distribuídos sob as bandeiras do 17º de voluntários de Minas Gerais, do 20º de infantaria de linha de Goiás, do 21º de infantaria de linha de S. Paulo, do 1º Corpo de Caçadores a Cavalo (quase que totalmente desmontado) e do Corpo Provisório de Artilharia, com 4 canhões "La-Hitte" de 4 polegadas (remanescente do Corpo de Artilharia do Amazonas) e mais a Comissão de Engenharia e a Comissão

Médica, sob o comando de seu terceiro Comandante Coronel Carlos de Moraes Camisão, retomou a marcha rumo a Nioac no dia 11 de janeiro de 1867, levando a enfática denominação de "Fôrças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso" em busca do inimigo retirante, numa resoluta idéia ofensiva, que o tempo e as circunstâncias adversas foram esmaecendo, e que por fim, só o abnegado sentimento do cumprimento do dever alimentava, até o fatídico dia 7 de maio, quando, já em território paraguaio, na famosa Fazenda de Laguna (onde havia esperança de encontrar alguns meios de subsistência), depois de haver batido o inimigo em várias ocasiões e de haver mesmo, conquistado à viva força aquela depauperada Fazenda, ficou resolvido em Conselho de Guerra dos Comandantes, o retôrno da Expedição ao território pátrio, numa retirada voluntária e honrosa, cujas particularidades de execução transformaram em epopéia, e que a gratidão do povo brasileiro soube reconhecer em grandioso monumento de mármore eterno e o civismo das gerações atuais revive, em beatíficas reuniões anuais, em memória dos heróis cujas cinzas têm morada na cripta daquele monumento.

E nada resumiria melhor êsse notável acontecimento do que a própria proclamação que o Comandante do Corpo Expedicionário dirigiu aos seus soldados (reduzidos a 7 centenas), às margens do Rio Aquidauana, no dia 11 de junho de 1867, quando foi dada por terminada a operação, a saber :

"Soldados! — A retirada que acabastes de efetuar, fêz-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pelo Cólera que vos roubou em dois dias o vosso Comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias. Todos êsses males, todos êsses desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza, que parecia contra vós conspirar.

SOLDADOS! — HONRA A VOSSA CONSTÂNCIA, QUE CONSERVOU O IMPÉRIO OS NOSSOS CANHÕES E AS NOSSAS BANDEIRAS!"

Honra, pois, ao ano de 1867 que, na História Militar do Brasil, reafirmou o esclarecido espírito de ordem, organização e disciplina de Caxias que soube reacender os exércitos estagnados de Tuiuti, a chama ardente do valor combativo e a agressividade de um espírito ofensivo, que sempre foram o atributo das fôrças combatentes brasileiras; que consagrou o espírito manobreiro e a capacidade de movimento, doutrinários e executivos, do Exército Brasileiro, consubstanciado na "Marcha de Flanco de Tio Domingos"; que deu vida à Intendência de campanha, essa "flôr maravilhosa de côres brilhantes, da qual os transportes representam o caule, sem o que a flôr, jamais poderia desabrochar...", no

dizer de Churchill dos tempos modernos, glorificando os "trens" da época e o sacrifício e dedicação das tropas de segurança a êles afetos; que redimiu a cavalaria brasileira, valorizando a sua "arma" de movimento (na época, o cavalo), dando-lhe oportunidades de ação as mais características para ressaltar sua proverbial galhardia e sua denodada audácia; e, por fim, que transformou os ressaibos de uma derrocada na mais legítima expressão de uma gloriosa vitória escrita com as letras de sangue do sofrimento, da abnegação e do mais acendrado amor à Pátria e profundo sentimento do dever, apanágio e orgulho do Soldado Brasileiro.



A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2.50).

PREÇOS**ASSINATURA ANUAL**

Brasil	NCr\$ 2,50
Exterior	NCr\$ 10,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$ 0,50
Número atrasado	NCr\$ 0,70

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.



ARMA BLINDADA OU CAVALARIA

CORONEL D'ALANÇON

Tradução do Major Cav (QEME)
CEZAR MARQUES DA ROCHA

Os progressos alcançados nos últimos 25 anos no domínio da técnica, particularmente no que se refere ao armamento e aos meios de transporte, modificaram profundamente os materiais utilizados para combater e manobrar, pelas seis armas que constituem as forças terrestres: Inf, Cav, Art, Eng, Transporte e Comunicações. Entre estas, só a Cav viu mudar seu nome no decorrer da campanha de 1939-45: Tornou-se oficialmente Arma Bld e Cav, mas, é, na maioria das vezes, designada por uma sigla que se refere à classe infantil, ou método de desenho bem conhecido, o ABC.

Desde algum tempo, este título foi praticamente substituído pelo de Cav Bld, empregada na 1ª parte do Regulamento Provisório das tropas Bld de 1951.

Uma nova tendência apareceu, e muitos gostariam de dar à Cav moderna o nome de arma Bld.

Pode ser interessante pesquisar se os motivos destas mudanças de et'quêta são justificados, e se a orientação que esta última denominação parece querer propor, corresponde à evolução que deve ser a da arma no futuro.

A palavra Cav vem de cavalo e é bem certo; o cavalo é a origem da cavalaria. Mas o cavalo não era senão um meio que permitia ao cavaleiro, cumprir missões particulares que não poderiam ser cumpridas pelo Infante.

Quando o homem conseguiu domar o cavalo e montar em seu dorso, obteve a faculdade de se deslocar mais rápido que a pé.

Todo exército, da falange grega à Div ou ao Grupo de Ex moderno, tem necessidade de ser informado e coberto. Se se considera que o Exército tem uma velocidade de deslocamento "V", é neces-

sário que as Unidades encarregadas de informá-lo e de cobri-lo, tenham velocidade de deslocamento maior que "V".

Se estes não existem, o Exército deverá se deslocar a uma velocidade reduzida $\frac{v}{2}$, para permitir aos elementos que possuem a mesma velocidade "v", cumprirem as missões de informar e cobrir.

No dia em que o homem pôde utilizar o cavalo, descobriu o meio que lhe dava a Vel V em relação à Inf, que se deslocava à vel "v". Nascia a cavalaria: era a arma das missões de Rec e Cobertura.

Mas o homem constatou que, lançando sobre um cavalo à vel V, possuía em relação a um adversário a pé, parado ou à pequena velocidade "v", uma potência consideravelmente aumentada: $P = \frac{1}{2} m v^2$.

Ora, esta potência utilizada no momento adequado, podia ter efeito decisivo sobre o campo de batalha: era o combate de choque.

A missão de combate pelo choque tornou-se assim a 3ª das que a Cavalaria estava em condições de cumprir. Certamente a Inf combatia também pelo choque, mas a Cav a sobrepujava neste domínio, quando, pela velocidade e pela surpresa, decuplicava o efeito do choque.

Quer seja pelo reconhecimento, cobertura, ou combate de choque, as missões da Cav terminavam normalmente no combate à vista direta, pelo corpo a corpo com o adversário para obter sua destruição. É uma honra que unicamente divide com a Inf. É aqui então que importa diferenciar a Cav.

Ora, as três missões da arma, Rec, Cobrir, Combater, têm, desde a sua origem um ponto comum que é a velocidade. O que caracteriza a Cav em relação à Inf é que ela é a arma rápida.

A história da arma mostra facilmente que seus períodos de apogeu, são aqueles onde pôde empregar ao máximo sua mobilidade, como prova a Cav de Napoleão. Para conseguí-lo ele tinha especializado suas Unidades. Às Unidades de Cav ligeira, as missões de informação e de segurança; às Unidades de Cav pesada, as missões de Combate pelo choque; às Unidades de Cav de linha enfim, as de apoio e cobertura em relação à ligeira e à pesada.

Pelo contrário, quando o cavalo, tornado finalidade em si próprio, não é considerado como um fator de mobilidade, a cavalaria conhece o declínio. A Idade Média é um exemplo com seus cavaleiros, tão admiráveis que, tendo-se reservado o apanágio do cavalo, não fizeram senão sobrecarregar-se ao ponto de não poder finalmente se deslocar senão a passo, impedindo assim toda a ação baseada na rapidez.

A guerra de 1914-18 assistiu a outro declínio da arma. Sem dúvida, a estabilidade da frente contínua diminuiu consideravelmente,

durante longos anos, as necessidades de informações e de segurança; mas esta estabilidade era consequência de ter a cavalaria perdido grande parte de sua mobilidade. Devido ao desenvolvimento das armas automáticas, não podia mais efetuar o combate pelo choque. Por outro lado, a descoberta recente do motor a explosão que não utilizava ainda, dava à Inf mobilidade estratégica superior à sua.

O motor unido à blindagem ressuscita o carro antigo, sob a forma chamada então de Art de ssalto, depois carro de assalto, mas somente em proveito da manobra lenta da Inf.

Se a Cavalaria tivesse permanecido, após 1919, atada unicamente ao cavalo, teria merecido seu declínio definitivo.

Mas compreendeu que o motor com ou sem blindagem, poderia lhe restituir sua mobilidade. Ao lado das Unidades a cavalo, que conservam uma facilidade de deslocamento inigualável, se multiplicaram as Unidades motorizadas de todos os modelos, umas mais ligeiras para as missões de informações, outras mais pesadas à base de carros, mais adequadas às missões de combate; outras enfim, mistas, participavam em grau menor — das possibilidades das duas primeiras categorias.

No momento da campanha de 1940, a Cavalaria, em plena evolução, e esforçava, com meios variados, em cumprir da melhor maneira suas missões. As mais modernas de suas Unidades, as Div Lv Mec, eram bem concebidas para a forma de guerra que Hitler soube nos impor; outras o eram menos e tinham assim mais dificuldades em seguir o ritmo da Blitzkrieg. Mas, no conjunto, não se poderia dizer que a Cavalaria retardou-se em relação à Inf ou à Art. O Cavalo era ainda para as últimas, o principal meio de tração de suas armas pesadas, Mtr e canhões. Mesmo o que estava ligado a rede de estradas, muitas vezes ainda era hipomóvel. Canhão de 155 mm longo, ou coluna de suprimento de munições por exemplo.

Quanto às novas Div Couraçadas equipadas pela Inf, se não correspondiam às idéias proféticas do Cel de Gaulle em seu livro "Vers l'armée de métier", sobre o emprêgo de uma força couraçada muito móvel, ainda menos tinham sido concebidas para cumprir as missões tradicionais da Cav; deviam simplesmente realizar a ruptura em proveito imediato da manobra de Inf.

As qualidades técnicas de seus CC e o alto valor de seu pessoal eram indiscutíveis. Mas as Div Couraçadas, contrariamente às Div Mec Lv, suas irmãs da Cavalaria, tinham pouca flexibilidade, e seu raio de ação era fraco; faltavam meios de Seg e de Rec, enfim os veículos de seus combatentes transportados não eram do mesmo valor de seus carros. Todos esses defeitos se combinavam para reduzir-lhes a mobilidade que não se pudera lhes dar como característica essencial.

Após o teste de 1940, era normal que os vencidos e seus amigos neutros se esforçassem em extrair lições de campanha perdida, e tentassem reformar, na organização de suas forças armadas, o que a experiência havia mostrado estar mal adaptado.

É possível sustentar que, na França, a Cav tinha necessidade, mais que qualquer outra arma, de "Colocar nova roupagem"? Pode-se ao contrário, pensar que era entre tôdas, a arma menos mal adaptada à Guerra que continuava.

É permissível ajuntar que as Unidades de Cav, qualquer que fôsse seu tipo, estiveram à frente daquelas que, nos dias sombrios, salvaram a honra.

Porque motivo então, sua organização foi desmontada ao ponto de trocar de nome quando da reconstrução do Exército da África em 1943?...

Será porque ela não utilizava mais o cavalo como meio de transporte?... Mas a Inf e a Art empregavam em 1940, muito mais cavalos que a Cav; ora, o desaparecimento dêste animal não modificou a denominação destas armas. Desde 1919, a palavra Cavalaria não estava mais ligada às Unidades a cavalo, e falava-se, sem nenhuma dificuldade, das "auto-Mtr da Cavalaria".

Será porque as missões da arma tinham diminuído de interesse ou mudado de natureza?... É evidente, pelo contrário, que a guerra de movimento não faz senão aumentar sua importância; quanto à sua natureza, será fácil demonstrar que foi bem pouco modificada.

Certo, é o vencedor que impõe sua lei ao vencido. Hitler, como todos os ditadores, utilizava os slogans, as palavras-Fôrça. É em torno do termo Panzer que galvaniza seu exército de terra.

Após o sucesso da campanha da França, Panzer tornou-se o título mágico que foi dado não somente às Div e C Ex, mas ainda aos Ex e G Ex, mesmo quando o número de engenhos Bld que dispunham diminuída ao ponto de tender para zero.

Os franceses, imitando os outros países aliados, creram necessário em 1943, quando da reconstrução do Exército na África, adotar o termo "arma Bld" para designar o conjunto dos Gpt Cav reconstituídos com material novo; mas não querendo num traço de pena riscar um passado que havia sido tão glorioso, deram-lhe finalmente o nome bizarro de "Arma Bld e Cav".

A nova organização das Unidades era calcada no tipo americano, e se diferenciava fundamentalmente daquela das antigas Unidades de Cavalaria. Estas eram concebidas para poder normalmente cumprir as diferentes missões tradicionais da arma, sem o apoio habitual das Unidades de Inf. Compreendiam os elementos aptos a se baterem tanto embarcados como a pé; eram, ao lado dos Esqd a cavalo, tornados "demodés", os Esqd de dragões transportados e os Esqd motociclistas.

Estes diversos elementos transportados eram, a justo título, considerados como indispensáveis em 1939, não somente para acompanhar no combate os engenhos Bld-auto-Mtr ou CC — mas ainda prolongar suas ações nas zonas que lhes eram inacessíveis. Nas novas

Unidades, pelo contrário, os engenhos Bld de combate estão sòzinhos. Há alguns Jipes, pouco numerosos, nos Esqd Rec e TD, mas nas Unidades de CC Me não há nenhum elemento transportado.

Os combatentes transportados necessários, eram organizados em Btl fornecidos pela Inf de acôrdo com a fórmula Americana. O pessoal da antiga cavalaria era numèricamente insuficiente para constituir estas Unidades, além das Unidades de carros.

Faltava pois realizar nos Gpt Bld, o "casamento" CC-Inf obrigados a misturarem intimamente, durante o combate, as Unidades de Armas diferentes com tôdas as dificuldades que isso apresenta. Portanto, a união das armas permitiu às DB, sobrepujarem essas dificuldades e cumprirem, em 1944-45, com o sucesso conhecido, as missões da Cavalaria.

Mas êste sucesso era devido à qualidade excepcional das Unidades, ao treinamento muito duro do Exército da África em 1943-44, e também ao espírito cavaleiro que souberam inculcar aos combatentes de tôdas as origens de suas Div, os Leclerc, os Du Vigier e os Vernejoul. Quem pode dizer que estas condições excepcionais se repetirão amanhã?

A organização que conduziu à vitória de 1945, tão ilógica, foi e é ainda mantida; o vencedor é, por essência, um satisfeito.

Desta época data o equívoco no qual vive o Exército ainda hoje. É a arma que serve aos engenhos blindados de combate (CC, TBP e Auto-Mtr) ou é a arma que continua a cumprir as missões tradicionais da Cavalaria: informar, cobrir, combater em ligação com as outras armas e em seu proveito?

No primeiro caso, sua sorte está ligada à do carro. Nascida com êle, com êle morrerá: Não é a arma de uma missão, é a arma do material. Pode-se abandonar o termo Cavalaria; mas o de arma blindada não é lógico porque existe Inf e Art Bld. É preciso então falar em "a arma dos Carros".

Se, ao contrário, é ao segundo quesito que se responde afirmativamente, é preciso então conservar a arma da velocidade, dando-lhe a organização correspondente às suas missões, o que obriga a constituir Unidades realizando uma dosagem conveniente de engenhos blindados de combate e de elementos transportados. Ora, o que tem sido feito? Tem-se respondido sim às duas questões; deixou-se à arma tôdas as missões previstas nos regulamentos aparecidos depois da Guerra, mas não se a organizam para cumpri-las. Isso teve consequências nefastas que não aparecem, senão lentamente, aos espíritos avisados, e que alguns parecem não ter ainda observado.

Na Indochina, a Cavalaria tornada arma Bld compreendia sòmente engenhos blindados (CCL e Mtr) com suas equipagens. Êste TO é extremamente desfavorável aos engenhos Blindados, que eram pouco numerosos em virtude de suas servidões logísticas (problema

de transporte e de Manutenção). As missões tradicionais da arma não eram menos indispensáveis a cumprir.

Sem dúvida a missão de informação era muito difícil para a média de Unidades normais. A fluidez do adversário e sua absorção pelo meio, tornavam vã toda a esperança de obter informes suficientes por Dst terrestres.

Por outro lado, as missões de cobertura, especialmente sob a forma de escudo, em particular de contra-ataque e de perseguição, eram necessárias e perfeitamente realizáveis na maioria dos casos. Infelizmente a organização das Unidades tornava a arma INCAPAZ de cumprir suas missões. Com efeito, quanto mais difícil o terreno, maior a proporção de elementos transportados. Foram precisos vários anos para que fossem criados Gpt anfíbios (3 Esqd Transportados sobre LVT, 2 esquadrões sobre chatas), e Sub-Gpt Bld (1 Esqd CCL, 2 depois 4 Esqd Transportados).

Entretanto, no fim da Campanha, numerosos Esqd de CC sem elementos transportados, permaneciam dispersos em toda a Indochina. Poderiam desempenhar o importante papel de acompanhamento da Inf, mas eram incapazes de cumprir sòzinhos qualquer missão; toda a manobra rápida, portanto toda a manobra de cavalaria lhes era interdita.

Nas Unidades estacionadas na FRANÇA, na ALEMANHA ou na ÁFRICA do NORTE, as conseqüências da má organização se fizeram igualmente sentir.

A vida de Guarnição conduz fatalmente a uma separação, cada vez mais completa, dos Rgt de CC e dos BI com os quais devem normalmente atuar. A insuficiência dos meios de instrução (Combustível limitado, terrenos de manobra muito reduzidos) o explica. Quando raramente infantess e cavaleiros se encontram para manobrar, constata-se inevitavelmente um ritmo lento, incompatível com as missões da arma, que exigem sempre velocidade tanto no conceito como na execução.

Em algumas Unidades, a vontade de colaborar entre si conduz a uma espécie de maltusianismo. Os Cavaleiros em seus carros contam com a Inf para lhes abrir a rota e assegurar sua própria segurança. É o mundo às avessas: O cavaleiro pedindo ao infante para cobri-lo e informá-lo.

Paga-se assim, simplesmente, as conseqüências da organização que torna a arma blindada incapaz de cumprir, sem auxílio constante da Inf, as missões de Cavalaria da qual ela reivindica a sucessão.

O mais grave ainda era que em seus Carros mais e mais pesados, os membros da arma blindada perdiam, vagarosamente e sem perceber, o "espírito Cavaleiro", feito de iniciativa, de audácia e com senso de honra que leva a aceitar naturalmente o sacrifício em proveito das outras armas.

Ora, a evolução previsível das formas de guerra, exige que a Inf se integre do espírito do cavalariano, e é particularmente lamentável que a arma que deve cultivá-lo esteja a ponto de perdê-lo.

A transformação da cavalaria em Arma Bld, com a restrição que comporta este termo, excluindo praticamente as Unidades transportadas, mostrou-se inadequada, tornou a arma inadaptada à guerra na Indochina, e contribuiu grandemente para tirar a violência e dinamismo das Unidades estacionadas na Europa, e a tornou menos apta a cumprir suas missões. Os acontecimentos da África do Norte trouxeram uma confirmação suplementar.

Quando iniciou-se a campanha da Argélia, a arma Bld da África do Norte tinha uma organização baseada na da Europa; era assim totalmente inadaptada tanto à guerra quanto a seus engenhos blindados muito pesados e lentos, e sobretudo quanto à estrutura de suas Unidades, quase privadas de elementos transportados.

Rapidamente evidenciou-se que se o engenho Bld era indisponível, o mesmo acontecia com o Cavaleiro transportado, quer fôsse em veículo meia lagarta, sobre Caminhão, Jipe ou mesmo a Cavallo. Este último reencontrava todo o valor nas regiões difíceis, e contra um inimigo pobre em armas automáticas.

É preciso então improvisar Unidades de um novo tipo ou com mais propriedade, de um tipo muito antigo, pois as mesmas existiam na Cavalaria há vinte anos... Foram restabelecidos o esquadrão misto Auto-Mtr-Motorizado, correspondente exatamente aos Esqd Rec e de Descoberta de antes de 1939, e esquadrões montados do tipo "Spahis", à cavalo. Pouco a pouco, uma organização respondendo às missões e pela força dos acontecimentos, foi novamente posta em ação.

A guerra Nuclear, como a guerra Convencional, não diminui em nada, bem pelo contrário, as necessidades de forças terrestres em "arma rápida". As missões que exigem velocidade são mais impetuosas do que nunca. Também as Unidades experimentais, adaptadas à era atômica, procuram obter maior mobilidade.

A DMR (Div Mec Rec) em particular, representa um ensaio de GU destinada a cumprir missões de cavalaria ligeira (descoberta, cobertura, exploração), ganha em mobilidade, não só pelo aligeiramento de seus meios, mas pela organização. O RIA (Rgt Inter Armas) seu principal instrumento, é a réplica moderna dos Rgt Cav Mec anteriores a 1939; compreende, ao lado dos carros AM X, elementos transportados sobre Jipes e Veículos QT.

Mas estes meios terrestres são insuficientes porque estão ainda muito ligados ao terreno. A necessidade de informações precisas, contínuas, rapidamente transmitidas, exige a penetração no dispositivo inimigo.

Só a utilização da terceira dimensão pode dar à arma rápida, a solução dos problemas que se apresentam a ela para cumprir suas missões no futuro: isso obriga-a a adotar meios novos, que são os helicópteros hoje amanhã sem dúvida o "Coleóptero" ou qualquer outro engenho que a ciência inventará. Estes meios, necessários talvez às outras armas, são indispensáveis à Cavalaria moderna, e têm seu lugar ao lado de engenhos blindados (CC, Auto Mtr, Engenhos Bld de Rec), Jipes, caminhões, TBP e mesmo Cavalos.

Parece então que o futuro da arma rápida deve menos do que nunca ser ligado ao do material, seja este essencial como é atualmente o carro.

Se a arma não é ligada ao material, tornou-se então possível lhe poupar as mudanças contínuas de denominação, que são o signo anterior de desordem reinantes nos espíritos. Isso conduziu a confusões, fontes de rancores, de incompreensão recíproca, e finalmente choques.

O soldado francês, da 2ª classe ao general, deve, para combater bem, compreender e gostar.

Tem necessidade de compreender a missão particular que é a sua própria, que se distingue da dos companheiros, que é enfim para si tão essencial que chega a considerar como a principal.

Necessita gostar... e este amor que não pode ser senão o da Pátria, o concretiza no amor à sua Unidade, seu regimento, sua arma, que, à seus olhos, possui tôdas as virtudes e não poderia se confundir com as outras.

É preciso que a cavalaria tenha grande força moral, para resistir, como tem feito até hoje, a esta mudança periódica de etiqueta. A arma rápida tem um nome que, durante séculos, foi ligado ao conceito de mobilidade.

A idade de suas tradições, sua aptidão a se adaptar sem dificuldade às condições mais modernas de combate, fazem com que seja inoportuno à hora atual, dar-lhe como característica essencial a blindagem, forma moderna, mas em parte já ultrapassada, da couraça.

O termo "Arma Bld" parece mal adaptado às missões da arma rápida, porque conduz em si, o germe de uma organização inadequada, e arrisca a embaralhar os espíritos não avisados, fazendo-os identificar a arma com um material, orientando mal as soluções do futuro impostas pela guerra nuclear, e a guerra na superfície, pois rompe com uma tradição, fonte das mais nobres virtudes militares, mais indispensáveis do que nunca.

Porque recusar a esta arma, a honra de conservar seu nome como suas irmãs — Inf, Art, Eng — têm feito, a despeito das evoluções profundas que conhecem também. Por que não deixar simplesmente o termo Cavalaria?

A ARTILHARIA QUE DESEJAMOS

Ten-Cel Art (QEME)

EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

Em 1965, ainda sob os influxos da Revolução Democrática, escrevemos para a Defesa Nacional despretensioso artigo intitulado: "Algumas Considerações sobre a Reforma do Exército". Na ocasião, ouvimos apresentar algumas idéias que, postas em execução, colocariam a nossa Organização dentro da magnífica maré de renovação que passou sobre o país. Não nos permitimos então, descer a minúcias, já que seria pretensioso, ou mesmo tolo, um indivíduo fazer-se de "dono da verdade" e de uma pincelada, qual inspirado oráculo, apresentar solução para todos os problemas do Exército.

O incentivo de alguns companheiros levou-me, porém, a continuar estudando e debatendo os problemas da Artilharia, e dos debates e dos estudos surgiram as presentes idéias, muito mais dos companheiros, que minhas. Não significam reivindicações, mas sim a maneira pela qual pensam os Artilheiros de Campanha melhor servir ao País e ao Exército.

É evidente que ao estudarmos a reformulação de uma Fôrça Armada, teremos que fazê-lo à luz dos fatores conjunturais, significativos em particular por encerrarem os antagonismos e, conseqüentemente, os compromissos que podem levar o país a um conflito armado.

Em 1963 ou 1964, não me recordo bem, escrevíamos para a Defesa Nacional: "E a que hipóteses de guerra teria que responder uma Doutrina Militar Brasileira? É evidente que três são as mais favoráveis. A primeira delas seria a de guerra Insurrecional ou Revolucionária.

Dentro do que nos pareceu a mais correta probabilidade relativa de adoção, segue-se a hipótese da participação num conflito bélico, como membro da ONU.

Por último viria a suposição da guerra Continental, cada vez, graças a Deus, mais remota".

Tudo nos indica que a linha mestra do raciocínio, à época, ainda é válida hoje.

Como pois devemos organizar, equipar e instruir uma Artilharia de Campanha capaz de, com eficiência, enfrentar as hipóteses de guerra admitidas?

De início, com lealdade temos que declarar que ninguém, por mais e de bom senso, pode negar que em vastas áreas deste "país-contingente", "desenvolvimento" ainda é sinônimo de segurança. Mas é preciso também ter a coragem moral — e aqui vai um apêlo aos responsáveis pelos destinos da Pátria — para reconhecer que no mundo conturbado de hoje, nenhum país vive sem um instrumento de força — "próprio ou aliado", que assegure aos seus filhos a detenção e manutenção da liberdade do bem-estar social.

Como organizar a nossa Artilharia de Campanha para a guerra Revolucionária?

O Grupo de Artilharia ainda é a unidade, senão de emprêgo, de raciocínio para o Artilheiro. A primeira coisa a observar é que, nos territórios regionais onde existem áreas mais críticas, do ponto de vista sócio-econômico, as GU nêles sediadas não possuem Artilharia ou a possuem em dosagem insuficiente.

Aprende-se, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que a Estratégia Militar Brasileira, na Guerra Revolucionária, será a "Estratégia da Presença", apoiada pela "Estratégia Psicossocial da Edificação". Mas qual a "presença" da Artilharia de Campanha na 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª-RM*. É indispensável que tôdas as Divisões situadas nesses Territórios possuam, não o Comando da AD (que, pelo contrário, em tempo de paz poderá até ser extinto), mas a dosagem padrão de Artilharia de Campanha.

Diz-se-ia o Brasil não pode aumentar os gastos com as Fôrças Armadas. Aqui mais uma vez é preciso ter coragem moral. Um país com 8.500.000 Km² e 80 milhões de habitantes não pode ter um Exército inferior a 100.000 homens. Cuba tem 200.000 homens em armas. Não somos CUBA, nem o seremos. Mas para sermos respeitados pelos outros, teremos que nos respeitar, e o efetivo atual não responde às nossas necessidades. Se é preciso economizar, que o façamos, mesmo nas Fôrças Armadas, naquilo que fôr dispensável, nos chamados tempos de paz. A ter uma Fôrça Armadas mal equipada, mal remunerada, mal instruída é melhor não ter nenhuma. (1)

Mas a "Estratégia de presença" não significa apenas a presença física do Poder Nacional, materializado unicamente em todos os rincões pelo Poder Militar, executando, enquanto outro não o faça, as atividades hoje conhecidas como de Ação Cívica. (2) Ela admite como "ultima ratio regium" o emprêgo da força, mas que êste seja rápido, violento e preciso, contra os focos dos que se arriscam a subverter, pela força ou não, a Ordem Democrática e Constitucional. E

(1) N. R. — Parece-nos demasiado drástica esta idéia, mesmo porque o nosso Exército não se encontra nesta situação... Respeitamos, todavia, o pensamento do outro, e concordamos que devemos esforçar-nos por melhorar cada vez mais as condições da Fôrça Terrestre, para que possa bem cumprir tôdas as missões que lhe cabem — na paz como na guerra.

(2) N. R. — O Exército Brasileiro está preferindo chamar de "Ação Cívica" (ACISO).

ninguém mais indicado para atuar com precisão, violência e rapidez, do que a Artilharia! Ainda me lembro da "Revolução Comunista de 1935", em Pernambuco, a qual acabou quando a Bateria de Dorso da Paraíba colocou um impacto direto na torre da Igreja do Largo da Paz, que fôra convertida em abrigo de metralhadora (que esta reminiscência, sirva de elemento de meditação para os cristãos honestos, que buscam o diálogo com os comunistas...).

É evidente que o emprêgo da Artilharia de Campanha deverá ser reestudado. **A Bateria deverá ter condições de ser Unidade de emprêgo.** E mais ainda, suas Peças deverão ter condições táticas e logísticas de emprêgo isolado.

Isto, evidentemente, implicará em aumento de efetivo, mesmo no chamado "tempo de paz", já que os elementos de Comando e Serviço deverão ser ampliados, para possibilitar o emprêgo da Bateria nas condições acima referidas e que definem a Guerra Revolucionária.

Essa Organização atenderá, sem sombra de dúvida, as hipóteses, — quer da participação em uma coligação no seio da ONU, quer o eventual, remoto, mas não impossível envolvimento num conflito continental.

Todavia, impõe-se desde logo que se crie para a Artilharia um "laboratório de estudo" para o emprêgo de mísseis. Não bastam mais as exaustivas aulas das diversas escolas, em particular da EsAO e da ECEME. Impõe-se a criação da "Escola de Mísseis" — para toda a Artilharia — anexa à qual se organizaria uma Subunidade para emprêgo nas instruções, já que até o "vate lusitano" dizia, que "a disciplina militar prestante não se aprende, senhor. na fantasia..."

E quanto ao Equipamento? Como fizemos quando estudamos a Organização, iniciemos pela Guerra Revolucionária. É evidente que a "bôca de fogo" em si terá que continuar a ser importada, já que não teríamos condições de oferecer ao Parque Industrial Civil atrativos que o impelisse para esta atividade. No que tange ao material de Comunicações, achamos indispensável que o Exército explore ao máximo o Parque Industrial Civil Brasileiro. Mesmo que não se conseguisse o material ideal — material hoje previsto como o de QO — substituir-se-ia êste por um material "equivalente". As razões que se alinham são inúmeras e irretrucáveis. Uma delas, porém, parece-nos da mais alta valia: aquilo que as Forças Armadas colocarem como encomenda no Parque Industrial Civil é duplamente significativo para a Segurança Nacional. Primeiro, porque não coloca nas mãos de outros países a ferramenta basicamente geradora dessa Segurança; segundo, porque estaremos ajudando ao desenvolvimento do nosso Parque e, conseqüentemente, proporcionando "desenvolvimento" ao país.

E o equipamento para os Grupos de Ação de Conjunto, cuja criação não pode ser mais protelada. Estes Grupos seriam mistos: além das subunidades de Comando e Serviço, teriam uma Bateria de Ca-

nhões e outra de Foguetes. A Bateria de Comando contaria, desde logo, com os elementos de Meteorologia, que assegurariam mesmo no chamado tempo de paz a formação dos especialistas dessa QM; contaria também com dois aviões de observação, cuja atuação na Guerra Revolucionária — não é mais necessário que se repita — é imprescindível não só para a Artilharia, como para a Divisão como um todo. Não se diga que isto é uma previsão delirante. Os poucos recursos para a aquisição de uma dúzia de aviões de observação, no Mercado Brasileiro, não podem constituir absolutamente um óbice, já que tais recursos poderiam inclusive ser obtidos com economias, realizadas, por exemplo, pela extinção dos Comandos de AD ou ID, ou pela racionalização das DC existentes.

No que tange às Baterias de Canhões, os Grupos seriam armados com o material de Artilharia dos Grupos de 152,4mm, que vêm sendo tornados sem efetivo, ou transformados em Bateria. As Baterias de Foguetes receberiam, a título experimental, os lançadores múltiplos que se encontram em adiantada fase de estudo na Comissão de Mísseis. Conhecemos perfeitamente os inúmeros problemas em curso de solução. Sabemos que são difíceis, mas de nenhuma maneira indecifráveis para os nossos Engenheiros Militares. Não será este artigo a oportunidade para analisá-los, mas é preciso que se tenha presente que o maior inimigo de uma solução muito boa é a procura exaustiva e improfícua da solução ótima...

Agora, a pergunta que se impõe é se armados e equipados dentro deste esquema, os Grupos de Campanha estariam em condições de enfrentar a hipótese de participação numa coligação, no âmbito da ONU. É evidente que, a exemplo da II Guerra Mundial, uma coligação procuraria se armar e equipar da maneira mais homogênea possível, com a utilização do que de mais moderno existisse no Parque Industrial das Democracias. Não podemos nem devemos, nos chamados tempos de paz, adquirir tais armamentos. Devemos, sim, manter as nossas Unidades equipadas com "produtos acabados" do nosso Parque Industrial Civil encomendas que significarão trabalho. Segurança, pois não dependendo de material de difícil importação, será possível adquirir grau de treinamento. E um homem treinado, rapidamente adapta-se a qualquer equipamento mais avançado.

As Escolas, porém, dever-se-ão constituir num capítulo à parte. E a Escola de Mísseis estaria incluída neste capítulo, e para ela como para todas as outras colocaríamos todo nosso empenho — financeiro e político, para importarmos um mínimo indispensável, do que houvesse de mais moderno no setor, para o preparo dos Quadros.

Finalmente, restar-nos-ia verificar se estaria a nossa Artilharia equipada para a triste eventualidade de um conflito continental. Mais uma vez, necessitamos de coragem moral, para, vencendo nossos escrúpulos, analisarmos friamente tal hipótese, que graças a Deus é cada vez mais remota. É preciso que se note, não se tratar do Brasil

agredindo a nação X — pois isto nos é vedado constitucionalmente, — nem tão pouco admitirmos, em 1967, que exista no continente um país Z, que deseje violentar a nossa soberania, ou formular uma reivindicação territorial, ou ainda que existe uma CUBA Sul-americana que possa tentar subverter o exercício da democracia em nosso país.

Mas aqueles que são, por excelência, os fiadores da Soberania, da Integridade e do Exercício da Democracia no Brasil, não podem abandonar duas premissas: a primeira, de que o Brasil, por sua situação no Continente, poder-se-á ver envolvido num conflito entre os países M e N; a outra, é que o Comunismo Internacional poder-se-ia apossar do poder num país e criar uma ameaça ao Brasil e ao Continente.

Uma guerra continental deverá ser desencadeada num clima de “embargo”, determinado pelas Organizações de Segurança Coletiva. Terá portanto, o beligerante, de possuir um Poder que lhe permita iniciar a luta e um Potencial que lhe possibilite nela permanecer. No nosso Continente, acreditamos possuir uma razoável posição, em termos de Poder Nacional, cabendo articularmos a transformação, em tempo hábil, do nosso Potencial em Poder. As técnicas estão aí para fazê-lo; basta que os responsáveis pela transformação delas se apossessem e executem o que fôr imprescindível fazer, desde já.

Numa síntese, o que os Artilheiros de Campanha almejam, em matéria de Organização e Equipamento, é:

- criação dos Grupos de Ação de Conjunto, nas Divisões;
- distribuição, a título experimental, do Lança Rojão múltiplo;
- distribuição dos aviões de observação;
- criação da Escola de Mísseis;
- entrosamento eficaz com o Parque Industrial Civil;
- estruturação da Mobilização Industrial.

A instrução merece, por si só, um estudo à parte

Isto é o que desejam os Artilheiros de MALLETT.

E o que esperam nossos irmãos de “Armas”.

E o que merece um Brasil sério.

Conseguindo, poderemos dizer, então, como o velho MALLETT, ao enfrentarmos os inimigos da Pátria:

“Por aqui, vocês não passam”.

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

ECOS DA "OPERAÇÃO SALTÃO"

Maj P. MARCOS

1. Em fins de 1966, mais precisamente em dezembro, foi realizado pelo Grupamento de Elementos de Fronteira um exercício de encerramento do ano de instrução que foi denominado de "Operação Saltão".

A operação idealizada visava, entre outras coisas, a verificar a possibilidade de reforços a Guarnições ou ocupação de localidades na fronteira e no interior utilizando os meios disponíveis na área. Subsidiariamente a tropa, que ocupasse localidades onde não houvesse guarnição federal, executaria ação psicológica tendo em vista incrementar o sentimento patriótico e quebrar um pouco a sensação de isolamento em que vivem algumas comunidades, a par de manifestar a ação do Exército como elemento de integração.

Para a execução da operação o GEF dispôs de seus próprios meios de transportes fluviais e terrestres, além de utilizar meios ferroviários num trecho da Madeira—Mamoré e meios aéreos da FAB representados por dois Catalina pertencentes à 1ª Zona Aérea. É interessante notar que a FAB, toda a vez que é solicitado o seu concurso, comparece com prontidão e eficiência, integrando-se inteiramente na busca da melhor solução que atenda aos interesses de seus irmãos do GEF.

No planejamento, para o caso da FAB não poder participar da operação, foram estabelecidas alternativas para uma parte da tropa de Manáus, para a de Rio Branco e a de Pôrto Velho, empenhadas no exercício.

Assim, a de Manáus faria um deslocamento por via fluvial para ocupar Manacapuru e a região do Careiro, próxima àquela capital e as de Rio Branco e Pôrto Velho executariam a operação por rodovia, mediante a ocupação das localidades de Plácido de Castro e do Seringal 70 respectivamente.

Naquelas paragens o problema de transporte se apresenta como um dos mais importantes e sérios, devido à enormidade das distâncias, à precariedade da infra-estrutura para apoio de meios aéreos aliada à quase ausência de rodovias e ferrovias, bem como uma navegação fluvial, exigindo melhores meios e melhoria acentuada dos raros portos existentes além de construção de outros.

Todos os óbices acima foram, se não afastados, enfrentados e testados com decisão pelos elementos empenhados no exercício, dando como fruto valiosos ensinamentos, tanto para o escalão executante como para o de direção e planejamento, sobretudo para estes últimos.

A "Operação Saltão" se desenvolveu em oito dias e o calendário foi obedecido, com a decalagem, de um dia, devido a uma pane num dos aviões.

Incluiu tal calendário, um dia para preparativos da tropa e dos meios de transportes, três para tomada do dispositivo e exercícios de defesa nos locais de destino, dois dias para ação psicológica e a regresso e um dia para crítica e preparo dos relatórios.

Nos percursos até os locais de destino foram voados 4.600 quilômetros, navegados 780 quilômetros, distância equivalente à do Rio a Florianópolis, rodados em caminhão 788 quilômetros, rodados em trem 150 quilômetros e palmilhado da ordem de 80 quilômetros. (Ver croquis e esquema).

Agora um parênteses.

Com permissão de nossos irmãos do ar queremos relatar um fato ocorrido nessa operação e que vem provar o valor dos integrantes da tripulação da 1ª Z Aé e a necessidade, pelo menos por enquanto, de aviões anfíbios (tipo Catalina) nessa área.

Um Pelotão embarcara em Vaupés com destino a Cucuí para reforçar aquela Guarnição e ao sobrevoá-la, o tempo, totalmente coberto, impediu a aquatissagem e, em conseqüência, o comandante do avião decidiu regressar a Vaupés. O mau tempo, nesse entretanto, se generalizou e após certo tempo de voo cego, uma aberta nas nuvens permitiu que os pilotos vissem um rio, que pela cor das águas seguramente não era o Negro e, não podia no momento ser identificado do alto.

Decisão, aquatizar nesse rio, buscar um tapiri de um morador e perguntar que rio era aquele. Tal fato, possível pela pericia da tripulação e características da aeronave, permitiu confirmar a impressão que os tomara e levou de volta a Vaupés a tropa que a eles fôra confiada. No dia imediato cumpriram a missão de deixar o Pelotão em Cucuí.

2. Os efetivos empenhados nos deslocamentos não foram grandes, porém, suficientes para o que se tinha em mira e, nunca é de mais repetir, que provaram a adaptabilidade do soldado da área aos mais diversos tipos de transportes e a operar sob as mais diversas condições.

Os efetivos transportados para os diversos locais do exercício partiram de Manáus e Tabatinga no Amazonas, Pôrto Velho e Gua-

jará-Mirim no Território de Rondônia, Rio Branco no Estado do Acre e Boa Vista no Território de Roraima.

3. Um aspecto dos mais interessantes a ressaltar é o que se refere ao apoio logístico. Os recursos em tempo solicitados pelo GEF, não puderam chegar e a previsão feita pelo EM dessa GU, acorde com as diretrizes do Comando, era a de que a "Operação Saltão" seria desencadeada com os recursos disponíveis no momento, o que daria cunho de maior realidade ao exercício. Assim foi feito.

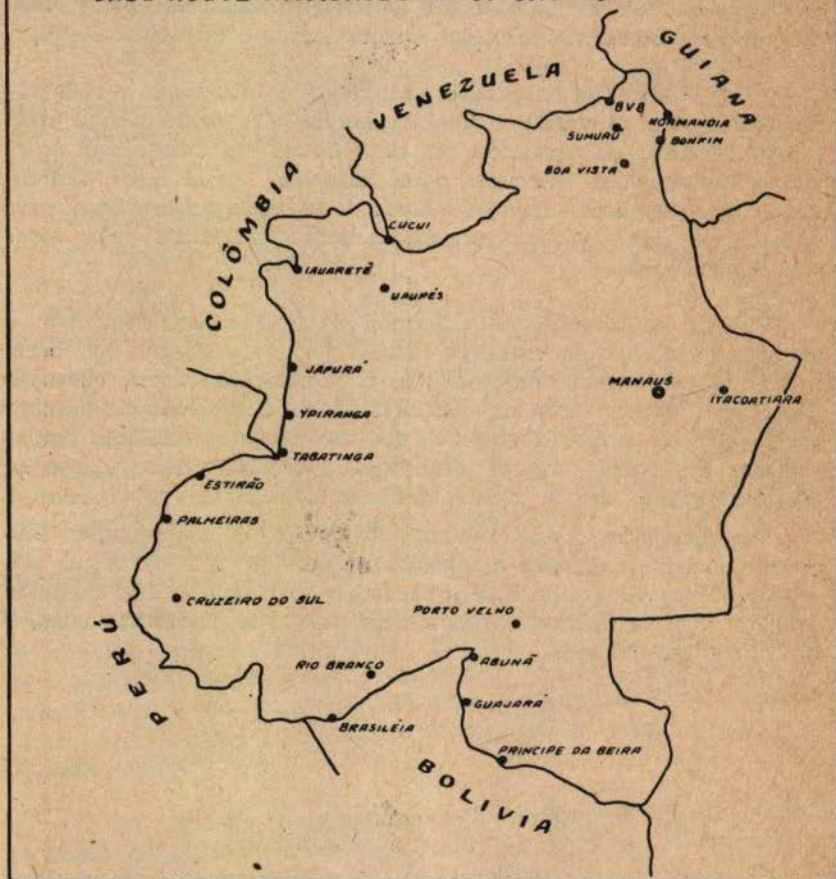
Houve, por isso mesmo, tropa que se alimentou com as Rações de Campanha, outra que conduziu gêneros e finalmente, a que viveu dos recursos locais. O valor dos ensinamentos colhidos foi enorme.

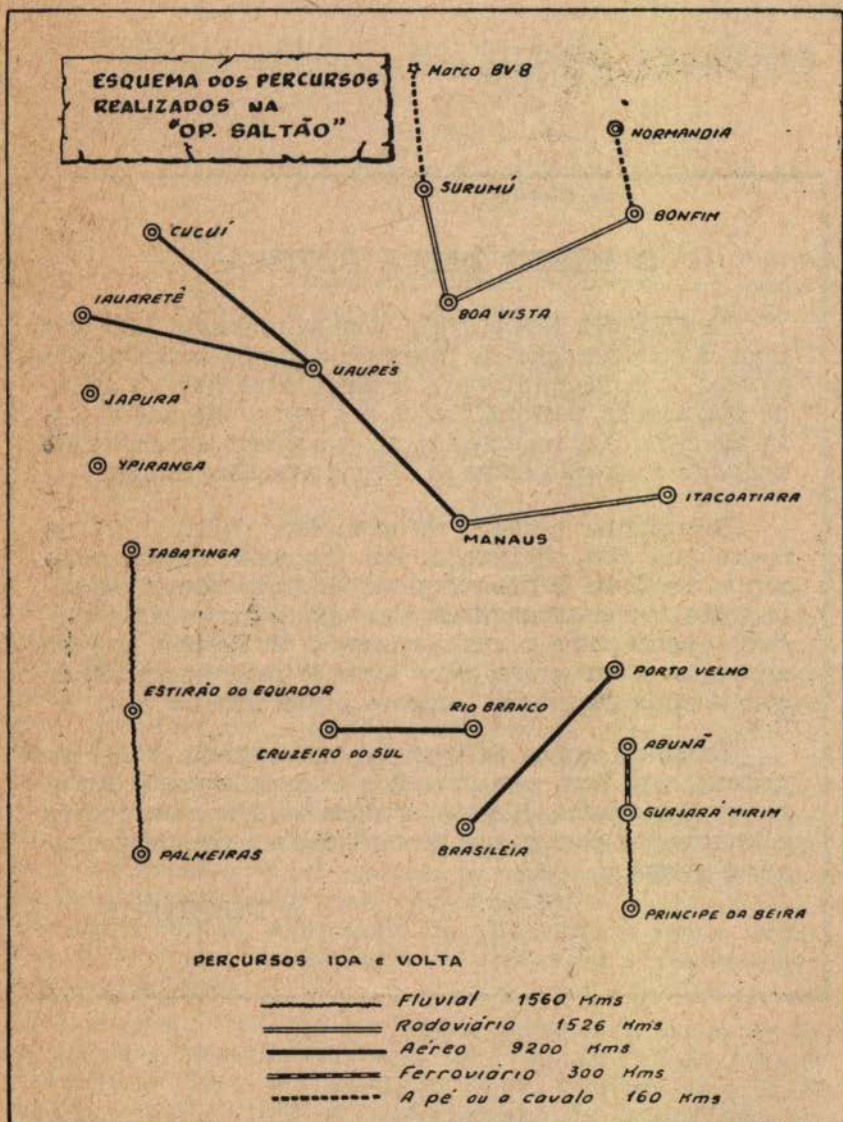
4. O controle da "Operação" foi realizado utilizando a rede rádio do Exército, a da FAB e até estações do DCT existentes na área, o que permitiu ao Comando ser cientificado em tempo das ocorrências naturais em exercícios dessa natureza. Nesse setor também foram colhidos ensinamentos valiosos e os meios necessários para uma ligação mais efetiva certamente serão fornecidos pelos escalões responsáveis.

5. Era pensamento do Comando do GEF repetir, em 1967, o coroamento do ano de instrução realizando nova operação que, como a "Saltão" teria como características a descentralização na execução pois, nessa imensa área de características fisiográficas e humanas tão peculiares, parece, realmente, que as manobras clássicas que se realizam em outras regiões terão menor utilidade pois fugirão ao tipo de operação que lá poderá se desenvolver.

Em conclusão, resta render um preito de homenagem aos nossos oficiais, graduados e soldados do GEF, ao EM dessa GU, e a nossos bravos pilotos da FAB, que, todos, irmandados, não medindo esforços nem sacrifícios e esbanjando iniciativa tornaram possível tão proveitoso exercício.

**CROQUIS DO TERRITÓRIO SOB JURISDIÇÃO
DO GEF COM A SITUAÇÃO DAS LOCALIDADES
ONDE HOUE ATIVIDADES NA "OP. SALTÃO"**





O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interêsse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Fôrças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,20) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais a propósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

AS "SPECIAL FORCES" NO EXÉRCITO AMERICANO

Cap Cav PIGEAUD (L'ARMÉE)

Tradução do Ten-Cel Art Rubens Mário Jobim,
de Estado-Maior

"Por longo tempo tivemos os olhos fixos nas necessidades militares tradicionais, nos exércitos preparados para transpor fronteiras, nos mísseis prontos a serem lançados. Agora, devemos dizer-nos claramente que isso não é mais suficiente, e que nossa segurança pode ser perdida aos pedaços, país por país, sem o tiro de um só míssil, sem a transposição de uma só fronteira."

(Pres. Kenedy, discurso pronunciado na Eglin AF Base, Flórida, em 1961.)

Quando o esquife do Presidente Kenedy, assassinado em Dallas a 22 de novembro de 1963, foi depositado no centro da rotunda do Capitólio, em Washington, um dos seis militares da guarda de honra, formada pelas três Forças Armadas, para a vigília fúnebre, usava a boina verde: tratava-se do S. F. C. James E. Boyette, das Forças Especiais. Foi igualmente assinalado que a escolta militar, formada pela Companhia de Honra das Forças Armadas, encarregada de acompanhar os despojos do Presidente Kenedy ao cemitério de Arlington, tinha um representante, de boina verde, das Forças Especiais, o Sargento-Mor Audry. Esta presença, insólita numa cerimônia oficial tão rígida como são os funerais de um Presidente americano, constituía uma homenagem prestada àquele que havia verdadeiramente criado o Corpo das Forças Especiais, tal como hoje existe. Ademais, testemunhava, ao país inteiro, o caráter original desse Corpo de elite e a importância por ele assumida no seio das Forças Armadas americanas.

A 10 de março de 1964, Mac Namara, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, voltava de sua viagem de 5 dias ao Vietnam. Além de personalidades civis muito importantes de seu Departamento e do Diretor do C. I. A. (*Central Intelligence Agency*), Mac Namara fôra acompanhado pelo General Maxwell Taylor, Presidente da Junta dos Chefes de Estado-Maior, e por um de seus assistentes imediatos, o General-de-Divisão Rollen H. Anthis, encarregado das "Atividades Especiais e da Contra-Insurreição" (*Special Assistant for Counter insurgency and Special Activities to the Joint Chief of Staff*). Assim, no momento em que a

crise vietnamita sacudia por inteiro a América, em que era chegada a hora da escolha entre diversas políticas possíveis, o Chefe das Forças Especiais encontrava-se em primeiro plano.

É que os Chefes do Exército americano, após o fim da "Guerra Quente" da Coréia e o estabelecimento de uma espécie de equilíbrio entre as forças nucleares e convencionais do Oriente e do Ocidente, viram-se frente a frente com uma nova espécie de guerra: a guerra subversiva — *Counter Insurgency Warfare*. Deram-se igualmente conta que, em caso de conflito, o Exército americano teria por tarefa enquadrar *partisans* locais, nas zonas ocupadas pelo inimigo, e de realizar, êle próprio, nessas regiões, operações de guerrilha.

As Forças Armadas americanas dispunham, até 1952, de forças de dissuasão nucleares e de forças convencionais.

Para responder às novas necessidades, um Corpo de Forças Especiais, ou "*Special Forces*", foi então criado, formando com as duas primeiras forças o "Tripé" ("*The Tripod*") sobre o qual repousa a Defesa Nacional americana.

A missão das "*Special Forces*" está assim definida, no regulamento das Forças de Contra-insurreição (*Counter Insurrection Forces*) do Exército americano, aparecido em novembro de 1963:

"Especialmente treinadas tendo em vista sua intervenção numa zona ameaçada, as *Special Forces* têm por missão assegurar, a pedido dos governos aliados interessados, a instrução, a orientação e apoio operacional às forças militares e paramilitares locais, que estejam empenhadas em manter ou restaurar a segurança interna de seu país e a reprimir toda ação subversiva".

ALGUMAS DEFINIÇÕES

Antes de prosseguir neste estudo, e para bem situar as missões das *Special Forces*, torna-se necessário apresentar certas definições dadas pelo Exército americano, de modo a limitar os erros de interpretação que poderiam surgir de traduções ao pé da letra.

Special Warfare (Operações Especiais):

Tipo ou forma de operações de guerra, englobando:

- as "ações de contra-insurreição" ou de "luta contra-revolucionária" (*Counter Insurgency Operations*);
- a Ação Psicológica (*Psychological Operations*);
- a guerra irregular (*Unconventional Warfare*).

As *Counter Insurgency Operations* (Ações de Contra-Insurreição ou luta contra-revolucionária) compreendem o conjunto das ações militares, políticas, econômicas, psicológicas, sociais, destinadas a prevenir ou a

aniquilar ação de todo grupo ou facção que procure derrubar um governo legítimo. Compreendem, notadamente, as operações militares destinadas a manter ou restabelecer a ordem (contraguerrilha, particularmente).

As *Psychological Operations* (Operações Psicológicas) representam o conjunto de medidas políticas, militares, econômicas e ideológicas, destinadas a criar, no seio de grupos inimigos, neutros ou amigos, um estado de espírito e um comportamento favoráveis à realização dos fins e objetivos do Governo dos Estados Unidos.

A *Unconventional Warfare* (Guerra Irregular) compreende a guerra de guerrilha e todas as ações militares que podem levar a subversão ao inimigo.

A guerra irregular é conduzida em território inimigo, ou controlado pelo inimigo, por forças autóctones, apoiadas, aconselhadas ou mesmo dirigidas por "organizações externas".

As técnicas de evasão entram igualmente, sob esta rubrica.

Destas definições, pode-se considerar que as *Special Forces* executam suas missões, essencialmente:

— Quanto às operações de contra-insurreição no quadro da organização, instrução e equipamento das Forças Armadas dos governos amigos, bem como prestando a esses governos uma ajuda destinada a realizar seus planos de restauração "cívica e moral" dos respectivos países.

— Em proveito do conjunto das missões de guerra irregular (*Unconventional Warfare*), tal como definidas acima.

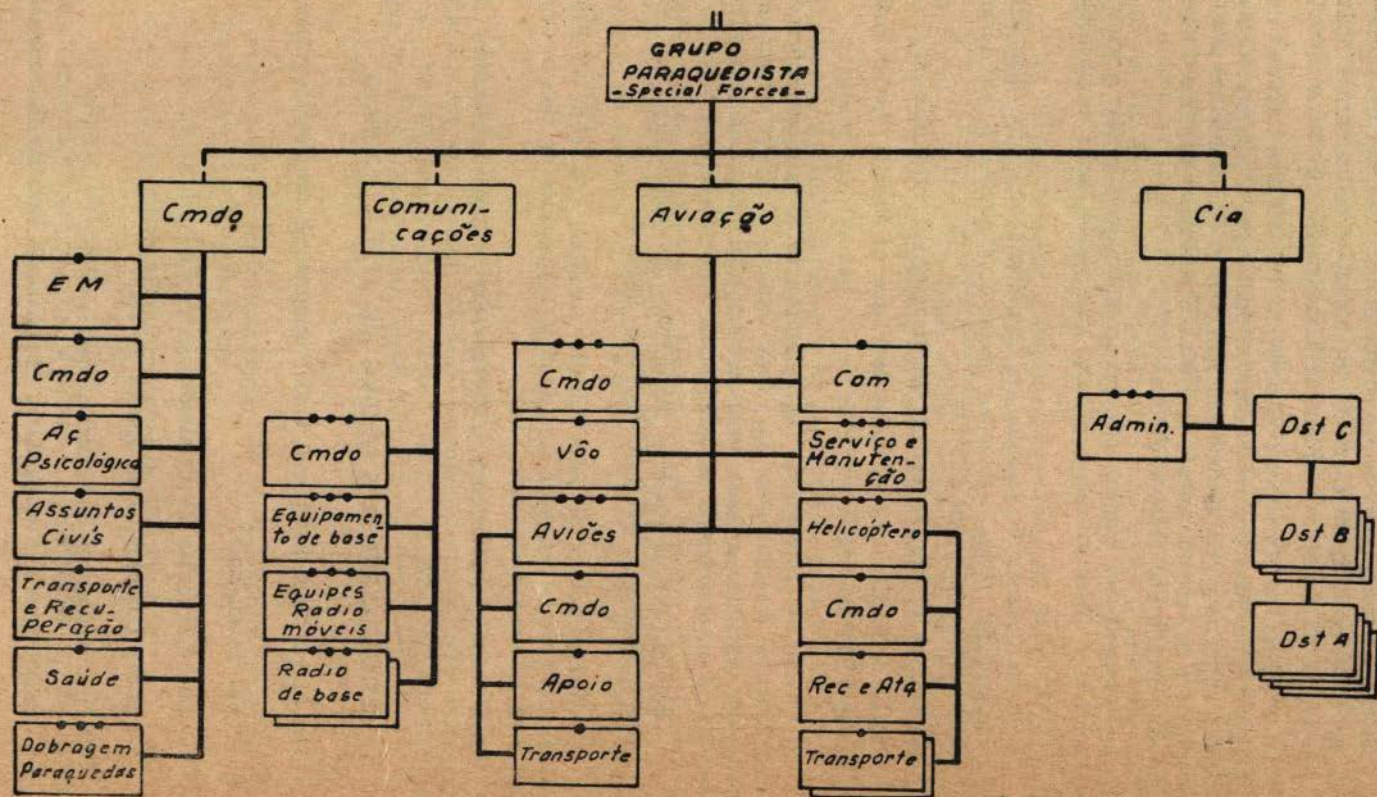
As *Special Forces* só indiretamente executam operações de Ação Psicológica, estando reservado este domínio a Unidades de tipo peculiar a que se fará referência mais adiante.

Para cumprir essas missões, as *Special Forces* foram constituídas em grupos.

ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE SPECIAL FORCES

Um Grupo típico de *Special Forces* compreende (ver organograma):

- Um Estado-Maior;
- uma Companhia de Comando;
- quatro Companhias de *Special Forces*;
- uma Companhia de Comunicações;
- uma Companhia de A. L. A. T. (Aviação Leve do Exército).



A *Companhia de "Special Forces"* possui 50 oficiais e 227 suboficiais e Tropa (1). Ela é composta de:

- 1 Destacamento Tipo C;
- 3 Destacamentos Tipo B;
- 12 Destacamentos Tipo A.

O Destacamento A é a célula básica que, normalmente, não deve ser dissociada. Tem por missão organizar, instruir, apoiar e orientar (evita-se a palavra comandar), em suas atividades operacionais, unidades aliadas do valor de um regimento (1.500 homens).

Quando a importância da força a apoiar é tal que diversos Destacamentos: "A" são necessários, Destacamentos "B" eventualmente um Destacamento "C" intervém, a fim de coordenar a ação dos Destacamentos subordinados. (Ver adiante, pormenores da constituição desses diferentes Destacamentos A, B, e C).

Nota-se que:

— As qualidades exigidas de cada combatente são tais, que as praças devem ser cuidadosamente selecionadas, e de graduação relativamente elevada. (Sua graduação corresponde, em média, à do Sargento-Chefe e Ajudante, no Exército Francês. A graduação mínima, nos Destacamentos A, é "*Staff Sergeant*". Todos devem ser pára-quedistas brevetados).

— Os membros de um Destacamento A são distribuídos, em grupos de dois, a cada uma das seguintes funções:

- Comando.
- Informação-Operação.
- Apoio de fogo.
- Demolição.
- Rádio.
- Saúde.

Além disso, cada membro deve ser não somente muito qualificado em sua especialidade, como ter realizado rigoroso treinamento em cada uma das outras.

— A *Companhia de Comunicações* dispõe de meios necessários para equipar:

— as bases operacionais leves dos Destacamentos tipo C (no caso de ter sido estabelecida uma);

— o P. C. móvel de 7 Destacamentos tipo B.

(1) A graduação menor nessa Tropa, conforme se vê no decorrer deste artigo, é a de Cabo.

Ela assegura, evidentemente, tôdas as ligações a longa distância, justificadas pela posição geográfica particular das Unidades de *Special Forces*.

— A *Companhia de A. L. A. T.* fornece ao Grupo de *Special Forces* os meios necessários para as operações aeromóveis, as ligações, as missões de observação e de vigilância, os transportes, as evacuações.

Realiza, além disso, missões de instrução junto às forças apoiadas. Executa, numa certa medida, missões de apoio de fogo, em proveito de tropas no solo (helicópteros armados do Grupo "Reconhecimento — Ataque" da Seção de Helicópteros).

O volume global do efetivo do Grupo de *Special Forces* comporta, para um total de cerca de 1.300 homens, 230 Oficiais, ou seja, perto de um oficial para 6 Suboficiais e Tropa.

As *Special Forces* dispõem, nos Estados Unidos, de um Centro ou Base, localizado em Fort Bragg (Carolina do Norte), destinado a assegurar a instrução e o revezamento de todo o pessoal das *Special Forces*. Este Centro é comandado por um General-de-Divisão.

O CENTRO DAS *SPECIAL FORCES* DE FORT BRAGG

(*SPECIAL WARFARE CENTER*)

O Centro, onde foi construída, com tôdas suas peças, uma "autêntica" aldeia Viet-Cont, com esconderijos, subterrâneos..., compreende:

- A Escola "*Special Warfare*".
- 2 Grupamentos de Forças Especiais.
- 2 Batalhões de Guerra Psicológica (os 1º e 13º Batalhões).
- 1 Grupamento de Instrução para os especialistas.
- 1 Destacamento de aviação (ALAT).

A Escola "*Special Warfare*" é comandada por um Coronel e está subdividida em 5 departamentos:

- Departamento de Contra-Insurreição (*Counter Insurgency Operations*).
- Departamento de Operações Psicológicas (*Psychological Operation*).
- Departamento de Guerra Irregular (*Unconventional Warfare*).
- Departamento de Estudo e Pesquisas.
- Departamento de Cursos por Correspondência, Existem, com efeito 6 Grupos de Reservistas das *Special Forces*, pertencentes à Guarda Nacional.

Dos programas de instrução constam:

- estágios sôbre guerrilha e contraguerrilha;
- uma formação geral sôbre a guerra subversiva (*Unconventional Warfare*), destinada unicamente aos Oficiais. Esta formação é dada, aos Suboficiais e à Tropa, nas Unidades.

Formação das praças

Este pessoal, voluntário, segue:

- uma formação básica de 16 semanas;
- um estágio de formação aerotransportada de 5 semanas;
- um estágio comum de iniciação às Fôrças Especiais (7 semanas);
- um estágio de primeira especialização, onde o pessoal é instruído em uma das seguintes especialidades:

- Informações — Operações;
- Armamento;
- Demolição;

(duração dos estágios: 8 semanas);

- Enfermeiro (duração do estágio: 41 semanas);
- Rádio (duração do estágio: 16 semanas);
- um estágio de segunda especialização (8 semanas).

Os Suboficiais e a Tropa das *Special Forces*, tendo recebido cada um dos *brevts* nas especialidades enumeradas acima, são então classificados nas unidades das Fôrças Especiais. Sua instrução estende-se, pois, por um período de 44 a 77 semanas, segundo as especialidades.

Nas Unidades, o pessoal recebe um complemento de instrução individual e coletiva e estuda uma língua estrangeira. A instrução coletiva comporta:

- instrução coletiva básica (3 semanas);
- instrução coletiva de qualificação (4 semanas);
- exercícios no âmbito de destacamentos mais importantes (tipo B ou C);
- exercícios de grupo, no quadro das manobras do *Strike Comand* (Comando das Fôrças Americanas de Intervenção).

Formação de Oficiais

A instrução dos Oficiais consiste de um curso de 8 semanas, destinado:

- aos Oficiais americanos, de Tenente a Coronel, com uma maioria de Oficiais subalternos;
- aos Oficiais aliados (em 1963, realizavam este curso 123 Oficiais americanos e 25 Oficiais estrangeiros);
- a certos funcionários civis do Governo (C.I.A.).

O curso se decompõe em três fases:

- uma fase teórica, com uma duração de quatro semanas, que compreende exercícios práticos não excedendo 48 horas;
- uma fase prática, consistindo em um exercício com uma duração de 3 semanas;
- uma última fase teórica, com duração de uma semana, destinada ao estudo do emprego das Unidades das Forças Especiais.

DESDOBRAMENTO E EMPREGO DOS GRUPOS DE *SPECIAL FORCES*

Os Grupos de *Special Forces* são, atualmente, em número de sete. Três Grupos cumprem missão fora dos Estados Unidos:

- O 10º Grupo, criado em maio de 1952, está estacionado em Bad Tolz (Alemanha). Está orientado para a Europa, e, secundariamente, para o Oriente Médio.
- O 1º Grupo, criado em 1957 e estacionado em Okinawa (Japão), está orientado para o Extremo Oriente.
- O 8º Grupo, criado no começo de 1963, está estacionado em Fort Gulick (Zona do Canal do Panamá) e orientado para a América Latina.

Quatro Grupos estão estacionados em Fort Bragg (Estados Unidos).

- O 5º Grupo, criado em 1961, tem elementos no Vietnam.
- O 7º Grupo, criado em setembro de 1953, serve de base às "*Special Forces*" e é, igualmente, orientado para uma parte da América Latina.
- Os 3º e 6º Grupos, criados, respectivamente, em julho de 1957 e em 1963, poderão ser distribuídos, se a ocasião se apresentar, a um teatro de operações, ou destinados a assegurar o revezamento de destacamentos já desdobrados.

Os efetivos autorizados, pelo orçamento de 1963, para os elementos de *Special Forces* propriamente ditos, eram de 12.000 homens. (Eram de 1.800, em 1961). Este número está longe de ser atingido, por falta de pessoal qualificado (4.200 voluntários são procurados atualmente em todo o Exército americano) e se situa, anualmente, ao redor dos 8.000, dos quais 6.000 são distribuídos às Unidades.

Atualmente, as *Special Forces* são empregadas em diferentes partes do mundo, com missões de dois tipos:

- ação direta de contraguerrilha: particularmente no Vietnam e, de forma mais reduzida, em certos Estados da América Latina (luta contra os terroristas ou bandos armados locais, na Colômbia e na Bolívia, por exemplo):
- ação indireta e preventiva, sob a forma de ajuda técnica (ajuda à construção de pontes, estradas...), em proveito de numerosos países da América Latina (República Dominicana, Guatemala, Chile, São Salvador, Equador, Venezuela).

Estas intervenções são realizadas dentro do "*Civic Action Program*", que o Exército Americano executa nos países subdesenvolvidos e aliados, a fim de permitir que os jovens Exércitos contribuam de modo saliente para o desenvolvimento de seus países.

A fim de reforçar e prolongar a ação das *Special Forces*, completando, assim, sua tarefa, nos domínios que escapam à sua ação direta, Unidades de um tipo particular foram criadas. Trata-se de Destacamentos Especiais, encarregados de tomarem conta dos problemas de "*Special Warfare*" que não são exatamente de sua alçada.

Além disso, para apoiar e manter a ação das *Special Forces*, no caso de se encontrarem em situação crítica, o Comando Americano mobilizou Unidades de Apoio do valor de uma Brigada (*Brigade Size Back-Up*), especialmente instruídas para essas missões.

COMPOSIÇÃO DOS DESTACAMENTOS ESPECIAIS

Os Destacamentos especiais compreendem:

- Destacamentos "Assuntos Cívicos" (efetivo 86 Oficiais, Suboficiais, Tropa) encarregados de assegurar, em caso de necessidade, o exercício de funções administrativas em regiões que ficaram privadas de seus quadros administrativos normais.

- Destacamentos de "Busca de Informações" (efetivo 91 Oficiais, Suboficiais, Tropa), podendo distribuir, junto às forças militares autóctones, equipes de instrutores, encarregadas de aconselhar e de instruir as unidades amigas nos domínios da informação.

- Destacamentos de "Ação Psicológica" (efetivo 58 Oficiais, Suboficiais, Tropa), com o papel de realizar missões de informação e de

Ação Psicológica, dirigidas às Forças Militares Autóctones, às Forças Adversas, aos civis amigos, inimigos ou neutros.

— Destacamentos de Engenharia.

— Destacamentos Médicos, assegurando a assistência médica em proveito do pessoal militar americano das *Special Forces*, dos militares autóctones e, sobretudo, das comunidades civis locais.

— Destacamentos de Polícia Militar, encarregados de executarem Operações de Polícia, em relação com a luta Contra-Insurreccional.

AS UNIDADES DE APOIO

As Brigadas *Size Back-Up Forces* são de fato Brigadas do tipo Road. Compreendem :

— Uma Companhia de Comando, articulada em Destacamentos de Informações, de Ação Psicológica, de Polícia Militar e de Assuntos Cíveis, cuja composição é semelhante à dos Destacamentos Especiais.

— Três Batalhões de Infantaria, cujas Companhias podem destacar, cada uma, quatro equipes móveis de instrutores.

— Um Grupo de Artilharia rebocado por trator (Obuseiros de 105 e Morteiros de 4,2), cujas baterias podem, igualmente, fornecer equipes de instrutores.

— Um Esquadrão Blindado de Reconhecimento, podendo fornecer uma equipe de instrutores.

— Um Destacamento de A. L. A. T. (Transporte e Observação), destinado a satisfazer, com prioridade, às necessidades da Brigada.

— Uma Companhia de Engenharia.

Cada Unidade é organizada e instruída, tendo em vista sua utilização numa zona particular. Pode receber:

— missões operacionais, em caso de crise grave (insurreição generalizada);

— missões de reforço aos Grupamentos de *Special Forces*, no caso destes não poderem cumprir sua missão, com seus próprios meios (reforço em intérpretes, em instrutores das Forças Militares autóctones, por exemplo).

O conjunto constituído pelas Unidades de *Special Forces*, pelos Destacamentos Especiais e pelas Brigadas de Apoio, deu origem a um corpo particular: o *Special Actions Forces* (Forças de Ações Especiais), tendo por missão as "Operações Especiais" (*Special Warfare*), em seu conjunto, tal como foram definidas globalmente mais acima.

Assim, um "Grupamento de Forças de Ações Especiais" pode ser criado e destinado a um território ou a um conjunto geográfico determinado, pela junção, a um Grupo de *Special Forces*, de Destacamentos

particulares, a razão de um de cada tipo, em princípio. Pode ser previsto que este Grupamento seja reforçado por uma Unidade de Apoio (Brigada *Size Back-Up Force*).

As *Special Actions Forces*, sua instrução, seu emprêgo, são supervisionados, nos mais altos escalões do Comando, por Organismos especializados em questões de *Special Warfare*.

O COMANDO E AS *SPECIAL FORCES*

É assim que existe, no escalão do Presidente dos Estados Unidos, um Grupo de Estudo, o "*Counter Insurgency Group*", sob as ordens do Assistente Militar do Presidente, e composto de representantes do Destacamento de Defesa, da *U. S. Intelligence Agency*, da *Central Intelligence Agency* (C. I. A.), do Departamento do Estado (Negócios Estrangeiros) e do F. B. I. (*Federal Bureau of Investigations*).

No escalão dos *Joint Chiefs of Staff* (Estado-Maior das Forças Armadas), encontra-se o General-de-Divisão Rollen H. Anthis, Adjunto ao Chefe de Estado-Maior Combinado, para as questões de contra-insurreição e de Atividades Especiais.

Um adjunto do Subchefe do Estado-Maior para as operações (Chefe da 3ª Seção) é encarregada da "*Special Warfare*", no Departamento do Exército.

Diretivas pessoais do Presidente, têm orientado os diferentes Estados-Maiores sobre a necessidade de se proceder ao estudo da *Special Warfare* e de lhe difundir as conclusões nas Forças Armadas.

Em particular, todos os exercícios e manobras do Exército Americano devem comportar uma fase relativa à "Guerra Subversiva", e a instrução do conjunto das Unidades do Exército prevê o estudo dos problemas de Guerra, de Guerrilha e de Contra guerrilha.

Graças à ação das *Special Forces*, o Exército Americano e o Governo dos Estados Unidos pensam poder se opor, com eficiência, aos conluíus subversivos e extinguir os "incêndios de matagal" (os "*Brush Fires*" evocados pelo General Maxwell Taylor em seu livro "*The Uncertain Trompet*"), no mundo inteiro.

No momento (1964), pode-se fazer o seguinte balanço:

— Na América Latina, sucessos reais, embora parciais, foram registrados, tanto no domínio da Contra guerrilha, como no plano de ajuda técnica; naturalmente, a aparição das "*Special Forces*", em certos países, permite acusar os Estados Unidos de ingerência nos negócios internos. Também, os elementos de "*Special Forces*" freqüentemente são transformados em "Missões Técnicas Militares".

— No Vietnam, as "*Special Actions Forces*" intervieram diretamente junto a certas minorias (Montagnard Meos, por exemplo), com resultados aceitáveis. Elas asseguraram, por outro lado, a formação e a instrução

de 2 Grupos Vietnamitas de *Special Forces*. Conhece-se a ação desses Grupos, no momento do golpe de Estado contra o Presidente Diem. Eles foram, depois disso, completamente reestruturados.

Na África, não parece que tenha havido, até agora, intervenção das *Special Forces*. Estudo são efetuados pelas Missões Militares Americanas que aí se encontram, tendo em vista o desdobramento eventual de unidades desse tipo no Contingente Africano.

De qualquer maneira, as *Special Actions Forces* constituem uma tentativa original de resolver o problema, sem solução, de resposta à ação subversiva. Elas formam um todo especialmente instruído e organizado para a *Special Warfare*, dispondo de seus próprios meios.

Os americanos orgulham-se muito de seus boinas verdes, que, em razão da importância e da dificuldade das missões que lhe são confiadas num mundo que parece estar votado às guerras encobertas (*Fringe Wars*), têm tendência a se tornar uma espécie de Corpo à parte, colocando-se ao lado do Exército, da Força Aérea e da Marinha, Corpo de elite, cujos efetivos e responsabilidades aumentam incessantemente a quem resta realizar suas provas no terreno.

A experiência vietnamita pode dar-lhe esta ocasião.

COMPOSIÇÃO DOS DESTACAMENTOS DE *SPECIAL FORCES*

Destacamento A (Efetivo 12)

- 1 Capitão Chefe do Destacamento e 1 Tenente Adjunto
- 1 Ajudante e 1 Sargento-Chefe Operações e Informações
- 2 Sargentos-Chefes Especialistas Armamento Leve e Armamento Pesado
- 2 Sargentos-Chefes ou Sargentos Enfermeiros
- 2 Sargentos ou Cabos-Chefes Rádio
- 2 Sargentos ou Cabos-Chefes Demolição

Destacamento B (Efetivo 28)

- 1 Major Chefe de Destacamento e 1 Capitão (Adjunto)
- 2 Tenentes Pessoal e Suprimentos
- 2 Tenentes Operações e Informações
- 1 Ajudante-Chefe Ajudante de Destacamento
- 2 Ajudantes Operações e Informações
- 2 Sargentos-Chefes ou Sargentos Informações
- 1 Sargento Pessoal
- 1 Sargento-Chefe Especialista Armamento Pesado
- 1 Sargento-Chefe Enfermeiro
- 1 Sargento-Chefe, 3 Sargento ou Cabos-Chefes Demolição
- 5 Sargentos ou Cabos-Chefes Rádio

Destacamento C (Efetivo 24)

- 1 Tenente-Coronel Chefe de Destacamento e 1 Major (Adjunto)
- 2 Capitães Pessoal e Suprimento
- 2 Capitães Operações e Informações
- 1 Ajudante-Chefe Ajudante de Destacamento
- 2 Ajudantes Operações e Informações
- 2 Ajudantes Suprimentos
- 1 Sargento Pessoal
- 1 Sargento-Chefe Especialista Armamento Pesado
- 1 Sargento-Chefe Especialista Enfermeiro
- 1 Sargento-Chefe e 3 Sargentos Especialistas Demolição
- 5 Sargentos ou Cabos-Chefes Especialistas Rádio
- 1 Cabo Mecânico Rádio

N. R. — Sobre o assunto a bibliografia norte-americana é vasta e em constante atualização em consonância com a experiência adquirida na guerra quente, morna ou fria em desenvolvimento nas várias áreas estratégicas do mundo. Vale aqui destacar os manuais de campanha do Exército dos Estados Unidos: FM 31-15, "Operations against irregular forces operations"; FM 31-22, "U. S. Army counterinsurgency forces"; forces operativos"; FM 31-22, "U. S. Army counterinsurgency forces"; FM 31-50, "Combat in fortified and built-up areas"; FM 31-73, "Advisor Handbook for counterinsurgency"; FM 33-5, "Psychological operations".

As revistas militares norte-americanas, como "Army", "Infantry", "Armor", "Army Digest", etc, traduzindo a importância atribuída pelo Exército daquele país a esses tipos de operações, vêm dando grande primazia à publicação de trabalhos profissionais sobre o assunto. São seus autores principalmente oficiais daquele Exército, com real "experiência de combate" nessas operações que hoje se desenrolam, de maneira acadêmica, onde haja instabilidade social e política decorrente da estagnação e do atraso, material e espiritual.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

EFEMERIDES DA ARTILHARIA

CAMPAÑHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

(1864-1870)

SÉTIMA PARTE (*)

1869

(Gen (Res)

HEITOR BORGES FORTES

Jan 1º — Ocupação de Assunção por um Destacamento brasileiro, às ordens do Cel Hermes Ernesto da Fonseca (1700 Hs) da qual faz parte o 1º B A Pé.

O 3º B A Pé desembarca em Humaitá, voltando a fazer parte das forças de guarnição aí estacionadas.

3/5 — O Exército brasileiro sai de Vileta para Assunção e Luque. Com êle seguem as unidades da Brigada de Artilharia, comandada pelo Cel Emilio Luiz Mallet.

6 — O Marquês de Caxias introduz modificações na composição de de suas forças, passando a existir só dois Corpos de Exército: o 1º com Osório e o 2º com Argôlo, substituídos interinamente por João Menna Barreto e Machado Bitencourt, respectivamente.

A Brigada Paranhos continua reforçando as tropas orientais; o Batalhão de Engenheiros, o Corpo de Pontoneiros e a Brigada de Artilharia subordinam-se diretamente ao Comando-em-chefe.

13 — Parte de Assunção uma flotilha para restabelecer as ligações com a Província de Mato Grosso — Leva 250 praças do C. Pontoneiros para fortificar Fêcho dos Morros, a cargo do Major J. A. Falcão da Frota.

14 — Chega a Assunção o Marechal-de-Campo Guilherme Xavier de Souza, procedente de Santa Catarina, que assume o comando do 1º C Ex.

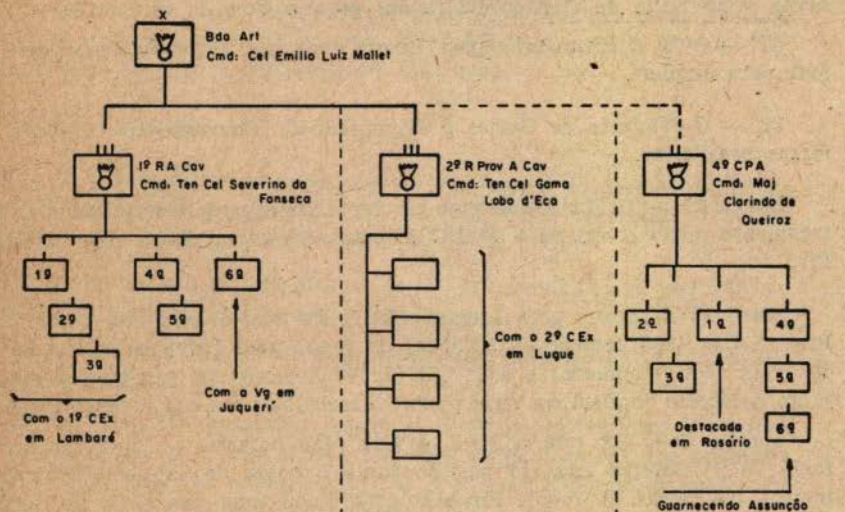
18 — Tendo adoecido gravemente (síncope no Te-Deum) Caxias passa o comando-em-chefe ao Marechal Guilherme e retira-se para Montevidéo.

Fev 15 — Caxias pede exoneração do cargo de Cmt-em-chefe; os Generais Osório e Argôlo doentes retiram-se dos comandos dos 1º e 2º C Ex.

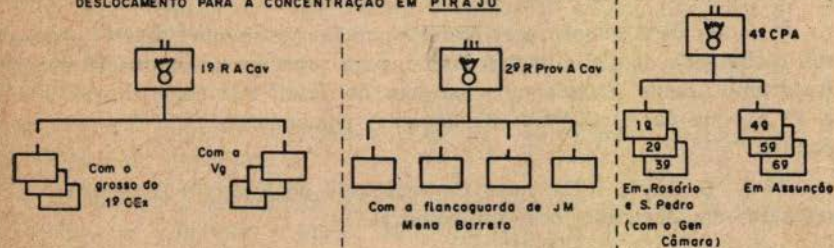
(*) Continuação do n. de Mai/Jun.

REARTICULAÇÃO GERAL DA ARTILHARIA

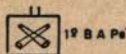
(SITUAÇÃO EM ABR/MAI 69)



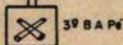
DESLOCAMENTO PARA A CONCENTRAÇÃO EM PIRAJÚ



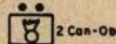
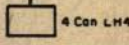
EM ASSUNÇÃO



EM HUMAITÁ



Com a 49 DC



Bto Ewerion
Quadros
(destacada em Mai 69)

Março (começo de) — Em Assunção está estacionado o grosso do Exército Brasileiro o Exército Oriental e parte do Argentino. Em Campo Grande está o grosso do Exército Argentino e em Luque a vanguarda brasileira (3ª DC — Cel Vasco Alves).

10 — A 6ª Bia do 1º R A Cav segue para Luque levando seu comandante (Cap Leite de Castro) instruções para o Cmt da vanguarda.

11 — O 1º C Ex marcha para Luque enquanto a vanguarda se desloca para Juqueri.

22 — O Marquês de Caxias é dispensado do Comando-em-chefe das forças brasileiras.

Março 22 — O Mar Guilherme resolve enviar para Rosário um Destacamento misto e ordena à 4ª DC (Portinho) que se dirija sobre Vila Rica.

Abril 15 — Segue para Luque o 2º C Ex com o qual está o 2º R Prov A Cav (396 homens — 16 bôcas de fogo) para Lambaré seguem o 1º C Ex (6.024 homens) e a 3ª DC (3.547 homens). A vanguarda está junto ao arroio Juqueri em cuja ponte se trabalha para sua reconstrução.

Com o 1º C Ex está o 1º R A Cav (469 homens — 20 bôcas de fogo); a 6ª Bateria está em posição junto à ponte do Juqueri (92 homens — 4 bôcas de fogo). Em Assunção ficou uma guarnição militar (2.748 homens), comandada pelo Cel Hermes da Fonseca, da qual faz parte o 4º C P A (12 bôcas de fogo).

7 — Sai de Assunção para Rosário um Destacamento das três armas, sob o comando do Cel Oliveira Bueno, para proceder a exploração sobre Itacurumbi, Santo Estanislau e margem do Jejui. Faz parte dessa força a 1ª Bateria do 4º C P A (61 homens) comandada pelo Cap Felinto Araújo.

14 — O Conde D'Eu, nôvo Cmt-em-chefe do Exército Brasileiro, desembarca em Assunção, com sua comitiva.

15 — Pelo mapa da força de 14, expedida pelo QG do Comando-em-chefe em Luque, dispunham as forças em operações da seguinte artilharia:

— na Bda de Artilharia — 1º e 2º Regimentos	— 885 homens
— em Rosário — 1ª/4º C P A	— 61 homens
— em Assunção — 4º C P A (—)	— 574 homens
— 1º B A Pé	— 463 homens
— em Humaitá — 3º B A Pé	— 1.618 homens
— e, com a 4ª DC, no Aguapei — uma divisão	— 57 homens

16 — O Conde D'Eu assume em Luque o comando-em-chefe do Exército Brasileiro e passa em revista os 2 Corpos de Exército e a Vanguarda, em seus estacionamentos.

17 — Pela Ordem do Dia n. 2, foi dada nova organização ao “Exército Brasileiro em operações no Paraguai”, formando-se êste de dois Corpos de Exército (o 1º, de Osório, substituído pelo Mar Guilherme) e o 2º, com o Mar Polidório Jordão). Havia uma Brigada de Artilharia, sob as ordens imediatas do Quartel-General do Comandante-em-Chefe.

O Cel Emílio Luiz Mallet foi nomeado Comandante Geral da Artilharia. A Brigada era formada pelos 1º R A Cav e o 2º R Prov A Cav, achando-se o 4º C P A destacado em Assunção.

Abril 17 e Rosário.

19 — O Conde D'Eu, em inspeção à vanguarda, no Juqueri, determinou a construção de trincheiras e de um reduto que recebesse as quatro bôcas de fogo da bateria aí destacada (6ª/1º R A Cav).

23 — Chegam a Assunção duas peças withworth cal. 2, que vão ser distribuídas, oportunamente, ao 1º B A Pé.

28 — Resolve-se reforçar o destacamento de Rosário com mais seis peças de montanha do 4º C P A.

29 — Parte de Luque para Assunção de onde seguira para Tranqueira de Loreto, o 12º B I (Maj Cunha Mattos), ao qual se reunirá a bateria Cap Ewerton Quadros, retirada do 3º B A Pé, em Humaitá, os quais vão reforçar a 4ª D C (Gen Portinho).

Maio 4 — Explorações para sueste partindo de Luque. Do Destacamento Cel Silva Tavares faz parte uma bateria do 1º R A Cav (4 bôcas de fogo); do comandando pelo Cel Bento Martins, 2 bôcas de fogo do 1º R A Cav.

8 — O Cel Hermes da Fonseca passa ao Cel Paranhos o comando da guarnição de Assunção.

9 — Chegam à Tranqueira de Loreto os reforços dados à D C — um batalhão de infantaria e quatro bôcas de fogo LH de 4.

11 — De Humaitá chega a Assunção um parque de artilharia.

14 — O Comandante-em-chefe expede instruções ao Presidente da Província de Mato Grosso, sobre as forças aí estacionadas e determina a remessa das bôcas de fogo raiadas e correspondentes petrechos (que haviam pertencido ao Corpo Provisório de Artilharia).

15/23 — O Conde D'Eu resolve enviar para a vila de São Pedro o Gen Câmara, com reforços. A 18 seguem a 6ª Bda Cav e 2 bôcas de fogo, a 19 mais um B I, uma unidade de cavalaria e 4 bôcas de fogo. Tais reforços chegaram ao destino a 23.

18 — O Comandante-em-chefe resolve fazer de Pirajuí o ponto de concentração de suas forças, para a “Campanha das Cordilheiras” (Jorndan, pág 180).

20 — Inicia-se o deslocamento das tropas que estavam em Luque e Juqueri. O Gen João Manuel Menna Barreto, com a 1ª DC, 2 Brigadas de infantaria e o 2º R Prov A Cav marcha de São Lourenço para Itá-Jaguarão. Devia enviar uma Bda Cav, mais uma bateria, para Paraguari.

Maio 20 — O 1º B A Pé é incumbido de guarnecer a ponte de Luque e parte da via férrea. Devia transpôr a 21 o arroio Juqueri, como unidade de campanha, tirando os animais que necessitasse para o seu movimento de outros corpos da mesma arma e, com preferência, do 4º C P A. Esta ordem foi revogada.

21/22 — A 6ª Bia/1º R A Cav desloca-se, em marcha forçada, de Luque para Piraju, devendo deixar 2 bôcas de fogo na ponte de Patino-Cuê.

22 — Os dois Corpos de Exército deviam marchar, na ordem em que estavam escalonados, por Luque-Areguá e Patino-Cuê, para Piraju. Neste dia a vanguarda (Cel Cipriano Moraes) foi até Patino-Cuê, aí ficando 2 bôcas de fogo da 6ª/1º R A Cav.

— Incorporam-se à vanguarda do 1º C Ex o Regimento de Cav San Martin (Argentinos) e um esquadrão da Legião Paraguaia.

23 — O 1º C Ex marchou para Patino-Cuê e foi estacionar em Itauguá. O 2º C Ex deslocou-se para Patino-Cuê.

24 — Segue para Taquari a vanguarda do 1º C Ex. Nesta tarde, reúne-se ao 1º C Ex em Itauguá a flancoguarda (1º D C reforçada) Menna Barreto, com o qual marchara o 2º R Prov A Cav. Uma Bda Cav (Sabino M. Barreto) havia ido até Jaguarão.

25 — As vanguardas dos Coronéis Deodoro da Fonseca e Cipriano Moraes, seguindo o eixo da via férrea, cobrem o deslocamento do 1º C Ex para Taquari, indo até Piraju. A 1ª D C (J M Menna Barreto) ocupa uma ponte fronteira ao acampamento paraguaio de Cerro-León, encontrada intacta.

25 à tarde — O 2º C Ex foi de Patino-Cuê para Taquaral. A vanguarda do Cel Cipriano Moraes ataca o acampamento paraguaio de Cerro-León, que é abandonado, capturando-se alguns prisioneiros.

— O Cap Santos Roxo constrói um reduto no Passo das Canôas, no rio Piraju, onde fica a Bia Leite de Castro.

26 — A vanguarda do Cel Deodoro, com a presença do Conde D'Eu, faz o reconhecimento sobre a posição de Ascurra. Compunham-na a 8ª Bda Inf, R Cav San Martin (reforçado) e 10 bôcas de fogo do 1º R A Cav, as quais fizeram 20 disparos contra o acampamento inimigo, sem obter contestação (Diário do Exército pág 55). A coluna voltou a Piraju, em fim de jornada.

— Uma vanguarda comandado pelo Gen Vasco Alves vai até Paraguari, trazendo prisioneiros e localizando grande quantidade de material ferroviário.

— O Conde D'Eu e o Gen Emílio Mitre escolhem locais para o acampamento do Exército argentino, no vale do Piraju, na região de Peron.

Maio 27 — A Bda Deodoro marcha sobre Cerro-León, mas recebe ordem para retroceder ao seu acampamento.

29 — Combate de Tupi-hum. As forças do Gen Câmara, reforçadas pelas do Cel Bento Martins, destacadas em S. Pedro, batem as forças do Major Galeano, no localidade de Tupi-hum. Do combate participa o 4º C P A — com o Cap Filinto Araújo (10 bôcas de fogo IH cal 4 (*).

31 — Estão em Piraju o 1º C Ex, e em Taquaral o 2º. Partem de Piraju a 1ª D C (Gen J M Menna Barreto) e a 1ª Bia/1º R A Cav (Cap Magalhães Castro), com destino à Vila Rica, devendo penetrar nos desfiladeiro de Sapucaí e passar por Ibicuí, onde há deportados.

Junho 3 — Reconhecimento a Cerro León — dirigido pelo Conde D'Eu, com a Bda Deodoro, reforçada por artilharia, que não pode ser realizado, devido à cerração.

4 — Reconhecimentos são expedidos pelo 2º C Ex, de Taquaral até a base da Cordilheira.

6 — Osório regressa e reassume o comando do 1º C Ex, com o qual está o 1º R A Cav em Piraju.

7 — A vanguarda da expedição Menna Barreto, seguindo pela fralda da Cordilheira, vai até o rio Tebiquari, onde é detida pela sua grande cheia; volta pela fundição de ferro de Ibicuí, onde encontro inúmeras famílias deportadas.

10 — Assume o comando da guarnição de Assunção, onde se acham o 4º C P A (—) e o 1º BAPé (—), o Gen Salustiano dos Reis.

12 — Combate na picada de Sapucaí, entre as forças brasileiras do Gen João M. Menna Barreto e as paraguaias, no qual o valioso concurso da bateria Magalhães Castro, com seus 4 canhões La Hitte de 4, determinou a vitória. O Cap Magalhães Castro foi promovido por ato de bravura a Capitão (efetivo) e condecorado com a medalha do mérito militar, por esse feito d'armas.

17 — Tomam-se as medidas de vigilância para impedir incursões sobre a via-férrea, vindas pela lagoa Ipacarai; lanchões, guarnecidos por marinheiros nacionais, farão patrulha, e um reduto foi mandado construir em Areguá.

18 — Reconhecimento do passo Pedrosa, pela Bda Deodoro, reforçada com 6 bôcas de fogo o qual foi dirigido pelo Conde D'Eu. A cerração impediu qualquer observação.

(*) As outras 2 peças haviam ficado em Rosário, por falta de mulas para sua tração.

19 — Inicia-se a construção de um reduto para 8 bôcas de fogo em Araguá, dominando a lagoa Ipacará, a cargo do Cap Santos Roxo, da Comissão de Engenheiros.

O 1º BAPé (acampado em Luque) recebe ordem para colocar 4 bôcas de fogo em Juqueri, (ponte da estrada de ferro), guarnecendo-as.

21 — O Conde D'Eu requisita 4 morteiros de 150, fundidos no A. Guerra da Côte com 200 bombas.

22 — O Dst Portinho inicia operações, progredindo na direção de Vila Rica.

Junho 24 — O Major Anfrísio Fialho, com 150 homens do Bat Engenheiros, inicia a construção de um reduto abaluartado em tórno de Piraju.

25 — Regressa a Assunção, com o Gen Câmara, o 4º C P A (12 canhões L H 4), que havia destacado para Rosário e S. Pedro.

27 — Pela Ordem do Dia n. 23, foi restabelecido o Comando Geral da Artilharia com atribuições especiais, e diretamente subordinado ao Comando-em-chefe (D. Ex. 14 julho 69).

29 — O destacamento Portinho passa o Tebicuari, apesar da oposição inimiga. No passo do BaRecuê atua a bateria Ewerton Quadros. (que está puxada a bois, devido à péssima natureza do terreno).

Julho 1º — Nôvo reconhecimento dirigido pelo Conde D'Eu, com o Mar Polidoro, partindo de Taquaral e indo até a base da Cordilheira

4 — É dada ordem para que três vapôres desçam até Humaitá para transportar o 3º BAPé e seu material para Assunção.

7 — Reunião dos chefes aliados em Piraju, para assentar o plano de manobras para atacar López nas Cordilheiras.

8 — Reconhecimento do caminho de Atirá, pelo Cel Camilo Mércio, do 2º C Ex.

9 — Ao anoitecer chega a Assunção o 3º BAPé, comandando pelo Ten Cel Nolasco da Cunha, e um parque de 12 bôcas de fogo.

11 — O Conde D'Eu revista o 1º C Ex (Osório), em Piraju, com o efetivo de 10.010 homens, dos quais 6.442 de Infantaria; 1.747 de Cavalaria e 996 de Artilharia. Nesta área estavam os 1º e 2º Regimentos de Artilharia a Cavallo, integrando a Brigada de Artilharia.

13 — O Conde D'Eu passa em revista o 2º C Ex (Polidoro) na região de Taquaral, apresentando o efetivo de 58 Oficiais e 6.422 praças, dos quais 3.870 de Infantaria; 2.017 de Cavalaria e 323 de Artilharia e 133 Pontoneiros. Estava nesta área o 4º CPA (1 bía em Taquaral e 8 bocas de fogo em Areguá).

14 — Promoção a Brigadeiro, do Cel Emilio Luiz Mallet, comandante geral da Artilharia.

16/30 — Grandes dificuldades enfrenta o Comandante-em-chefe na regularização dos fornecimentos de víveres e forragens ao Exército Brasileiro, bem como na entrega de gado em pé, a cargo dos fornecedores argentinos.

21 — A pequena força oriental (Gen Castro) deixa Assunção e marcha para a concentração de Piraju-Taquaral.

— Expedem-se instruções para a marcha, a 22, da vanguarda comandada pelo Brig João Manuel Menna Barreto — formada pela 1ª DC (menos 1 RC), 8ª Bda Inf, elementos do Btl Engenheiros e ala direita do 1º RACav (1ª, 2ª e 3ª Bias).

A três dias de intervalo devia seguir o 1º C Ex e a 31 o 2º R Prov, reforçado por uma Bta de canhões Withworth cal 2, de montanha, e uma de foguetes, do 1º BAPé.

No dia 1º de agosto devia marchar o 2º C Ex, reforçado pela Div argentina do Gen Luiz Maria Campos.

Julho 21 — O Dst Portinho bate-se com o inimigo em Parecuê, destacando-se o 12º BI e a bateria Ewerton Quadros.

22 — Várias unidades da guarnição de Assunção deslocam-se para ocupar localidades ao longo da via-férrea e guardar as pontes e pontilhões desta, por ser o eixo de suprimentos do Exército.

23 — Chegam a Assunção, no "Vassimon", além de recompletamentos, 6 bôcas de fogo cal 12.

24 — Chega a Assunção o marechal de Campo Vitorino José Carneiro Monteiro, futuro Comandante do 2º C Ex.

28 — Recebem ordem de se reunir ao Exército em operações os Batalhões 30, 35 e 53, que se achavam guardando a via-férrea, bem como o 1º BAPé, que guarnecia Luque (depósito do Exército).

29 — Demonstração de fogos sobre o acampamento de Ascurra, do qual participam o Conde D'Eu, Cmt-em-chefe; o Brigadeiro Mallet, Cmt Geral da Artilharia e as seguintes unidades de artilharia: 2º RProvACav, com 4 canhões La Hitte de 4, e o 1º BAPé, com 4 canhões Whitworth de montanha, cal. 2 e uma bateria de foguetes à congrève. Foram feitos mais de 300 disparos, sem reação inimiga.

30 — Os dois Corpos de Exército recebem ordens para a subida das Cordilheiras, deixando a área de concentração de Piraju-Taquaral a cargo do Corpo de Exército de Reserva, formado pelos Exércitos Argentino e Oriental, reforçado pelas unidades comandadas pelo Brigadeiro José Auto Guimarães.

31 — O Cmt do 2º CEx acusa a chegada a Taquaral de três B I e 8 bôcas de fogo do 4º CPA (Diário do Exército 31/7/69).

NOTA ESPECIAL Nº 10

Terminada a Dezembroada com a marcha sobre Assunção, tratou Caxias de rearticular suas Grandes Unidades, consolidando assim as medidas tomadas às vésperas da batalha de Lomas Valentinas.

A Brigada de Artilharia, comandada pelo Cel Mallet, teve reorganizadas suas três unidades e destinadas, em princípio, cada um dos Regimentos a atuar com os correspondentes Corpos de Exército, ficando o 4º CPA agora com 6 (ou 8) Companhias reservado para missões eventuais, inclusive mobilizando baterias de campanha.

Assim, em Abril de 1869, na Brigada de Artilharia o efetivo regulava de 900 a 1.000 homens, dispondo-se de 52 bôcas de fogo, conforme constatou o Conde D'Eu nas revistas que passou (Diário do Exército 17 Abr 69):

— no 1º R A Cav	— 24	(4 com a Vg de Cavalaria)
— no 2º R Prov A Cav	— 16	
— no 4º C P A (Assunção) ..	— 8	
— na 1ªº C P A (Rosário) ..	— 4	

—
52

não entrando neste cômputo as 2 bôcas de fogo da Divisão Portinho, no Aguapeí.

Na concentração de Piraju vamos encontrar os 2 Regimentos de Artilharia a Cavalo, sob o comando geral do Cel Mallet, e o 4º CPA, repartido entre Rosário e S. Pedro onde estão três baterias de campanha, e Assunção, onde se acha uma ala, com as forças da guarnição.

Quanto aos 1º e 3º BAPé, acham-se aquêle em Assunção, como tropa de guarnição, e o 3º em Humaitá, tendo fornecido uma bateria de campanha (Cap Ewerton Quadros) para reforçar a 4ª DC, em maio.

Cabe notar a flexibilidade que a organização em Companhias, dos Batalhões de Artilharia a Pé, dá a essas unidades, permitindo-lhes ora atuar como tropa a pé (infantaria), ora guarnecer baterias de campanha, ora ocupar as fortificações inimigas abandonadas. (O 4º CPA foi reorganizado em janeiro de 1869 como batalhão de artilharia a pé).

NOTA — Por um lapso desta Redação, deixaram de ser publicados 2 croquis referentes à 6ª parte do presente trabalho e que sairão no próximo número.

GUERRA REVOLUCIONÁRIA

1º Ten Inf

CARLOS EDUARDO JANSEN

SUMÁRIO

- 1) Introdução
- 2) Conceito de GR
- 3) A Técnica Marxista-Len'inista
 - O Materialismo Dialético
 - As Contradições da Sociedade Democrática
 - Luta de Classes
 - Capital x Trabalho
- 4) Fases da GR
- 5) Exploração do Conceito de Nacionalidade
- 6) As Guerrilhas
- 7) Análise dos Acontecimentos Político-Militares Contemporâneos à Luz da GR
- 8) Poderemos Evitar o Assalto Final?

Hoje, mais do que nunca, percebemos nitidamente a divisão do mundo em duas faixas de influência, marcada especificamente pelo antagonismo ideológico entre o bloco oriental comunista e o bloco ocidental, do qual fazemos parte.

Como sabemos, a doutrina comunista tem como objetivo principal e final a conquista do mundo. Este objetivo sempre constante, porque doutrinário, poderá ter a sua colimação tentada por três processos de guerra diferentes:

— Guerra Convencional, hipótese pouco provável e de aplicação restrita a conflitos limitados;

— Guerra Atômica, tipo de guerra que muito tem preocupado a opinião pública civil e militar, a ponto de, em muitas mentes, instalar tal terror que as tem impedido de planejar à sombra do armamento de destruição em massa. Isso, no entanto, não pode acontecer ao Exército Brasileiro, sob pena de sermos esmagados irremediavelmente. Para ilustrar a atitude a se tomar em relação à Guerra Atômica, vamos citar o argumento do General Marshall, do Exército dos E U A, em relação à Segunda Guerra Mundial. Dizia ele: "Os Franceses, por terem subestimado o avanço tecnológico, com o advento da Aviação Aerotática e dos blindados alemães, dando grande mobilidade às operações, estabeleceram-se em uma linha defensiva e caíram em 5 (cinco) semanas esma-

NR — O autor é um jovem e entusiasmado oficial de Infantaria. O presente trabalho desenvolve um Plano de Sessão de Instrução por ele ministrada a oficiais e sargentos do 1º BPE, no corrente ano.

gados pela "Blitzkrieg". O êrro que estamos a ponto de cometer agora é da mesma natureza, mas de sentido oposto. Superestimamos a potência do armamento atômico, sem nos lembrarmos de que, de um planeamento cuidadoso, dependerá, essencialmente, o sucesso final. Por outro lado, não devemos nos esquecer de que o emprêgo de todo o estoque atômico, por parte das duas facções antagônicas, importará em um pacto de suicídio. Recaimos, em consequência, na possibilidade provável de um conflito Termonuclear de caráter restrito.

— Guerra Revolucionária, tipo de guerra insidiosa e sutil, instigada e alimentada em várias partes do mundo pelo bloco comunista, que assim tenta alcançar seus objetivos com menores despesas e riscos.

II — CONCEITO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

"GR é o movimento de inspiração Marxista-Leninista, apoiado geralmente por Potência Estrangeira, que, através da conquista progressiva, física e espiritual da População, visa a derrubada da Ordem Político-Social vigente, substituindo-a por um governo próprio."

Esse tipo de guerra é o que vem sendo pôsto em prática, com parcial sucesso, em várias partes do mundo como, por exemplo, na Coréia, no Laos e mais atualmente, no Vietname.

Há, no entanto, um outro tipo de guerra de vasta aplicação durante o curso da História, com a qual, modernamente, os menos avisados confundem a guerra revolucionária. — É a guerra insurrecional.

Vejamos, para estabelecer as diferenças entre ambas, os principais elementos da GR, inferidos da própria definição:

- Inspiração Marxista-Leninista
- Apoio de Potência Estrangeira
- População a persuadir
- Ordem Político-Social Vigente.

Por outro lado, a Guerra Insurrecional tem suas raízes em motivos puramente nacionais. Poderíamos defini-la da seguinte forma:

Guerra Insurrecional é um movimento de Inspiração Nacional que, através do contrôle progressivo físico e espiritual da População, visa a derrubada da ordem Político-Social vigente e a sua substituição por um governo próprio.

Tiramos daí os seus elementos principais:

- Inspiração Nacional
- População a persuadir
- Ordem Político-Social Vigente.

Da comparação entre os dois conceitos, estabelecemos as seguintes diferenças entre a GR e GI:

— A Guerra Insurrecional não é a marcada pela ideologia Marxista-leninista;

— O sentido do desencadeamento entre ambas é inverso. A GR processa-se de fora para dentro, enquanto a Guerra Insurrecional desenvolve-se de dentro para fora.

Uma pergunta que poderia ser feita é a seguinte:

— Haveria possibilidade de desencadeamento de uma guerra insurrecional dentro do quadro internacional contemporâneo, no seio de grupos sociais democráticos?

Para responder a esta pergunta teríamos que dividir a resposta em duas partes:

— Em seus primeiros estágios, haveria essa possibilidade;

— Em seus estágios finais, a hipótese seria improvável, em virtude de o movimento ser certamente encampado pelo Comunismo Internacional, a exemplo do que a História Contemporânea nos tem mostrado. Assim, seriam adicionados à Guerra Insurrecional os dois elementos que a transformariam em Guerra Revolucionária:

— A inspiração marxista-leninista e

— A inversão do sentido geral que originalmente a norteou.

Procuraremos, agora, situar a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 dentro do quadro acima exposto.

— Inicialmente, vale ressaltar que quando nos referíamos à ordem Político-social vigente, nela incluímos, naturalmente, as Forças Armadas como seu Instrumento de Poder. Além disso, devemos lembrar que aquele movimento não foi desencadeado contra o Povo, porém pelo Povo, sem qualquer ingerência de Potência Estrangeira.

Assim, podemos concluir não ter sido o “31 de Março” uma Revolução nem uma Insurreição, porém uma tomada de posição do Povo e das Forças Armadas contra uma minoria infiltrada nos órgãos governamentais, cumprindo, esta sim, uma das fases da G R, como exporemos mais adiante.

III — A TÉCNICA MARXISTA-LENINISTA

As linhas ideológicas que hoje se chocam tiveram a sua fase embrionária, cêrca de 500 A.C., na Grécia antiga.

O pensamento Cristão, na escola Aristoteliana, e o materialismo no pensamento de Platão cujos princípios se encontram expressos nos diálogos “A República” e “As Leis”.

O pensamento Aristoteliano desenvolveu-se, passando pelos Escolásticos, entre eles Santo Tomaz de Aquino, até os nossos dias.

O materialismo foi-se desenvolvendo através do tempo até ser catalogado e estratificado por Hegel que desenvolveu e estabeleceu as bases do que chamamos hoje o "Materialismo Dialético".

Essa teoria foi ampliada por Marx e Engels e herdada por Lenine que foi o primeiro defensor da idéia de vencer definitivamente o Mundo Ocidental, explorando as próprias contradições da sociedade democrática, dentre as quais ressaltou:

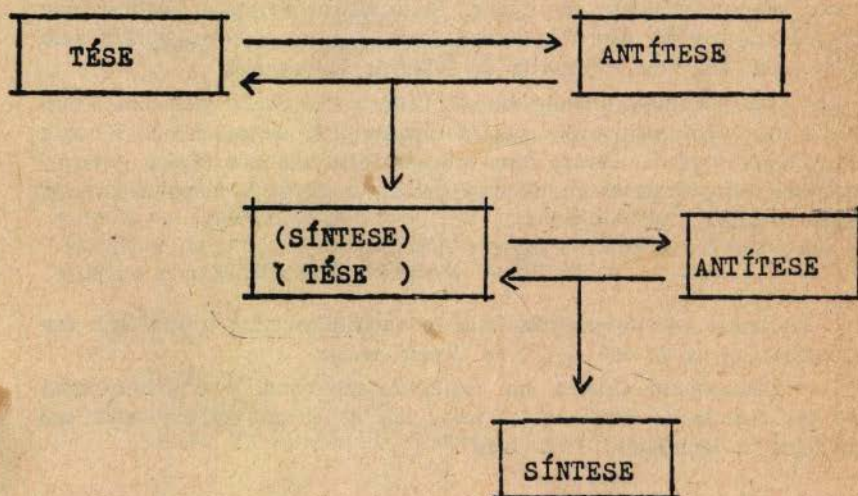
- A Luta de Classes e
- Contradições entre o Capital e o Trabalho.

Passemos, agora, a uma ligeira sinopse do materialismo dialético nas suas bases filosóficas e a uma análise sucinta daquelas contradições mencionadas.

A — O Materialismo Dialético

Doutrinariamente o Materialismo Dialético parte do princípio Heraclítico de que tudo quanto existe está constantemente em processo de mutabilidade e que a unidade nada mais é que a conjugação de forças contrárias. Assim, teríamos sempre situações diametralmente opostas; da harmonização desses extremos surgiria nova situação de fato sobre a qual se desencadearia o mesmo processo, até que fôsse atingido o Absoluto, estágio em que não haveria mais contradições.

Hegel batizou a primeira situação de fato, Tese; o seu oposto — Antítese, e a nova situação de fato, que as harmonizaria, Síntese; esta última, para efeitos de continuação do processo dialético, seria batizada como nova Tese, a que se oporia uma nova Antítese, produzindo nova Síntese, conforme diagrama abaixo.



B) — As contradições da sociedade democrática

Segundo Lenine, é fato notoriamente conhecido que uma sociedade aberta, pela liberdade de expressão, de opinião e de educação vigente, haverá sempre contradições internas a serem exploradas e acirradas. Assim, Lenine pregou o aproveitamento de duas delas para a expansão do Comunismo Internacional.

1) LUTA DE CLASSES

Todos sabemos que a sociedade democrática ocidental extratifica-se em três classes principais:

— As elites, que constituem as lideranças Político-Sociais e Econômicas na Nação;

— A classe média, constituída pelos comerciantes, donos de terra e similares, batizada Burguesia.

— A classe dos camponeses e operários que Lenine denominou de Proletariado.

A Técnica de desencadeamento de luta de classes consiste, fundamentalmente, em três fases.

Na primeira, infiltraram-se ativistas na classe proletária, instigando-a contra as elites.

Na segunda infiltraram-se os ativistas nas elites, a fim de enfraquecê-las.

Na terceira, pela violência e pela corrupção, procurarem eliminar a classe média que servia de anteparo amortecedor entre as elites e a massa, sendo aquelas absorvidas por esta última, obedecendo à Lei de Atração dos Opostos.

Para materializarmos o método, bastaria que imaginássemos a situação de uma criança debilitada (As Elites) separada de um leão enraivecido (Proletariado) pela grade da jaula (Classe média ou burguesia). Tratar-se-ia, apenas, de serrar violentamente a jaula para que o leão realizasse o massacre.

Estaría, assim, estabelecida a Ditadura do Proletariado.

Consistiu o processo, em última análise, em provocar artificialmente, a agitação social européia nos séculos XVIII e XIX.

Todos sabemos que sob o Regime Feudal, apesar da inexistência de legislação trabalhista, o instável equilíbrio social vigente se devia, principalmente, à interposição da classe média predominantemente artesanal, diminuindo as áreas de atrito entre os servos de gleba e os Senhores Feudais.

Com o advento da Revolução Industrial, pela invenção da primeira máquina a vapor em 1760, por WATT, a classe média virtualmente desapareceu; alguns artesões se reuniram, formando grupos industriais e ascendendo às elites; outros, não tendo meios para se estabelecerem, viram-se forçados a vender "seu trabalho" aos grupos industriais, formando a "classe proletária". Esta nova situação gerou toda série de convulsões sociais que se prolongaram por mais de um século na Europa, gerando a publicação do Manifesto Comunista em 1847 e culminando, em 1848, com as Revoluções Socialistas na França e na Itália. Criou inclusive, o novo "Status", condições para exploração das contradições entre o Capital e o Trabalho, que passaremos a analisar.

2) CAPITAL VERSUS TRABALHO

Numa sociedade democrática, livre da estatização econômica, é permissível e até elogiável o livre empreendimento, até porque grande parte dos lucros assim auferidos pertencem ao governo, graças ao Sistema Tributário.

É igualmente compreensível que o capitalista, ao investir, procure extrair do investimento o maior lucro possível. Dentro dessa idéia, ele estipula um regime de trabalho e um sistema salarial de forma que esses lucros possam ser obtidos. Por outro lado, aos trabalhadores é lícita a reivindicação de menores jornadas e maiores salários.

Para a harmonização desses interesses opostos, existe a Justiça do Trabalho, a qual nem sempre consegue cumprir sua missão pacificadora, principalmente quando a massa operária está instigada e agitada por elementos ativistas, a sôlido do Comunismo Internacional.

Depois de termos focalizado esses aspectos básicos da doutrina revolucionária comunista, passaremos, agora ao estudo de sua aplicação, abordando as fases evolutivas da Guerra Revolucionária.

IV — FASES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Cinco são as principais fases que se pode constatar na implantação da GR.

1ª — Formação do Arcabouço Revolucionário

Trata-se do estabelecimento de uma infra-estrutura clandestina, mediante a infiltração de ativistas, agitadores e propagandistas, — no proletariado, como já vimos anteriormente.

2ª — Ampliação do Arcabouço Revolucionário

Infiltração máxima de ativistas nas elites governamentais, políticas e econômicas.

3ª — Recurso à Violência Sistemática

Consiste, esta fase, nas ações de terrorismo, coletivo e sistemático, visando, principalmente, a classe média, a fim de aniquilá-la.

Aqui surgem as Guerrilhas.

4ª — Formação ou Estabelecimento de Áreas Liberadas

Surge a administração revolucionária em áreas de periferia do território nacional. Nesta fase é geralmente notado o auxílio exterior em massa.

5ª — Formação da Fôrça Armada de Libertação Nacional (FALN)

Caracteriza-se a fase pela conversão das Unidades de Guerrilheiros em Unidades Convencionais, visando a ampliação das Áreas Liberadas, da periferia para o centro, até o estrangulamento do poder central.

Nesse estudo, vale ressaltar que nas duas primeiras fases da GR predominam as ações de ordem psicológicas e, nas três últimas, as de ordem armada, consubstanciadas, estas, na guerra de guerrilhas.

Pode-se, em consequência, armar a seguinte equação:

GR = Ação Psicológica (2 Fases) + Guerra de Guerrilhas (3 Fases)

Analisando-se os termos dessa equação, verifica-se que:

— O primeiro termo — A Ação Psicológica — objetiva a criação de ambiente favorável ao desencadeamento da ação armada posterior, através de ações predominantemente psicológicas. Baseia-se tal ação no conceito da *Psicologia nas Multidões*, emitido por Gustave Le Bon, que diz o seguinte:

“As multidões, quaisquer que sejam suas origens ou tipo, têm características próprias totalmente diversas das características individuais que a compõem”.

Dêsse conceito pode-se inferir outro, o de Homem-Massa, que é o elemento constitutivo da multidão.

Para que o indivíduo seja considerado “Homem-Massa” não é necessário que ele esteja fisicamente integrado à multidão.

O termo em pauta refere-se à identidade do indivíduo com um número elevado de pessoas com quem convive diariamente, junto às quais trabalha ou estuda e cujas aspirações são as mesmas que as suas. A Ação Psicológica desencadeia-se, principalmente, contra êsse tipo de indivíduo, cujo maior número de representantes se encontra nas classes operárias, camponesas e estudantis.

O processo revolucionário aproveita as características básicas do Homem-Massa, que são as seguintes:

— *Imitação e Sugestão*

Valem-se os Comunistas dessa característica para incitar as greves e distúrbios, em virtude de o Homem-Massa, pela imitação, agir, em função da Massa e, pela sugestão, pensar sinceramente que está agindo guiado por seu livre arbítrio.

— *Generalização de Símbolos*

Essa propriedade é aproveitada não só pelos comunistas como, também, pelas companhias de propaganda que visam a maior aceitação para os produtos anunciados; baseia-se no fato de que o Homem-Massa raciocina através da generalização de imagens, idéias-fôrça e chavões. O slogan "Só Esso dá ao seu carro o Máximo", como tantos outros, visa, principalmente, o Homem-Massa. Pode-se, então, idealizar a penetração de — slogans de orientação comunista e a deturpação proposital de termos de significação consagrada como *Nacionalismo*, *Reacionarismo*, e outros, nas classes camponesas, operárias e estudantis.

— *Gregarismo e Consciência Coletiva*

Essas características fazem com que os elementos da Massa, que permaneçam indiferentes ou imunes à Ação Psicológica, sejam conquistados pela ideologia Comunista. A ação psicológica, aproveitando as características associativas mencionadas, tem por finalidade abalar a estrutura do Estado sobre o qual se desencadeia a guerra revolucionária, pela exploração do conceito de nacionalidade, que passaremos a focalizar.

V — EXPLORAÇÃO DO CONCEITO DE NACIONALIDADE

Sabe-se que um *Estado* pressupõe — um *Território*, ocupado por um Povo, sob um *Governo*, o qual dispõe de um *Aparelhamento Jurídico* para, em nome da *Nação*, exercer a *Soberania*.

Enquanto na guerra convencional o elemento visado do *Estado* é o *Território*, na Guerra Revolucionária visa-se a *Nação*, ou seja, o Grupo Social.

Tal objetivo é procurado através da destruição progressiva de cada uma das características básicas que deve possuir o indivíduo para que se o considere integrante de um grupo social. Essas características visadas são as seguintes:

A — *Formação de um Conjunto de Valores*

Sabe-se, que, em toda sociedade, o comportamento humano é regido por uma série de padrões de ordem moral, ética e religiosa. A Ação

Psicológica procura desvirtuar êsses padrões, explorando as características do Homem-Massa, sôbre as quais já nos referimos.

B — Vontade de Pertencer ao Grupo Social

A Ação Psicológica procura quebrar esta vontade apresentando, aos olhos surpreendidos na Nação, através da provocação de greves e motins, um aspecto artificial de desorganização. Essas desordens são criadas pelos Comunistas, aproveitando-se da característica de imitação do Homem-Massa. Por outro lado, através de slogans, procuram os ativistas incompatibilizar o povo com suas elites dirigentes. Concorre, ainda, para quebrar tal Vontade, o desencadeamento do Terrorismo Sistemático, o qual acaba por substituir na mente do Homem-Massa e na sua hierarquia de valores a segurança da Nação pela sua própria segurança.

C — Sentimentos de Fraternidade em Relação ao Grupo

Esta característica é destruída quando os elementos de propaganda fazem recair sôbre as falhas do aparelho de repressão governamental e sôbre a irredutibilidade de parte do Grupo Social, a responsabilidade pelo regime de insegurança vigente perante a Ação Terrorista.

Ao término das duas fases iniciais da Guerra Revolucionária — Formação e Ampliação do Arcabouço Revolucionário — o conceito de nacionalidade deverá ser palavra morta, dentro do planejamento comunista. A transferência da subordinação da sociedade local para o governo revolucionário processa-se através do oferecimento de proteção, em troca de adesão, feita pelos elementos armados da revolução — os guerrilheiros e pelo prosseguimento da propaganda, que se processa paralelamente à Ação Armada, nas fases subseqüentes.

VI — AS GUERRILHAS

“Guerrilhas são operações de natureza predominantemente militar, caracterizadas pelo grande emprêgo de táticas não ortodoxas, levadas a efeito por forças irregulares, agindo independentemente ou em conjunto com forças regulares” (Manual de Campanha C 31-20).

Este processo de combate nada mais é que uma imposição ao elemento mais fraco, que embora preferisse enfrentar de igual para igual o inimigo mais poderoso, não consegue lograr êsse objetivo em virtude da exigüidade de meios. Essa tem sido a razão predominante de tal conduta de combate através do curso da história, desde os seus primórdios até a época contemporânea, quando a sua feição foi modificada ao integrar-se no quadro da guerra revolucionária comunista.

Vale ressaltar que êsse processo de combate é tão antigo quanto a própria guerra e que, fora do quadro revolucionário comunista, não passa de um conjunto confuso de ações de combate prescritas nos nossos manuais de campanha.

Para ilustração do que ficou dito acima basta que se recorde o caso da China Continental.

— A Civilização Chinesa, nascida na bacia do Tarim, entre as massas do Kuen-Lun e do Himalaia, na Ásia Central, espalhou-se, por volta do ano 2000 AC, pelo vale dos rios Hoang-Ho e Yang-Tse-Kiang, formando o Império da China. Povos guerreiros da Mandchúria, de grande poder bélico porém de efetivos reduzidos, iniciaram, no ano 760 AC, uma guerra de conquista contra o Império da China. Seus efetivos os forçavam ao que chamamos hoje de Guerra de Guerrilhas. Entretanto, só cerca de 500 anos mais tarde, em 250 AC, lograram alcançar o objetivo, implantando a dinastia T' Si, cujo primeiro Imperador foi Shi-Wang-Ti o construtor das Muralhas da China. Enquanto isso, em nossos dias, Mao Tsé-tung, empregando as guerrilhas dentro do Quadro Geral da GR, catalizando e canalizando a aspiração nacional chinesa de expulsão do invasor japonês, colimou os mesmos resultados em apenas 4 anos, considerando-se o término da guerra como o marco inicial da Guerra Revolucionária Chinesa.

Vemos, assim, o grande valor que tem para a guerrilha o auxílio e a preparação do ambiente revolucionário, pela Ação Psicológica.

Focalizaremos, agora, as principais características das guerrilhas, sua organização e ações táticas mais comuns.

CARACTERÍSTICAS DAS GUERRILHAS

a) *Finalidades*

— Dificultar o movimento das tropas regulares, cortar seus suprimentos, desorganizá-las, prover a segurança da população conquistada, controlar áreas liberadas e facilitar a propaganda.

b) *Missões* — predominantemente ofensivas e de objetivos limitados.

c) *Ambiente Geográfico*

O ambiente geográfico ideal para a instalação das bases de guerrilheiros, isto é, os locais onde eles guardam suprimentos, de onde saem para cumprir suas missões e para onde voltam após terem-nas cumprido devem possuir os seguintes requisitos:

- Relêvo Abrupto;
- Abundante Vegetação;
- Obstáculos Naturais.

Um exemplo clássico de local ideal para a instalação de uma base de guerrilheiros é a famosa Sierra Maestra, que serviu de base aos guerrilheiros de Fidel Castro.

d) *Meios*

São obtidos de três maneiras:

- da População;
- do Inimigo;
- do Exterior.

ORGANIZAÇÃO DAS GUERRILHAS

Há três tipos gerais de frações de guerrilhas:

— *Elementos Individuais*

Organizados em rês, porém, agindo isoladamente.

Usam armamento de porte e constituem os elementos predominantemente de informações.

São componentes do órgão de Busca das guerrilhas.

— *Grupos de Ação*

Pequenos grupos de guerrilheiros, dotados de armamento portátil, que realizam atentados e sabotagens em pequena escala.

Suas missões adquirem a denominação geral de *Terrorismo*.

— *Unidades de Guerrilheiros*

Grupos de guerrilheiros, dotados de armamento portátil e não portátil, cujo efetivo varia de um *Grupo* até uma *Companhia* e que executam as Ações Táticas das guerrilhas que passaremos a focalizar.

AÇÕES TÁTICAS DAS GUERRILHAS

Destacam-se, dentre as principais, as seguintes:

- *Atentado*
- *Sabotagem*
- *Golpe de mão*
- *Emboscada*

Focalizaremos, mais detalhadamente a *emboscada*, pelo seu largo emprêgo nos dias de hoje.

Esta ação tática da guerrilha é desencadeada, principalmente, contra comboios da Tropa Regular, com a finalidade de obter armamento, munição e víveres, e de impedir o suprimento do Exército Regular.

Para realização de uma emboscada, a Unidade de guerrilheiros divide-se em quatro equipes:

— Equipe de Vigilância e Bloqueio, que tem por missão deter o comboio no ponto escolhido, quer pelo fogo, quer pela interdição da via de acesso;

— Equipe de Assalto, que tem por missão cerrar sobre o objetivo, a fim de reduzi-lo pelo fogo e ação de choque;

— Equipe de Proteção, que tem por missão o isolamento do local, impedindo a chegada de reforços da Tropa Regular;

— Equipe de Acolhimento, que é a encarregada de proteger o retratamento das demais equipes, após a realização da emboscada.

É importante ressaltar que nenhuma das ações táticas da guerrilha se realiza independentemente. Elas são cuidadosamente planejadas e coordenadas tendo em vista a simultaneidade das ações secundárias e dos esforços principais, a fim de que se possa explorar ao máximo a surpresa e a economia de forças.

VII — ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS POLÍTICO-MILITARES CONTEMPORÂNEOS À LUZ DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Após o estudo perfunctório da equação da GR, analisaremos os acontecimentos político-militares contemporâneos dentro do mesmo quadro geral.

Para que bem se compreenda o assunto em pauta, três fatores de importância capital, que o regem e determinam suas linhas básicas, terão que ser abordados:

— O Materialismo Dialético, cujos aspectos mais importantes já foram anteriormente focalizados;

— A Teoria Geopolítica do Poder Marítimo;

— A Reunião do Comintérn de 1953.

A *Teoria Geopolítica do Poder Marítimo* foi desenvolvida no século XIX pelo Almirante Mahan, a qual, em suma, pode ser assim expressa: “no caso de conflito, se uma das potências implicadas tiver em torno de seu território continental uma ou mais Penínsulas, tais Penínsulas, de posse do inimigo, porão em choque a Segurança dessa Potência”.

No decorrer da história, vários exemplos da preocupação de Países Continentais, em relação a este problema, têm sido registrados.

Assim, na Segunda Guerra Mundial, a primeira preocupação da Alemanha foi a de obter a adesão da Itália, embora este país, de militarmente aproveitável, só tivesse a posição geográfica e sua Banda de Música.

Ainda no conflito citado, a Alemanha desviou-se do seu eixo básico, Berlim-Paris-Londres, para neutralizar os países escandinavos.

Modernamente, pode-se focalizar o esforço da China Continental em reduzir as Penínsulas que cercam o seu território como a Coréia, o SE Asiático e a Índia; sendo que a última só não foi decisivamente agredida em virtude do agravamento que traria ao problema chinês de superpopulação.

A Reunião Comintérn de 1953 é de capital importância porque durante sua realização o líder comunista Chou-En-Lai expôs a teoria de que "O Comunismo Internacional não deveria assaltar diretamente o Bloco Ocidental", e que sua expansão deveria ser dividida em cinco etapas:

- Ásia Monçônica
- África
- Oriente Médio
- América Central
- América (assalto final).

As etapas citadas não deveriam se realizar obrigatoriamente na sua ordem cronológica, podendo, segundo Chou-En-Lai, ser desencadeadas simultaneamente.

Vale observar que o Bloco Comunista vem seguindo à risca esta orientação. Podemos constatar isso pela análise dos principais acontecimentos político-sociais e militares nas regiões mencionadas.

ÁSIA MONÇÔNICA

A Ásia Monçônica compreende o Sudeste Asiático, a Coréia e a Indonésia. Os acontecimentos político-sociais no Laos, no Vietname e, anteriormente, na Coréia, que ameaçam propagar-se pela Tailândia e Malásia, são, em parte, devido aos três fatores básicos já referidos. Há, no entanto, um outro fator determinante, de ponderável importância, referente ao Problema dialético da China Comunista.

Como é de conhecimento geral, atravessa a China Comunista uma fase difícilíssima de sua evolução histórica, graças a problemas de ordem social e econômica, principalmente no que se refere a sua explosão demográfica.

A China Continental possui um território equivalente ao do Brasil e uma população que orça em 800.000.000 de habitantes, ou cerca de oito vezes a população brasileira, tendendo a situação a agravar-se dia a dia.

Vê-se, então, a China Comunista em uma encruzilhada; ou se ocidentaliza, adotando medidas como a do controle à natalidade, ou perece.

No entanto a solução restritiva ao crescimento vegetativo choca-se com a doutrina comunista, profundamente enraizada no povo chinês, que prevê a manutenção de uma Classe Proletária ativa, e sempre crescente, capaz de absorver rapidamente qualquer elite intelectual econômica ou política que possa surgir, a qual não poderá contar com o anteparo da classe média, virtualmente desaparecida do cenário político chinês.

Cria-se, assim, um problema de ordem Dialética: Existe uma situação de fato, materializada pela necessidade da ocidentalização (Tese), a qual se opõem a rigidez doutrinária Chinesa e a manutenção do seu "status"; da harmonização dos opostos surge a única síntese plausível que é o expansionismo. Tal *Síntese* traz no seu bôjo o fenômeno da *Guarda Vermelha*, composta de jovens fanatizados pelo único líder que conheceram — Mao Tsé-Tung.

A Guarda Vermelha investe furiosamente contra a parte da opinião pública que, prudentemente, é contrária à Política de expansionismo. Todavia, a China já inicia a pôr em prática a solução dialética. Lógicamente tem quatro direções básicas para expandir-se. A saber:

— *Para o Norte* — Esta tentativa de expansão envolve a Mongólia Exterior e parte da Sibéria, fato que vem causando uma área permanente de atritos entre a Rússia e a China e que é encoberto por um falso aspecto ideológico;

— *Para o Leste e para o Oeste*, onde se encontra o Bloco Ocidental;

— *Para o Sul*, onde se encontra a Ásia Monçônica.

De posse dessa região os Chineses, além das áreas conquistadas, ficarão a cavaleiro das rotas marítimas dos Oceanos Pacífico e Índico e a um raio inferior a 150 km das Filipinas e da Austrália.

Percebendo este perigo, todos os países da Região reuniram-se há alguns meses atrás na Conferência de Manila — Capital das Filipinas — presentes os representantes do Sete de Manila, isto é, Filipinas, Austrália, Estados Unidos da América do Norte, Vietname, Coréia, Tailândia e Malásia.

AFRICA

Segundo HO-SHI-MINH, o envolvimento pela África teria por finalidade retirar a matéria e os mercados do Bloco Ocidental Europeu, debilitando o seu Complexo Industrial. Essa tática vem produzindo resultados favoráveis aos Comunistas, haja vista os sucessivos movimentos de "Libertação Nacional" ocorridos diariamente no Continente Africano, preocupando os responsáveis pela segurança do Mundo Ocidental e levando ao desespero os estudantes de geografia, com o surgimento de novos Países Africanos".

ORIENTE MÉDIO

As crises do Oriente Médio são devidas, além dos fatores gerais expostos, a três outros aspectos, também fundamentais:

- O Nacionalismo Judaico
- O Pan-Arabismo
- A Importância Econômica da Região.

Trinta séculos antes de se constituir em Estado, Israel já era uma Nação. Seu povo era unido pela mesma origem Semítica, pela mesma crença em Jeová e pela aspiração comum da Terra Prometida.

As primitivas civilizações judaicas ocuparam, de maneira descontínua, o mesmo território que hoje ocupam.

Situado sobre a via de acesso natural entre as duas grandes Nações da Era Antiga, a Assíria e o Egito, que constantemente se digladiavam, o povo Judeu se viu sucessivamente devastado, desde 1250 A.C., por tropas Egípcias e Mesopotâmicas.

Naquela época havia nas margens do rio Jordão seis núcleos Semíticos: A Iudoméia, a Piréia e a Betânia, na margem esquerda; a Galiléia, e Samaria e a Judéia, na margem direita, entre o Rio e o mediterrâneo.

Nos primórdios, tribos semíticas foram postas em cativeiro no Egito pelo Faraó Ramsés II, tendo logrado escapar no episódio do Êxodo.

Mais tarde, em 701 A.C., foram postos em cativeiro por Nabucodonosor, Imperador Caldáico, por terem auxiliado o Faraó Nechus II em uma expedição contra a Mesopotâmia. Ciro, o Persa, libertou-os em 525 A.C., para pouco depois caírem nas garras do Império Romano.

Já cansados de tanto sofrimento e ansiando pela obtenção imediata da Terra Prometida havia 2.000 anos, tornaram-se os judeus um povo facilmente irritável e propenso a rebeliões, o que levou o Império Romano a construir vários Fortes para controle da área, como Cafarnaum, Cesaréia, Ascalão e Jopa.

Depois de todos esses séculos de suor, sangue e lágrimas, tendo vivido os suplicios da Segunda Guerra Mundial, em 1948, na Conferência de Genebra, viu-se, finalmente, o povo judeu de posse do Estado de Israel.

Não é preciso dizer que tal povo é extraordinariamente cioso de sua soberania tão dificilmente conquistada e que o mais leve sinal de ameaça tem o poder de exasperá-lo ilimitadamente.

Israel, logo após a sua criação, viu-se cercado por inúmeros Estados de origem Árabe: o Egito, Iraque, Iêmen, Arábia Saudita, Síria, Líbano e Jordânia, e outros de menor expressão.

Sob inspiração Soviética, tentou o General Nasser, a partir de 1956, a formação de uma República Árabe Unida (RAU). Sua primeira me-

dida foi a nacionalização do Canal de Suez, que serviria de motivação para os outros países Árabes. Tal medida prejudicou a França e a Inglaterra, no que diz respeito ao tráfego marítimo colonial e onerou economicamente o recém-nascido Estado de Israel.

Em represália, a França, a Inglaterra e o próprio Israel invadiram a Península de Sinai, tendo sido a ONU obrigada a intervir.

Para agravar a situação, a Rússia vem desenvolvendo um plano de fornecimento de armas a longo prazo, principalmente à Síria, país Árabe de tendências nitidamente paracomunistas. Esse fato vem quebrando o equilíbrio armamentista na Região, ocasionando a série de crises que se nos deparam.

Finalmente, deve-se perguntar o porquê da importância da Região para o programa Comunista. A resposta é a seguinte: É de conhecimento geral a grande capacidade de produção de Petróleo que tem aquela Região. Só Kuwait, protetorado Britânico, de superfície equivalente a um bairro de uma grande cidade, chegou a concentrar quase um terço da produção mundial de petróleo. Além disso, sua situação geográfica permite o fácil escoamento do produto pelo Canal de Suez, Mar Vermelho e pelas rotas marítimas do Índico e do Pacífico. (*)

AMÉRICA CENTRAL

Já foi introduzida a cunha Revolucionária na América, conforme demonstram os episódios de Cuba e São Domingos e as agitações generalizadas que, vez por outra, sacodem países da América Latina.

AMÉRICA

Para esta, de acordo com a dialética, estará reservado o Assalto Final.

VIII — PODEREMOS EVITAR O ASSALTO FINAL ?

Relizando-se um sumário de estudo de situação, baseado naquilo que foi exposto, poder-se-á, determinar qual a Decisão que, com humildade, creê, o autor deste artigo, deva ser tomada na atual conjuntura.

Baseando-se no raciocínio do próprio inimigo, chegar-se-á a conclusão que, por motivos de ordem doutrinária e social, os comunistas permanecerão fiéis ao objetivo final que é a Conquista do Mundo, seja por via direta, seja por via indireta e, conseqüentemente, a 3ª Guerra Mundial será inevitável.

Surge, todavia, uma pergunta: Em que época ocorrerá o Conflito? Esse elemento terá que ser determinado por nós próprios, pois a Guerra é apenas uma questão de tempo.

Jogando nossa responsabilidade nos conceitos e opiniões constantes dêste artigo, cremos que a melhor oportunidade é a presente, ampliando-se a Guerra no Vietname e levando-a ao território Chinês.

Essa opinião obedece a três razões fundamentais:

a) No momento contará o Bloco Ocidental com grande parte do seu Complexo Industrial, o que não ocorrerá daqui a cinco ou 10 anos, quando a Política Comunista de envolvimento dos mercados e do controle de matérias-primas poderá ter colimado os seus objetivos;

b) Politicamente a oportunidade não poderia ser melhor, pelas dissensões, entre a Rússia e a China, por motivos territoriais. Haveria, por conseguinte, a possibilidade do alheamento Russo ao evento, o que não ocorreria, por certo, daqui a cinco ou dez anos, quando ambos poderiam eliminar suas áreas de atrito em proveito do Movimento Comunista Internacional;

c) O ainda relativamente incipiente Parque-Atômico Chinês, em vias de ampliar-se. (*)

Outra pergunta, por certo, terá que ser formulada: — De que natureza seria a Guerra?

Não se poderia cometer o erro histórico de invadir a China utilizando-se meios convencionais, em virtude de sua enorme população e da extensão do seu território. A Guerra terá que ser, obrigatoriamente, de natureza termonuclear-limitada.

CONCLUSÃO

Desencadear, imediatamente a ampliação da Guerra do Vietname, levando-a ao coração do Território Chinês, sob a forma de Guerra Termonuclear, de caráter restrito.

Só assim se poderá cortar pela raiz este monstruoso câncer — o Comunismo Internacional — que ameaça debilitar e destruir progressivamente o organismo ocidental, preparando-o para o golpe final, que seria a derrocada das Instituições Democráticas e seu desaparecimento da face da terra.

NOTA (*) Desejando permanecer fiéis ao texto original, não incluímos neste trabalho a Guerra Relâmpago do Oriente Médio e a explosão da bomba H chinesa, fatos de indiscutível relevância.

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral : em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias : cópias em preto e branco : para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções : nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE !** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é : revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprêgo apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas ; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES !**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

FATOS, IDÉIAS, CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE EMPRÊGO, SEGUNDO O GENERAL GEORGE S. PATTON JR.

Adaptação e tradução pelo Ten-Cel Art (QEME)
HUGO SUCUPIRA

O General Patton foi, realmente, um homem extraordinário e a sua morte, uma perda irreparável, não só para o Exército dos EUA, como também para aqueles de todas as nações do mundo livre. Em seu livro "War as I knew it", publicado após a sua morte, pelo Coronel Paul D. Harkins membro de seu EM durante a guerra, a par de relatos pessoais a seus familiares, sobre as operações aliadas, na II Guerra Mundial e de uma demonstração inequívoca de seus grandes conhecimentos sobre a história antiga e contemporânea, o General George Patton, ao término da obra literária, trouxe à luz, fatos, idéias, conceitos e princípios de emprêgo ou de liderança que verdadeiramente evidenciam sua preocupação com todos os aspectos da arte da guerra.

Ao tentarmos traduzir os últimos capítulos do livro, procuramos fazê-lo adaptando alguns trechos, cortando outros para reuni-los mais adiante a um conceito isolado, tudo no sentido de apresentar uma modesta cooperação ao estudo da personalidade do grande líder militar norte-americano.

Não temos certeza sobre os resultados da adaptação. O leitor indulgente, sabedor das dificuldades inerentes a esse mister, irá nos desculpar, por certo, as imperfeições. É, realmente, perigoso procurar interpretar o pensamento de um homem como o General Patton. Mas, a tanto nos levou a audácia humana.

No tocante à tradução, eis alguns parágrafos que, aos nossos olhos, maior interesse podem trazer e melhor servir à meditação dos companheiros d'armas :

— "Provavelmente, nada haverá de original no que passarei a dizer, daqui por diante, porque a guerra é um assunto muito antigo e eu, um velho rabugento que a estudou e praticou por mais de quarenta anos. Assim sendo, tudo o que tenha podido parecer a mim como um pensamento original, será, talvez, um produto do subconsciente.

— "O soldado faz o Exército. Nenhum Exército poderá ser melhor do que seus soldados. Mas, o soldado é também um cidadão.

Na verdade o dever mais sagrado, decorrente da cidadania, é pegar em armas para a defesa da nação. Este fato, mais do que um dever, é um privilégio.

— “Para ser um bom soldado, o homem deve ter, disciplina, respeito próprio, orgulho de seu país e de sua unidade, um alto senso do dever e das suas obrigações para com seus companheiros d'armas e superiores hierárquicos, além de uma autoconfiança, derivada de uma capacidade profissional, realmente, demonstrada.

— “Todo ser humano possui uma resistência inata à obediência. A disciplina remove essa resistência e, por meio de sua prática constante, torna a obediência um hábito. O que poderia conseguir um time de futebol indisciplinado? Um combate é muito mais exigente do que o futebol. Nenhum homem, em seu juízo perfeito, deixa de sentir medo em combate, todavia, a disciplina lhe proporciona um tipo de vigorosa coragem que o conduz à vitória.

— “A curiosa expressão “cave ou morra” é, além de muito usada, pouco compreendida. Não se pode vencer uma guerra adotando táticas defensivas. O ato de cavar um abrigo é, principalmente, defensivo. A única oportunidade, em que seria lícito, a um soldado, cavar um abrigo aparece quando o mesmo atinge o objetivo final do ataque ou quando tem que passar a noite em circunstâncias tais que possa sofrer a influência de uma ação inimiga. Pessoalmente, sou contra cavar qualquer abrigo, em qualquer situação desse tipo, porque a possibilidade de ser atingido ou morrer, enquanto estiver dormindo no solo limpo é muito remota e a cansaça, resultante de estar cavando inumeráveis abrigos individuais, é evitada. Há também, um efeito psicológico bastante prejudicial na mente do soldado, porque este pode associar ao fato de ter que cavar um abrigo, aquele de que o inimigo é perigoso, o que, normalmente, não é verdade.

— “Nos dias em que o fogo das armas portáteis, no campo de batalha, era principalmente, executado por fuzis, talvez fôsse necessário progredir por lances, em “marche-marche”. Hoje, entretanto, quando a metralhadora domina ou serve de base à cortina de fogos de infantaria e a artilharia cobre os intervalos, em conjunto com os morteiros, não há vantagem em agir daquela forma e isto porque até que atinjamos uma posição há trezentos metros do inimigo, o fogo das armas portáteis tem pequeno efeito, ao passo que, quando nos deitamos, entre dois lances sucessivos, ficamos expostos aos efeitos dos estilhaços das granadas ou do “Shrapnel”. Quando atingirmos à distância dos trezentos metros, o fogo de nossas próprias armas, certamente, neutralizará o do inimigo e assim não precisamos progredir por lances. Digo isso porque pude observar, muitas vezes, em manobras ou em combate, homens avançando por lances, mesmo quando estavam desenfreados e podiam caminhar de cabeça erguida ou viajar de limousine — se houvesse alguma disponível — completamente imunes. O que quero dizer é que, se não podemos

evitar o fogo dos morteiros ou da artilharia, a coisa mais estúpida que podemos fazer é parar debaixo d'ele. Pelo contrário, devemos avançar sempre! Além disso, o fato de que, atirando sempre, continuarmos avançando, aumenta a nossa autoconfiança e o sentimento de que estamos fazendo alguma coisa e que não estamos sentados, como um pato, recebendo tiros. Lembremo-nos também que o inimigo terá sempre uma tendência para alongar, ao invés de encurtar os seus tiros.

— “Tenho certeza de que se afirmássemos que “o fogo é o rei dos campos de batalha” estaríamos evitando muitas discussões sobre as qualidades das armas combatentes e estaríamos muito mais perto da verdade. As batalhas são vencidas pela combinação do fogo e do movimento. Nada se movimenta mais, no campo de batalha do que o próprio fogo de todas as armas, em condições de atirar. Isto tem como objetivo colocar o inimigo em posição desvantajosa. Os deslocamentos das tropas servem àquele objetivo.

— “Nunca se deve atacar aonde o inimigo espera que se faça. É preferível que se escolha um terreno de progressão mais difícil e isso se aplica até o escalão Divisão. Para os escalões superiores à Divisão deve haver uma exceção, porque tanto o Corpo de Exército como o Exército devem conquistar regiões em que as estradas, rodo ou ferrovias, tenham capacidade que permita o funcionamento do sistema logístico. Essas estradas, como pontos capitais, serão defendidos, pelo inimigo localizado nas elevações que as dominam. Por isso a missão das Divisões em um CEx, por exemplo, seria atacar através campo e conquistar aquelas alturas e não seguir pelo vale, tentando ocupar cada trecho das estradas.

— “O processo de segurar o inimigo pelo nariz ou pelas orelhas e dar um pontapé na traseira, empregando o movimento é uma verdade agora, nesse momento em que escrevo essas notas, tal como o foi há vinte anos atrás e mesmo desde que a guerra é guerra. Qualquer operação, reduzida em sua expressão mais simples, consiste de uma progressão até o estabelecimento do contato e depois, uma fixação na frente com um envolvimento de um ou dos dois flancos. A repartição das forças, de fixação e de envolvimento, é de 1/3 e de 2/3, respectivamente.

— “O envolvimento vertical ou horizontal, sob o ponto de vista tático não deve ser muito profundo. Conseguimos os melhores resultados quando regulamos os objetivos até as posições da artilharia inimiga. Nessa região desorganizaremos os suprimentos e as comunicações do inimigo e estaremos dentro da distância de apoio das forças do ataque frontal.

— “Os oficiais mais graduados sempre têm mais tempo. Assim, em campanha, esses é que devem visitar os subordinados, ao invés de exigirem que sejam visitados. A única exceção aparece quando se tratar da formulação de um planejamento coordenado.

— “Minha experiência indica que comandantes bem sucedidos são verdadeiras prima-donas e assim devem ser tratados. Alguns oficiais precisam ser acionados, outros pedem sugestões. e muito poucos têm que ser contidos.

— “No planejamento de qualquer operação, é vital que nos lembremos de duas coisas: — “Nada é impossível na guerra, desde que empreguemos a audácia na execução”. “Não podemos dar largas aos nossos receios”. Esses dois princípios, uma vez bem sedimentados no nosso subconsciente, bastarão para nos dar a vitória.

— “Os exercícios em caixão de areia, levados a efeito pelos Estados-Maiores inclusive aqueles dos Corpos e dos Exércitos, em campanha, são de grande utilidade e eficiência, na preparação de um ataque.

— “Os soldados deviam saber que as perdas em combate são o resultado de dois fatores: primeiro o fogo ajustado do inimigo e segundo, o tempo durante o qual um homem fica exposto a esse mesmo fogo. O tempo de exposição será diminuído pela rapidez da progressão.

— “Se fôsse aceitar a definição de bravura como sendo a qualidade de um homem não sentir medo de nada, então, nunca teria visto um bravo. Todos têm medo, do soldado ao general, cada um a seu jeito e conforme as responsabilidades. O homem corajoso é aquele que, apesar do medo, se sobrepõe a si mesmo e continua avançando. A disciplina, o orgulho, o respeito próprio, a auto-confiança e o desejo da glória são atributos que farão um homem corajoso, mesmo quando estiver com medo.

— “O grande remédio contra o que se convencionou chamar de “fadiga de combate” é muito simples. Se os soldados se capacitassem de que a maioria dos homens, que alegam estar sofrendo de fadiga de combate, está mesmo é procurando uma forma de fugir, facilmente, do perigo, aí então, aqueles poltrões passariam a merecer menos simpatia de nossa parte. Um tal tipo de sub-homem está prejudicando os outros que possuem mais disposição para a luta. Se os soldados fizessem pouco caso daqueles que comesçassem a mostrar sinais de fadiga de combate, conseguiriam evitar não só que a mesma se espalhasse, como também salvariam os “pobre-coitados” que estivessem fazendo corpo mole, evitando-lhes uma vida futura de humilhação e remorso.

— “A natureza do terreno e a resistência apresentada pelo inimigo determinarão se um ataque deve ser liderado por carros ou por infantaria. Se o terreno permite uma rápida progressão aos carros, estes devem liderar o ataque, mesmo se houver previsão de perdas pesadas em razão de campos de mina. Nos casos em que tivemos de atravessar floresta densa, ou em que a infantaria inimiga estiver organizada e as armas AC não tiverem sido, perfeitamente,

localizadas, a infantaria deve liderar, seguindo o CC logo à retaguarda, para atuarem como artilharia de apoio direto.

— “Nos combates em localidades, é essencial que se evite as correrias. Um grupo de combate pode efetuar limpeza de um quartelão, em doze horas. Quando se dispuser de carros, em apoio ao ataque, esses poderão substituir os lança-rojões, na abertura de brechas nas paredes do andar térreo das edificações. Devem, entretanto, progredir com escotilhas fechadas para evitar que sejam atacados com granadas de mão, lançadas dos andares mais altos. Os infantess devem proteger os carros, procurando manter o inimigo afastado das janelas.

— “Atacando em campo aberto, que possua certo número de árvores isoladas, evitemos a proximidade dessas últimas, pois que serão sempre pontos de referência para a artilharia e a aviação adversária. Nesse tipo de ataque devemos dispersar as nossas tropas. Da mesma forma, não devemos ocupar casas isoladas para postos de observação ou para postos de comando, como vi ser feito. inúmeras vezes.

— “Não devemos localizar grandes instalações rádio, perto dos PC. Pelo contrário, devem ser separadas, disfarçadas e ligadas por circuitos telefônicos. De outra forma, o inimigo aéreo localizará não só os rádios, como principalmente o PC.

— “No desencadeamento e conduta de qualquer tipo de ataque, devemos usar as comunicações com fio, ao máximo. Esta idéia diz respeito também às unidades de 1º escalão. Os meios rádio, embora teoricamente eficientes, não se comparam com os meios com fio e devem ser considerados como um meio secundário. Em uma ocasião, realmente, executamos um ataque, com base em um grande número de carros de combate, na ponta de 26 quilômetros de fios.

— “Qualquer soldado que se rende com armas nas mãos não está cumprindo os seus deveres para com o seu país e está se vendendo muito barato, porque as condições de vida de um prisioneiro de guerra é extremamente desconfortável.

— “Existe uma grande diferença entre rapidez e pressa. Esta última aparece quando uma tropa é empenhada sem reconhecimento, sem apropriado sistema de apoio de fogos e com o emprêgo parcelado das forças. Assim, a tropa inicia o combate com mais rapidez, mas termina a ação muito depois do que seria de se esperar.

— “A disciplina administrativa é um indício da existência de uma disciplina de combate. Um comandante que seja incapaz de estabelecer e impôr uma disciplina administrativa, não poderá também conseguir uma disciplina de combate.

— “A principal finalidade do Estado-Maior Geral e do Especial é permitir que as tropas em primeira linha recebam tudo o

que necessitam em tempo e a hora. Quando engajadas na batalha, as tropas tornam-se temperamentais e passam a pedir coisas de que, realmente, não necessitam. Todavia, se fôr humanamente possível, os seus pedidos devem ser atendidos, não importando quão pouco razoáveis possam parecer.

— “Evitemos quaisquer atrasos. “O melhor é inimigo do bom”. Quero dizer com isso que um bom plano, violentamente executado **agora**, é melhor do que um perfeito plano, na semana seguinte. A guerra é uma coisa muito simples e suas principais características são: autoconfiança, velocidade e audácia. Nenhuma dessas características podem ser perfeitas, mas podem sempre ser boas.

— “Há um maior número de Generais comandante de Divisão cansados, do que propriamente Divisões. Oficiais que demonstrem cansaço tornam-se sempre pessimistas. É preciso que nos lembremos bem disso, quando formos examinar um relatório de combate. Os Generais-Comandantes não devem nunca demonstrar dúvida, indecisão ou fadiga. Devem adotar um uniforme, ligeiramente diferente, de forma a que possam ser logo identificado por seus soldados.

— “A melhor forma de transmitir ordem é fazê-la verbalmente. de um General para outro. Se isso não fôr possível, ainda o telefone pode servir para êsse contacto. Todavia para que haja um arquivo dos entendimentos trocados, há necessidade de se fazer um registro posterior para poder ser consultado, a qualquer momento, por quem deva cumprir as ordens correspondentes. Êsse registro tem também a finalidade de ressaltar a responsabilidade dos subordinados.

— “Os comandantes devem ficar bem certos de que a expedição de uma ordem ou a confecção de um plano é apenas 5% da sua responsabilidade. Os outros 95% devem incluir a segurança, por meio da observação pessoal ou através da interposição de um oficial do Estado-Maior de que a ordem está sendo cumprida. As ordens devem ser expedidas com tempo bastante para permitir a sua disseminação.

— “Nunca devemos dizer **como** fazer uma coisa. Devemos, sim, dizer **o que** fazer e ficaremos maravilhados com a iniciativa dos nossos subordinados.

— “As responsabilidades de um oficial são muito semelhantes às de um policial ou um bombeiro. Quanto melhor procure êle desincumbir-se de suas tarefas diárias, tanto menos freqüente será necessário que tenha de tomar uma medida drástica.

— “Ao recordar a minha longa vida militar, fico surpreso ao constatar que muito poucas vezes tive oportunidade de fazer jus aos meus vencimentos. Entretanto, o fato de que não me foi necessário tomar medidas drásticas, com freqüência, talvez queira dizer que, pelo menos, cumpri o meu dever.

— “É verdade que a entrevista coletiva à imprensa, realizada em 22 de setembro de 1945, me custou o Comando do III Exército, ou melhor, de um grupo de soldados, na maioria recrutados, os quais haviam sido designados, pouco tempo antes, para reativar aquela histórica GU. Durante a conferência fui, realmente, duro e objetivo porque acreditava ter chegado o tempo em que o povo tinha direito em saber o que estava acontecendo. Minhas palavras definitivamente, não tiveram qualquer cunho político. * Todavia, ainda estou para saber quando palavras políticas podem produzir um bom governo.

— “A única coisa que não pude dizer naquela época e, talvez, não possa dizer ainda, é que minha principal preocupação em estabelecer a ordem em território alemão era evitar que a Alemanha se virasse para o comunismo. Tenho receio de que a nossa desorientada, ou mesmo estúpida política com respeito àquele país iria levá-la a aliar-se à Rússia e assim estabelecer uma nação comunista em plena região central da Europa Ocidental.

— “Ao término dessa guerra, a última em que tomarei parte, é muito triste para mim saber que já perdi a última oportunidade para justificar as despesas que meu país teve comigo. Pelo menos, resta-me o consolo que fiz o máximo possível, com a ajuda de Deus Todo-Poderoso.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

**PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA**

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

POR QUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA BOLÍVIA

Maj Inf HÉLIO COSTA

1. Generalidades
2. Situação Política do VR do Prata em 1808 em consequência da ação de Napoleão. Movimentos Revolucionários de Charcas e La Paz
3. Campanhas no Alto-Peru até 1815 (Derrota de Sipesipe) após a Revolução Argentina de 25 de maio de 1810
4. 1ª Expedição libertadora do Alto-Peru — D. Alvarado — Fracasso
5. 2ª Expedição libertadora — Gen Santa Cruz — Fracasso
6. Proclamação da Independência — Sucre — Criação e Consolidação da República
7. Conclusão

Nota da Redação — Iniciamos neste número a publicação da série de oito monografias sintéticas, de autoria do Maj Helio Costa, sobre o processo de emancipação política dos países sul-americanos. Pode ser completado acrescentando-se referências aos movimentos precursores e situação pré-revolução/revolução.

DESENVOLVIMENTO

1. GENERALIDADES

O atual território boliviano foi primitivamente denominado de Collao (Collasuyo para os incas) por ter sido ocupado pelos Collas que se estabeleceram nas margens do Titicaca e do Desaguadero.

Tudo indica que a partir do ano 600 os "collas", a quem os espanhóis chamaram posteriormente de "aymaras", desenvolveram uma alta civilização conhecida pelo nome de Tiahuanaco. Em princípios do século X essa civilização entra em decadência. Mais tarde, por volta do século XIII, os quichues de Cuzco invadiram o Collasuyo conquistando paulatinamente o território "boliviano". Era esta a situação quando da chegada dos espanhóis.

Em 1534, já conquistado o Peru, a América Espanhola foi dividida em governações, cabendo a Diogo de Almagro a de Nova-Toledo correspondendo a grande parte da atual Bolívia. Almagro, após nomeado "adelantado", organizou em 1535 uma expedição ao Chile e ao passar pelo território da Bolívia fundou a cidade do Pária, atualmente Oruro.

Em 1538 foi fundada a cidade de Charcas posteriormente denominada La Plata, Chuquisaca e, finalmente, Sucre.

Em 12 de junho de 1559, Felipe II da Espanha determinou às autoridades do Peru a criação da Real Audiência de Charcas, fato este de grande significação na formação futura da atual Bolívia. O território correspondente à Audiência, recém-criada, aproximava-se do rio Paraguai na parte oriental e ao sul atravessava os rios Pilcomayo e Bermejo. A Cédula Real de 29 de agosto de 1563 estendeu o território de Charcas até o Rio Paraguai. No ano de 1661 já se tem notícia de movimentos revolucionários em La Paz onde já se clamava "liberdade para os americanos".

Em 1730 houve um levante em Cochabamba. Em 1776 foi criado o VR do Rio do Prata no qual a Audiência de Charcas ficou anexada, separando-se do VR do Peru fato também de grandes repercussões na história da Bolívia.

Em 1780 só tem notícia de uma rebelião indígena que se estendeu até Charcas, Oruro, Cochabamba e La Paz.

E assim vamos chegar ao início do século XIX em cujo primeiro quartel se daria a emancipação política da Bolívia.

2. SITUAÇÃO POLÍTICA DO VICE-REINADO DO PRATA EM 1808 EM CONSEQUÊNCIA DA AÇÃO DE NAPOLEÃO. MOVIMENTOS REVOLUCIONARIOS DE CHARCAS E LA PAZ

O VR do Prata era governado em 1808 por D. Santiago Liniers, francês de nascimento, e que se destacara na luta contra os ingleses por ocasião da incursão dos mesmos ao Rio da Prata, em 1806.

A ação de Napoleão na Europa iria, como aconteceu em toda a HSA, repercutir também no VR do Prata. O povo de Buenos Aires, ciente do seu próprio valor, consequência da expulsão dos ingleses, estava disposto a intervir na administração do VR.

Seguiram-se diversos acontecimentos na demissão de Liniers pela Junta de Governo de Espanha, sendo nomeado VR D. Baltazar Hidalgo de Cisneiros já em 1809. Nesta altura dos acontecimentos, o movimento revolucionário já se estendia à Província de Charcas. Esta era governada pelo Ten-Gen D. Ramon Garcia Leon de Pizarro quando se processam violentas agitações políticas. D. Ramon ordenou a prisão de diversos elementos, mas o povo de Charcas reagiu e no dia 25 de maio de 1809 atacou o Palácio Presidencial. O movimento teve êxito. Foi realizado, é certo, em nome do Rei de Espanha, mas existia o pensamento dirigido para a emancipação política.

Este movimento em Charcas foi secundado por outro em La Paz. As autoridades espanholas desta cidade foram depostas e se formou uma Junta de Governo composta de revolucionários. Criou-se um Corpo de Tropa para sustentar a Revolução. Chegada a notícia a Buenos Aires o VR Cisneiros determinou ao General Nieto que marchasse contra os rebeldes do Norte.

O VR do Peru D. José Abascal soube do movimento no Sul do Território que governava mas não despendeu grande esforço para reprimir a revolução. No entanto, determinou ao General Goyeneche, presidente do Cuzco, que, a frente da tropa que pudesse dispor marchasse contra os rebeldes de La Paz.

Sentindo a aproximação do inimigo pelos dois lados, a Junta Revolucionária se dissolve. Toma a direção do governo o revolucionário D. Pedro Domingo Murillo para enfrentar Goyeneche nas imediações da cidade. O encontro teve lugar a 25 de outubro de 1809 saindo vitoriosas as tropas do VR do Peru. Pelo Sul continuava o Gen Nieto a marchar, penetrando no Alto-Peru sem resistência, ocupa em dezembro de 1809 a cidade de Chuquisaca. Estavam assim debelados os dois movimentos de maior vulto em 1809 em prol da libertação dos povos que constituíam o então VR do Prata ao qual pertencia a província de Charcas formadora histórica da atual Bolívia.

O movimento de emancipação, na HSA, no entanto, iria prosseguir visando a libertação do jugo espanhol.

3. CAMPANHAS NO ALTO PERU ATÉ 1815 (DERROTA DE SIPE-SIPE) APÓS A REVOLUÇÃO ARGENTINA DE 25 DE MAIO DE 1810

A 25 de maio de 1810 o povo de Buenos Aires se revolta, afastando do Governo o Vice-Rei, nomeando-se uma Junta Revolucionária, marcando, em todas as colônias americanas o término do governo espanhol e o aparecimento de Repúblicas nas Províncias do Prata.

No entanto, os espanhóis, impotentes na capital e nas províncias centrais, tinham em composição, poderosos elementos de resistência nas Províncias do Alto-Peru, no Paraguai e na Banda Oriental do Uruguai.

Deste modo, em meados de julho de 1810 foi enviada uma força argentina de encontro às províncias do Norte tendo saído vitoriosa no primeiro encontro travado contra forças realistas. A marcha é retomada em direção ao Alto-Peru onde se encontrava Goyeneche, Presidente de Cuzco, cometendo barbaridades com todos aqueles suspeitos de ligação com os revolucionários.

O 1º encontro se dá em Cotagaita em que as Tropas revolucionárias são obrigadas a retirar-se.

Os argentinos se reagrupam em Suipacha e aguardam reforços. Os realistas se aproximam e são batidos. Parece, assim, assegurado o triunfo da revolução nas Províncias do Norte. Na direção do Paraguai e do Uruguai, os revolucionários também enviaram forças militares, no entanto, este estudo só tratará da parte que interessa direta ou indiretamente o Alto-Peru.

O exército argentino, após Suipacha, tendo batido os realistas, como vimos, acampa na margem esquerda do Rio Desaguadero sob

o comando de Balcarco. Na outra margem, acampa o exército realista sob o comando de Goyeneche. Trava-se o combate, e os argentinos são obrigados a retirar-se para Oruro (20 Jun 1811).

O Governo revolucionário dá agora o comando das tropas a Belgrano. A Batalha do Tucuman (set 1812) travada então, foi a vitória mais importante da Revolução Argentina até essa fase.

Os realistas entrincheiram-se na cidade de Salta sob o comando de Tristan, agora com forças superiores as de Belgrano. No entanto no combate travado em Salta, Belgrano sai vitorioso. Os realistas sob a clemência de Belgrano se retiram para o Peru, sob a promessa de não pegarem mais em armas contra o governo revolucionário, dentro dos limites do VR do Prata.

No entanto, posteriormente, o VR do Peru nomeia o Brigadeiro La Pezuela chefe de suas tropas no Sul, em substituição a Goyeneche e reunindo aquelas cai de surpresa sobre os patriotas e os bate inapelavelmente nos campos de Vilcapujó a 1 de outubro de 1813.

Um mês depois Pezuela ataca de novo o exército de Belgrano derrotando-o completamente.

Quando em Buenos Aires chegou a notícia das derrotas sofridas por Belgrano, acreditou-se que a Revolução agonizava. Nesta oportunidade o Coronel D. José de San Martín foi nomeado General-em-chefe dos exércitos do Alto-Peru. Como se sabe, estava San Martín destinado a desempenhar um papel muito importante na Revolução Americana. San Martín chegou a Tucuman em janeiro de 1814 e depois de tentar organizar as forças argentinas convenceu-se de que esta campanha não podia dar resultado definitivo, pediu exoneração do cargo, pleiteando ao mesmo tempo, o governo da Província de Cuyo de onde iria prosseguir na sua luta, a seu modo, pela emancipação das Províncias platinas. Neste ponto a campanha do Alto-Peru foi relegada para plano inferior, pois, Pezuela, vencedor de Belgrano, ao saber da ocupação de Montevidéo (22 de junho de 1814) pelos patriotas, abandonou Salta e rumou para o Norte. O General Rondeau veio em substituição a San Martín e restabeleceu, de Jujuí para o Sul, o Governo da revolução.

Rondeau crente de que os realistas do Alto-Peru não estavam em situação de opor resistência, ocupou Potosi e seguiu em marcha para o Norte. Pezuela atacou Rondeau na altura de Sipe-Sipe onde as tropas argentinas foram derrotadas fragorosamente. Estávamos em 1815.

Como ficou evidenciado, as lutas pela Independência tiveram início em Charcas (Alto-Peru) a 25 de maio de 1809; em 1810 alguns triunfos foram obtidos.

A luta aumentou de intensidade nos anos de 1818, 19 e 20. No entanto, a Independência do Alto-Peru só foi assegurada após as vitórias decisivas de Bolívar e Sucre. É o que veremos a seguir.

4. 1ª EXPEDIÇÃO LIBERTADORA DO ALTO-PERU — D. ALVARADO — FRACASSO

Em 1822 San Martin deixa o Peru entregando o Poder a uma Junta presidida pelo General La Mar. Era agora intenção do governo peruano bater os espanhóis em seu último reduto. Dêste modo, foi enviada uma expedição ao Sul, sob o comando do General argentino D. Alvarado.

Alvarado partiu de Callao em 10 de outubro de 1822 e desembarcou logo após em Arica. Encontra logo ao desembarcar uma tropa espanhola sob o comando de Valdez.

Este não lhe dá combate e se retira para o interior. Alvarado aproveita a situação e avança na direção do Norte e conquista Tacna. Logo após ocupa Moquega.

Dêste modo em janeiro de 1823 a região litorânea do Sul do Peru estava em poder do chefe patriota. Prosseguindo o seu avanço, Alvarado ocupa Torata, mais para o interior, após vencer Valdez. Este logo após ter se retirado de Torata, encontra-se com as tropas de Canterac as quais já vinham em seu auxilio. Juntos então Canterac e Valdez lançam suas forças contra Alvarado derrotando-o inapelavelmente. Fracassava assim essa primeira efetivação contra os espanhóis que dominavam esta região que passaria posteriormente a constituir a República da Bolívia.

5. 2ª EXPEDIÇÃO LIBERTADORA — GENERAL SANTA CRUZ — FRACASSO

Assume o Governo do Peru em 1823 Riva Agüero. Pensou também em atacar os espanhóis no Alto-Peru. Constitui, com essa finalidade, uma expedição de 5.000 homens sob o comando do Gen Santa Cruz e determina que a mesma siga para o Sul.

Em fins de julho de 1823 as tropas de Santa Cruz chegam a Iquique.

Santa Cruz atravessa os Andes e penetra no Alto-Peru. Avança imediatamente sobre La Paz onde é recebido calorosamente pelo povo o que evidencia o desejo de liberdade que estava possuído.

Por essa ocasião, Santa Cruz verificando a inexistência de espanhóis na Região, proclama a Independência do Alto-Peru a 7 de agosto de 1823.

Sucre procurando auxiliar a ação de Santa Cruz, desembarca em Cuzco e ocupa Arequipa a 30 de Agosto de 1823.

Os realistas se preparam para reagir. Os Generais espanhóis La Serna e Valdez se reúnem e conseguem expulsar os patriotas que são obrigados a rumar para o litoral e embarcar para Lima. Daí em diante, a Independência da Bolívia tem relação com os fatos desenro-

lados no Peru, conseqüentes da ação conjunta de Bolívar e Sucre e que culminaram com a Batalha de Junin ou dos Centauros (Agosto de 1824) cuja vitória patriota teve enorme influência na sorte da guerra e na Batalha de Ayacucho ou das Nações que consolidou a Independência Peruana.

6. PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA — SUCRE — CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

Só após Junin e Ayacucho é que existiam condições seguras para expulsar os espanhóis do Alto-Peru. Grande parte desta região já se havia proclamado Independente e estava livre de inimigos. Assim, foi fácil a Sucre penetrar na área. Ayacucho havia sido de fato o último esforço do espanhol. Por outro lado o General patriota D. José Miguel Lanza havia se apoderado de La Paz (25 de janeiro de 1825) e ali declarou-a independente de Espanha como também do Peru e das Províncias argentinas o que é bem significativo.

Compreendeu Sucre esta tendência do povo do Alto-Peru e por isso ao chegar a La Paz convocou uma Assembléia de deputados que decidiriam livremente a sorte daquele País.

Reuniu-se esta Assembléia na cidade de Chuquisaca quando então foi solenemente declarado, a 10 de agosto de 1825 que o Alto-Peru se tornava um Estado Independente de todas as Nações.

Bolívar se dirigiu a La Paz para tomar conhecimento da situação. Foi então concedido a Bolívar pela Assembléia o título de Libertador e ele mesmo, Bolívar, seria nomeado Presidente da nova República enquanto permanecesse dentro de seu território.

Por ato da Assembléia, o novo estado deveria tomar o nome de República de Bolívar o que mais tarde foi convertido em Bolívia. Bolívar teve que aceitar tudo como fato consumado. Era chegado o momento de dar a nova República uma organização política. Um Congresso Constituinte reunido em 25 de maio de 1826, em Chuquisaca (a partir daí tomou o nome de Sucre) sancionou um projeto de Constituição elaborada por Bolívar em que era estabelecida uma presidência vitalícia. Como conseqüência desta Constituição Sucre foi eleito Presidente.

Sucre fez o que pôde pelo progresso da Bolívia. Mas cedo surgiu o germe do descontentamento, da rebeldia e de insurreição conseqüente, talvez, da decadência do prestígio de Bolívar. Deste modo em 18 Abr 1828 surge em Chuquisaca (Sucre) um motim militar que tinha ramificações no Exército. Sucre foi feito prisioneiro e o povo boliviano pediu sua saída do governo e a supressão do regime criado pela Constituição de Bolívar. O Gen Pedro Blanco substitui Sucre, mas tendo sido assassinado em 1 de janeiro de 1829 é sucedido por sua vez pelo Gen Santa Cruz. Este realizava, em 1836, o Congresso de Tacna do qual surgiu a Confederação Peru-Boliviana que mais tarde foi dissolvida.

A Bolívia havia entrado na sua vida Republicana e Independente, daí por diante cheia de revoluções e guerras civis, intervalada no entanto, por períodos pacíficos.

7. CONCLUSÃO

O Processo de Emancipação Política da Bolívia teve como condicionantes fatores diversos entre os quais julgamos necessário ressaltar como conclusão de estudos feitos:

1) A criação em 12 de junho de 1559 da Real Audiência de Charcas sob a jurisdição do VR do Peru como fato de grande repercussão na formação da futura República.

2) Os movimentos revolucionários havidos em La Paz, em 1661, onde já se falava em "liberdade para os americanos".

3) A criação do VR do Rio da Prata, em 1776, do qual passava a depender a Audiência de Charcas, separando-se do VR do Peru, fato também de enorme repercussão na formação futura da atual Bolívia, marcando-lhe as influências peruana e argentina.

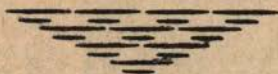
4) Os movimentos revolucionários de Charcas e La Paz, em 1809, realizados, é verdade, em nome do Rei de Espanha, mas já pregando a emancipação política.

5) As expedições libertadoras do Alto-Peru, organizadas no então Peru já independente, embora fracassadas, serviram para demonstrar que os americanos queriam de fato expulsar de uma vez por todas os espanhóis do solo americano.

6) A vitória peruana em Junin e Ayacucho permitindo a existência, só então, de condições seguras para expurgar os espanhóis do Alto-Peru, o que finalmente iria permitir a formação da atual Bolívia.

7) A tendência do povo do Alto-Peru em querer proclamar-se independente quer em relação ao Peru quer em relação às Províncias Argentinas.

8) A visão esclarecedora de Sucre e Bolívar compreendendo o desejo do povo do Alto-Peru de organizar-se em nação independente.



Casas HUDDERSFIELD Tecidos S. A.

CASIMIRAS, LINHOS E TROPICAIS

RUA DOS ANDRADAS, 58 — Tel. 43-6977

RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro :

RUA DOS ANDRADAS, 58

RUA URUGUAIANA, 128

AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 47

RUA DA CARIOCA, 29

Pôrto Alegre :

RUA DR. FLÔRES, 216

Belo Horizonte :

AV. AFONSO PENA, 464

Juiz de Fora :

RUA HALFELD, 711

Curitiba :

RUA CÂNDIDO LOPES, 234

Campos :

RUA 13 DE MAIO, 24

São Paulo :

RUA SÃO BENTO, 23

Goiânia :

AV. ANHANGUERA, 90

Bauru :

R. B. DE CARVALHO, 4-20

Pôrto Alegre :

R. DOS ANDRADAS, 1633

Vitória :

RUA JER. MONTEIRO, 173

Ribeirão Prêto :

R. GENERAL OSÓRIO, 273

Londrina :

AVENIDA PARANÁ, 467

Recife :

RUA NOVA, 253

Brasília :

AVENIDA W-3 — QUADRA 9-B — LOJAS 7 E 8

Belo Horizonte :

RUA CARIJÓS, 572

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

Cel Inf (QEME) José Carneiro de Oliveira

Cel Art (QEME) Gabriel Aguiar

Professor José Camarinha Nascimento

Professor Ruy Vieira da Cunha

SUMARIO

1 — INTRODUÇÃO

2 — OS ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

2.1 — A Terra

2.2 — O Homem

2.3 — As Instituições

3 — ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

3.1 — Educação

3.1.1 — Analfabetismo

3.1.2 — Carreiras Profissionais

3.1.3 — Cultura

3.2 — Saúde

3.3 — Trabalho e Previdência Social

3.4 — A Família

3.5 — As Classes Sociais

3.6 — Vigências Sociais

3.6.1 — O Direito

3.6.2 — A Religião

3.6.3 — As Artes

4 — CONCLUSÃO

1 — INTRODUÇÃO

Se as coisas devem começar do princípio, do princípio comecemos. A descoberta do Brasil não terá sido apenas um episódio isolado da geografia política. No limiar do Século XVI o mundo europeu acabava de emergir da Idade Média e ansiava por um reencontro de fato com as coisas sagradas: até então, eram somente as catedrais góticas, que GOETHE chamaria "Bíblia em pedra".

O Brasil proporcionou então o descobrimento do homem em estado de pureza original, de inocência bíblica. Daí o interesse intelectual despertado pela figura singela do "bon sauvage" que praticava

tão sadiamente a liberdade e a vida natural. A carta de CAMINHA despertou a curiosidade das Côrtes. Silvícolas da nova terra foram levados à presença de Reis e já MONTAIGNE a eles dedicava um de seus "Ensaio". Outro foi RONSARD, com sua "Ode contre Fortune". Na Espanha, LOPE DE VEGA pouco depois compunha um drama épico — "El Brasil Restituído" — no qual surgiria pela primeira vez o nome de Brasília na pessoa da heroína indígena. Seguem-se CHATEAUBRIAND com a sua "Atala" e o seu "Natchez"; e também BOUCHER, com seu "Jakaré Quassü. Na sisuda Inglaterra, o sisudo MILTON ameaçava a euforia geral com o seu "Paraíso Perdido".

Vieram depois os contatos pessoais. Descreve JEAN DE LÉRY a "civilização ingênua" dos trópicos. Relata DEVREUX as mil peripécias de sua viagem ao Maranhão. E tudo isso se refletia nas idéias do tempo, na imaginação de homens de sensibilidade como ERASMO, RABELAIS, VOLTAIRE, THOMAS MORUS. Explica AFONSO ARINOS como o índio brasileiro influíu na Revolução Francesa através de ROUSSEAU.

Nasceu o Brasil, portanto, sob o signo dêsse encontro do homem com o homem de espaços e de tempos diferentes da História do mundo — e guardaria êsse traço de anacronismo salutar e vivificador dentro de que os fatos obedecem menos à lógica do que à predestinação. Observa AMOROSO LIMA que o Brasil formou-se ao revés. Tivemos eleição antes de opinião; parlamentarismo antes de eleição. As escolas precederam o magistério. Os Bancos vieram antes da economia. Tivemos salões sociais e só depois educação. Houve arte — antes de artesanato. Buscamos conceito externo antes de consciência nacional. O País fez empréstimos antes de consolidar a riqueza própria. Aspiramos à grande potência mundial antes de termos garantia e força interior. Acrescente-se a êsses tópicos que tivemos legislações social antes de operariado. E agora mesmo, estamos exportando "know-how" antes de termos tecnologia doméstica.

Três episódios vieram paranostrar êsse anacronismo cultural. Ao desembarcar na Bahia como Governador-Geral, TOMÉ DE SOUZA notou com surpresa êste fato curioso e inédito: o Estado, que êle trazia na bagagem juntamente com a nobreza, o clero, a força armada — ainda não tinha povo para governar. Nossa Independência, por sua vez, foi paradoxalmente decretada pelo mesmo Príncipe que logo depois iria ser o Rei de própria vontade despojado da peça mais rica do patrimônio imperial. E para culminar, o Imperador deposto pela República terá sido o mais republicano de todos os monarcas da história das monarquias constitucionais — e foi um favorecedor potencial do movimento que o deveria destronar e exilar, entre o constrangimento e até o pranto dos que o depuseram e baniram de um trono que êle não fêz força para preservar.

Há no Brasil e no brasileiro de todos os tempos uma espécie paradoxal de "recherche du temps non-perdu". Esta fome ansiosa de

futuro levou o brasileiro a criar uma civilização que SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA identifica como sendo de fundo eminentemente emotivo — e se reflete em tôdas as formas de sua estrutura social.

2 — OS ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

Três elementos fundamentais compõem a estrutura de uma Nação: a Terra, o Homem e as Instituições. São coexistentes e complementares. De sua harmonia dependem a qualidade e o grau evolutivo da cultura e da civilização. São eles ativados por forças positivas ou negativas: no primeiro caso — conservação, progresso, equilíbrio; no segundo — inércia, decadência, opressão. A estabilidade, o bem-estar de uma Nação dependem do metabolismo dessas forças latentes, da maior ou menor inspiração ou sabedoria em promover a justa compensação de suas influências, lisonjeiras ou maléficas, no mecanismo da vivência nacional.

2.1 — A Terra

Oceano, montanha, floresta e rio — eis o equilíbrio quadrilátero cosmo-social da nacionalidade brasileira. O Atlântico, os Andes, a Amazônia, o Prata: quatro gigantes, quatro imensidões que serviram de limite ao nosso "possidetis". E daí a variedade de chão e a variedade de climas: o planalto, o pampa, a caatinga, a serra, a inundação, a seca, o vento geral, o estio, o mormaço, a friagem, o minuíano, a neve — tudo isso fazendo do Brasil uma Nação ao mesmo tempo tropical, subtropical, temperada e fria; litorânea e sertaneja, de extrema facundidade e de penúria extrema. Terra firme e terra lábil em que a natureza ainda não decidiu ao certo onde vai ser água, onde vai ser solo e eis os grupos sociais tendo de criar formas igualmente variáveis de adaptação ambiental. O homem, aqui, recebendo de graça o peixe e a caça; ali tendo de mourejar para extrair do chapadão adusto uma raquítica raiz; mais além — por mais que moureje, a terra obstinada dizendo sempre o "non", palavra dura que não tem direito nem avêso.

Assim se formaram o Brasil e o brasileiro, entre afagos e castigos da terra — e êsse conjunto diversificado de penas e de recompensas explica em larga escala a nossa unidade política e social, o espírito integrativo de uma coletividade onde uns têm de completar os outros na permuta de messes e de mínguas de fartura e de carências com que a terra caprichosa ora os anima, ora os escarmenta mas nesse ritmo binário de estímulo e desalentos vai ajudando a conduzir pensamentos e ações na direção de seu destino.

2.2 — O Homem

A pluralidade racional é uma constante demológica no Contingente: euro-africana como nos Estados Unidos, "bon-gré, mal gré"; euro-indígena, como na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Venezuela, indo-

européia, como no México, Bolívia, Paraguai, Peru, América Central. No Brasil ela é tripartite: euro-afro-indígena, tal como sucedeu nos Guararapes. No Norte e Nordeste — indo-lusitana; no litoral e no Centro — luso-africana; no Sul — luso-europeu e luso indígena. E já se vai aos poucos firmando a variante nipo-luso-brasileira no Centro Sul, que estará criando as raízes culturais de um precioso hibridismo agro-industrial de promissoras expectativas para a Nação: o japonês já não é mais comparável como dantes ao enxôfre: amarelo e insolúvel.

Do ponto de vista psicológico, essa pluralidade racial também reflete os temperamentos das caudais que a compõem, de tal sorte que se poderia formular um diagnóstico genérico das grandes tônicas psicossociais da personalidade social brasileira, como propõe ainda AMOROSO LIMA:

- primado do sentimento sobre a razão
- do teórico sobre o prático
- do geral sobre o particular
- do improvisado sobre o elaborado
- do talento sobre o estudo
- do amadorismo sobre o profissionalismo.

E ao lado dessas predominâncias, surge afinal o traço mais característico da nossa estrutura psicológica, que vem a ser a bondade — e já agora quem fala é CASSIANO RICARDO, para quem o espírito de conciliação é a grande constante de temperamento brasileiro. Somos um povo mediador por excelência — e a nossa História é pontilhada de episódios que ilustram a tese. E por isso que assim somos, nossas idéias, nossas atitudes, nossos comportamentos, nossas instituições têm forçosamente de refletir essa tendência que já não passara despercebida ao autor do "Diálogo das Grandezas", observando, que, ao contato com o piso acolhedor da nova terra os homens "foram largando a ruim natureza". O brasileiro — observa ainda aquele mesmo autor — já respondeu à angústia da ciência sem precisar aquela operação de "alta biologia e altíssima sociologia" de que fala KEITH e que consistiria em alterar o metabolismo das supra-renais, que ele chama "glândulas da guerra".

Essa a gênese do nosso "homem cordial", que poderá ser a contribuição do Brasil para o mundo universalista do futuro.

2.3 — As Instituições

São instrumentos formais através de que o homem procura manter e expandir a sua personalidade social. Civilizações existem de tipo institucional; outras — são individualistas. A hipertrofia das instituições oprime a livre expansão das individualidades; por sua vez o individualismo exacerbado prejudica a natural desenvoltura das ins-

tuições. O Brasil partiu de uma civilização tipicamente institucional — na direção de uma civilização predominante individualista em que a tendência libertária teve nítida vitória sobre a pressão das instituições primitivas, bem como sobre todas as formas de autoritarismo.

As nossas instituições sociais de hoje possuem em regra geral o traço do individualismo; somos oitenta milhões de casos únicos. Esse individualismo é que nos tem livrado das opressões totalitárias, em passado remoto e em passado recente. O brasileiro é infenso ao "inconsciente coletivo" e às hipertrofias e carismatismos do Poder: é bem esta a armadura psicológica que nos terá feito repelir os extremismos da direita e de esquerda, habilitando-nos a não deixar que qualquer deles se institucionalizasse. Aponta GILBERTO FREYRE em precioso estudo de sociologia brasileira que nossos verdadeiros líderes serão, antes, os revolucionários "conservadores" do que os conservadores absolutos, ou ainda os revolucionários radicais. Ao que se poderia talvez acrescentar que o único de nossos estadistas carismáticos terá devido a durabilidade à sua aguda compreensão da mentalidade básica e do comportamento típico do povo, fazendo-se sempre mediador entre extremos, mesmo que fôsse preciso criar artificialmente o antagonismo para provar a solução conciliatória; chegou ele ao requinte de investir ao mesmo tempo um judeu na pasta da Fazenda — e um árabe no Banco do Brasil, sabendo de antemão que iria colocar em choque dois etos diferentes perante o fenômeno da riqueza.

Nossa sociedade busca sempre o poder moderador: a procura dessa "áurea média" é o grande "tonus" dominante de nossa cultura, que a rigor não se poderia mais chamar de ornamental como disse PAULO PRADO — e revela-se desde as atitudes mais sóbrias, como na prescrição constitucional do instituto do árbitro nos litígios internacionais, até ao apêlo, consuetudinário à "turma do deixa disso" na solução dos conflitos privados. Esse o recurso filosófico através do qual tem sido possível conciliar o respeito conservantista pelos valores de sempre, sem prejuízo das tendências evolutivas da sociedade moderna. O próprio advento da República terá sido o resultado da crise institucional do Poder Moderador, em que a Coroa tornara-se impotente para dirimir o conflito entre as forças políticas e psicosociais.

Aponta ainda GILBERTO FREYRE naquele mesmo estudo o papel das Forças Armadas como mediador dos anacronismos sobrevividos entre a estrutura política do Estado — e as tendências dinâmicas da sociedade. E tece comentários sobre certa instituição brasileira que estaria a merecer exame mais profundo do sociólogo-historiador: trata-se daquilo que veio a ficar conhecido nos anais da nossa sociologia não-escrita como "caxiismo". Despida a palavra de quaisquer conotações semânticas, a idéia nela contida sugere, por um lado, a consciência de missão e de outro, a sensibilidade às causas nacionais

que se concretiza em servir à Nação sem todavia servir-se dela. Propõe o autor que os traços culturais do "caxiismo" sejam considerados como um conjunto de normas éticas de validade tanto nos meios militares com civis, em seu complexo de virtudes polivalentes — por assim dizer pan-nacionais. O momento político brasileiro aconselha a leitura desse ensaio do nosso consagrado sociólogo, sobretudo nesta Casa onde se reúnem civis e militares: conclui GILBERTO FREYRE — usando por sinal a nossa linguagem adesguiana — que "é o Brasil inteiro que precisa disso para ajustar-se às solicitações do desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança".

3 — ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

Feito este pré-diagnóstico sumaríssimo da civilização brasileira, em suas raízes telúricas e psicossomáticas, chegamos ao limiar da nossa estrutura social, que é um dos fundamentos daquele ramo do Poder Nacional compreendido pelo campo psicossocial. Possui ela um farto elenco de fatores valoritivos, os quais passarão a constituir doravante objeto da presente conferência.

3.1 — Educação

O que quisermos fazer do homem — um bravo ou um pusilânime, um malvado ou um santo, um cético ou um otimista, um liberal ou um déspota — é exatamente aquilo que a educação dêle fará. O que quisermos fazer da pátria, altiva ou submissa, consciente ou amorfa, pervertida ou nobre, progressista ou retrógrada — também será aquilo que a educação vier a fazer do cidadão, em sua capacidade para desenvolver a crença na liberdade e nas transcendências do espírito.

Não caberia, de certo, fazer aqui a resenha histórica da educação no País, nem tampouco o relato dos empreendimentos oficiais ou particulares no setor do ensino em seus diversos graus, mas sim oferecer aos senhores algumas projeções mais altas do problema na conjuntura nacional.

A filosofia da educação no Brasil está contida na Lei de Diretrizes e Bases, de que oferecemos alguns traços mais adstritos à doutrina da Escola Superior de Guerra:

- compreensão dos direitos e deveres de pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade social;
- o respeito à dignidade às liberdades fundamentais do homem;
- o fortalecimento da unidade nacional e solidariedade internacional;
- o desenvolvimento da personalidade humana e sua participação no bem-comum;
- o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos da ciência e da técnica;

- a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como qualquer preconceito de classe, raça ou sexo;
- à ênfase à educação moral e cívica de fundamentos cristãos.

3.1.1 — *Analfabetismo*

O problema do analfabetismo acusa índices elevados: a última estimativa disponível revela em 1965 — 46,4% de analfabetos na população, acusando posição na América do Sul apenas ultrapassada pela Bolívia e Colômbia.

Quadro n. 1

Analfabetismo na América Latina e a Situação do Brasil

NAÇÕES	%
México	43,3
AMÉRICA CENTRAL	
Costa Rica	26,2
Guatemala	70,4
Honduras	69,1
Nicarágua	64,7
Panamá	18,9
El Salvador	51,8
ANTILHAS	
Cuba	54,1
Haiti	77,4
República Dominicana	40,1
AMÉRICA DO SUL	
Argentina	18,2
Bolívia	64,2
Brasil	46,4
Chile	21,5
Colômbia	51,6
Equador	39,6
Paraguai	21,0
Peru	20,4
Uruguai	10,4
Venezuela	38,4

FONTE: "Situação Social da América Latina" — Centro Latino-Americano de Pesquisas, 1965 — Rio.

3.1.2 — *Carreiras Profissionais*

Oferecemos, a seguir, o quadro das matrículas nos cursos superiores relativo ao ano de 1964:

Quadro n. 2

Matrículas nos vários Cursos do Ensino Superior — 1964

CURSOS	% da matrícula
Agricultura	2,7
Direito	21,8
Filosofia	22,8
Engenharia (Química Industrial)	14,5
Medicina	10,0
Ciências Econômicas	10,1
Odontologia	4,2
Artes	1,6
Farmácia	1,6
Arquitetura	1,6
Assistência Social (serviço)	1,7
Enfermagem	2,0
Administração	1,8
Veterinária	1,1
Outros	2,6
Jornalismo	0,9

Fonte:

Total: 142.386

A análise da preferência por carreiras de nível universitário revela maior incidência nos cursos de Filosofia e Direito (22% e 21%), em detrimento de carreiras técnicas como Engenharia (14,5%), ou Medicina (10%), ou Agricultura (2,7%), ou ainda Enfermagem (2%). A procura maior indica tendência acadêmica — em prejuízo de atividades pragmáticas, nas quais justamente se faz sentir a falta de especialistas no País, na fase atual do mundo cada vez mais empolgado pela técnica e pelo “know-how”. É claro que o remédio para esta falta de consentaneidade com a moderna tendência de outras nações mais desenvolvidas não estaria necessariamente em um dirigismo educacional, que seria infenso à nossa cultura democrática — mas não será excusado ressaltar a conveniência de realizar campanhas de propaganda em favor de maior difusão das vantagens de tais carreiras e de sua repercussão no desenvolvimento nacional.

3.1.3 — *Cultura*

Numa tentativa de definir cultura, em sua acepção menos intelectual do que sociológica, aponta T. S. Elliot que ela é uma espécie de "religião vivida" — dando obviamente ao conceito de religião a necessária elasticidade para abranger tudo quanto seja capaz de religar o homem com suas origens, tradições, costumes, através de um elo com o passado e o futuro. No que, a definição está de acordo com a do sociólogo ao observar que a cultura "é aquilo que a gente aprende e depois se esquece".

Dentro dessa conceituação, cultura é tudo quanto possa identificar com autenticidade, um povo — e torne os povos individualizáveis entre si: e se assim é, tanto é cultura o "Boomerang" como a paixão de Oberammergau; o vinho do Porto e o "çakari"; o "ikebana" e a dança do ventre, a dança do sabre, a dança do leque; o queijo Roquefort e o "tokay", a "friska", a "Tarantela", a "karpata"; Mary Janos e Munchausen; o "Karaté" e a "savatte", o "Calvados" e a "cueca"; o saltarello e o ramadan, a feijoada e o curanto. Cada qual pode fazer a sua lista, que será tanto mais universal quanto lhe favoreça o conhecimento das mil variedades de costumes e de "religiões" espalhadas pelo mundo. A cultura brasileira, nesta acepção tradicionalista, viria desde a renda de bilros até o vatapá; o cirio de Nazaré e a festa da uva; o Jeca-tatu e o saci-pererê; a couve mineira e o feijão tropeiro; o bumba-meu-boi e o arroz de cuchá; o tucupí e o chimarrão; o saveiro e a jangada; os azulejos do Maranhão e a cerâmica de Marajó — e a lista seria tão rica quanto a mera curiosidade em percorrer com a memória os recantos do País onde há coisas — e não esquecer — de geração para geração, no decurso das gerações.

Mas é claro que a cultura não é apenas isso e será tanto mais opulenta a sua significação quanto se acrescerem a esses traços mais leves figuras mais sóbrias da expressão nacional — e eis que passam a caber na cultura brasileira a "Oração aos Moços" e o professor MANUEL DE ABREU; BRAZ CUBAS e GEZAR LATTES; as "bandeiras" e OSWALDO CRUZ; a Emília de "faz-de-conta" e o professor CARLOS CHAGAS.

O recentemente fundado Conselho Nacional de Cultura irá chamar a si o zelo por esse patrimônio histórico e cultural em todos os ramos de aplicação do conhecimento — ciências, tecnologia, artes, letras, recreação — através do cultivo de bibliotecas, museus, centros de pesquisa, núcleos de artesanato, práticas de certames, e competições intelectuais, demonstrações de folclore, preservação de tradições, festas populares — coisas essas de que é tão opulento o nosso

patrimônio de três raças, cada uma das quais contribui com o seu quinhão de culturas para o grande caldeamento da nossa própria cultura.

Num comentário final a esta parte da presente conferência, não há como resistir à tentação de abordar um problema curioso que é o comportamento brasileiro perante o equilíbrio entre a iniciativa pública e a particular em matéria de educação. Ficou-nos como resquício da ditadura um lamentável ranço de parasitismo cultural em que o povo espera que o govêrno monte e arrume a casa e entregue ao cidadão a chave da porta. Todos acham que, sem uma reforma mais ou menos radical nos processos de educação, jamais poderemos dar o destino de grandeza que parece exigível pelas projeções do País no Continente e no mundo; mas todos são também mais ou menos incoerentes em esperar que o protecionismo governamental opere o milagre de tornar o brasileiro educado e culto — enquanto dorme. Não é aleive apontar a ausência de gestos ou manifestações de entidades privadas no sentido de cooperar com o Estado neste particular: onde estão as nossas fundações educacionais em qualidade e quantidade suficientes para oferecer bôlsas de estudos, fazer doações de laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa? Incentivadas ou não pelas franquias fiscais, as organizações privadas do País dispõem de inegáveis recursos para proporcionar a educação a milhares de jovens que anualmente correm o risco da marginalização cultural, como excedentes paradoxalmente numerosos dentro de um país que sente a necessidade de acionar com tôdas as fôrças o dispositivo autopulsor do progresso.

3.2 — *Saúde*

“Os homens são doentes porque são pobres; tornam-se mais pobres porque são doentes — e mais doentes porque são mais pobres”, eis o círculo vicioso armado por WINSLOW para dramatizar a importância da saúde em um mundo dentro de que já se está criando auspiciosamente a compreensão de que o desenvolvimento nacional, em seus contornos globais e em seu alcance teleológico, vai-se tornando um sinônimo de paz. Seria, portanto, eufemismo considerar a saúde como mera ausência de doença: observa BURKE que ela “reflete a capacidade do ser humano para adaptar-se a um meio em contínua variação”. Donde a conclusão de que o exame dos assuntos ligados à saúde de uma nação envolve a análise de todos os fatores e condições que podem influenciá-la — ou dela sofrer influência — e eis como surgem problemas da maior importância e que variam desde a simples preservação da vida humana até o aproveitamento da capacidade ociosa do cidadão, a melhoria do rendimento útil de seu trabalho, a estabilidade social, a recuperação de áreas territoriais sujeitas a endemias.

Oferecemos aos senhores alguns dados mais expressivos do panorama sanitário nacional, em seus caracteres específicos e globais.

Quadro n. 3

<i>Vida Média</i>	— Brasil — 54 anos
	— Suécia — 72 anos
	— E. U. A. — 68 anos
	— Israel — 71 anos
	— Japão — 67 anos
<i>Mortalidade Geral</i>	— Brasil — 13 óbitos por 1.000 hab.
	— São Paulo — 8,3 óbitos por 1.000 hab.
	— Nordeste — 20 óbitos por 1.000 hab.
	— E.U.A. — 5,3 óbitos por 1.000 hab.
	— Suécia — 4,4 óbitos por 1.000 hab.
<i>Mortalidade proporcional</i>	— (expectativa de vida até 50 anos, ao nascer)
	— Brasil — 28%
	— Suécia — 80%
<i>Mortalidade Infantil</i>	— São Paulo — 65/1.000 nascidos vivos
	— Rio de Janeiro — 70/1.000 nascidos vivos
	— Nordeste — 200/1.000 nascidos vivos
	— Suécia — 16/1.000 nascidos vivos
	— E.U.A. — 26/1.000 nascidos vivos
<i>Mortalidade por Doenças transmissíveis</i>	— São Paulo — 171/1.000
	— Rio de Janeiro — 274/1.000
	— Natal — 990/1.000
	— Média — 503/1.000
	— Suécia — 45/1.000
<i>Aspectos demográficos</i>	— Crescimento anual: 40/1.000: 2,5%
	População Urbana: 40%
	População Rural: 60%
	Capitais e Cidades grandes: 19% (média)
<i>Fome, qualitativa e quantitativa</i>	— Deficiência de proteínas, havendo milhares de casos de "kwashiorkor"
<i>Carência habitacional</i>	— deficit de 10 milhões de habitações; 2/3 da população não tem habitação adequada
<i>Recursos Técnicos</i>	— médicos por 10 mil habitantes
	— 4,5 enfermeiras, na mesma razão
	— 0,5 leitos — 3/1.000 habitantes.

Examinando conjuntamente as curvas da produtividade e do consumo de nossa população por grupos etários em justaposição aos coeficientes de mortalidade proporcional, verifica-se que 57% das baixas ocorrem até os 20 anos de idade; quer isto dizer que mais da metade da população brasileira compreendida nessa faixa deixa de existir antes de habitar-se ao resgate, em termos de produção, do investimento nela feito para que adquirisse a capacidade de produzir.

3.3 — Trabalho e Previdência Social

O Brasil foi o acontecimento político mais pacífico do Século. As reivindicações sociais vieram-nos sem comoções nem traumatismo como os que tanto enlutaram outras civilizações modernas. Nossa legislação teve neste particular o alto mérito de dar antes — para dar pretendidamente o justo: tivemos a capacidade de prever para prover e não sermos surpreendidos pela força incoercível das pressões. Tivemos a noção bem exata de que o direito do trabalho — é o direito ao trabalho, que é princípio salutar da democracia, dentro de que deve haver a generalização das oportunidades humanas. É claro que não compete fazer aqui o levantamento de todas as etapas que têm atravessado o problema entre nós, desde aquela fase inicial, felizmente efêmera, em que a questão social era um “caso de polícia”, até os dias atuais em que a nossa legislação e a nossa jurisprudência são perfeitamente tranqüilas.

Seja-nos permitido frisar de relance um dos problemas que vinham causando maiores óbices para o nosso regime social — que eram as greves. Trata-se de um direito incontestado das classes trabalhadoras, como de resto está consagrado na Constituição: mas o que se fazia, em certo período, era subordinar o aspecto jurídico do problema aos interesses de ideologia contrária à ordem democrática. O projeto de lei regulamentando o dispositivo constitucional corria lentamente nos canais do Congresso, a fim de ensejar a pressão ostensiva sobre os poderes constituídos, de resto coniventes com a situação de fato. Eram as greves legais, aquelas notoriamente mais rentáveis do ponto de vista ideológico.

Questões outras pendem ainda de solução legal, com a participação do empregado nos lucros da empresa — a respeito de que foi enviado projeto de lei ao Congresso pelo Governo que vem de terminar o seu mandato. Outra questão em pauta é a estabilidade no emprego — que deixamos o encargo a conferencistas competentes, não antes de assinalar que se trata de princípio consagrado em nossa legislação especial desde os primórdios de sua implantação — e sobre ela repousa em larga escala o bem-estar do trabalhador e de sua família.

No que respeita à previdência social, está legalmente unificada e o processo está em implantação.

Seja-nos permitido encerrar este capítulo da presente conferência assinalando que a previdência social será a espécie de serviço público mais ingrata de um Estado dentro de que o homem-comum não esteja devidamente familiarizado com os seus direitos e obrigações: ele espera sempre o milagre e atribui à providência foros de panacéia para todos os males, ignorando os reais desígnios do plano assistencial e portanto esperando d'ele mais do que aquilo para que foi ele criado. Estas palavras tanto colhem empregados como patrões: ambos devem compreender, em termos de educação para a previdência.

3.4 — A Família

É a sede dos valores morais de uma nação. O conteúdo institucional de nossa civilização teve sempre na família o mais forte apoio para as suas categorias éticas: patriarcal a princípio, descentralizada depois — é a família, não obstante, o centro de irradiação das normas de conduta da sociedade. Todavia, mister é assinalar a perda progressiva da coesão que lhe vinha sendo o apanágio: a vida absorvente das metrópoles têm contribuído para afastar pais e filhos do convívio do lar, afrouxando os laços familiares que os mantinha vinculados. A juventude vai abandonando aos poucos o hábito da convivência doméstica, atraída pelas mil solicitações de uma sociedade dentro de que vão-se anulando aos poucos as distinções entre o bem e mal, entre o decente e o imoral, entre o eterno e o contingente. A par disso, a filosofia do êxito a qualquer preço, o golpismo, a tendência ao luxo e às superfluidades vão transfigurando as imagens da decência e da honestidade, que ficam assim adstritas aos centros rurais ainda não comprometidos. Estudiosos dos problemas morais apontam entre as causas dessa decadência a ausência da mulher no lar: a necessidade de complementação financeira para a economia familiar levaram-na a procurar trabalho remunerado em repartições e escritórios, com prejuízo embora de sua participação ativa na formação moral dos filhos, aos quais passou a faltar o calor humano, a solidariedade e o exemplo.

O Brasil é uma das raras nações no mundo atual onde o vínculo matrimonial é indissolúvel: a despeito das pressões no sentido de uma revisão da Carta, vem sendo mantido indelével esse princípio. Uma indagação todavia é de se apresentar: seria o mesmo o comportamento conservador do Congresso — se acaso a votação de uma emenda constitucional neste particular se fizesse em caráter secreto?

3.5 — As Classes Sociais

A estratificação social, no Brasil, tem acompanhado os diversos ciclos da nossa evolução econômica.

A sociedade brasileira tradicional constituiu-se em função da propriedade rural, que ensejou a formação de um regime verdadeiramente patriarcal, baseado no latifúndio. A propriedade da terra atraía, nos primeiros tempos, a aspiração de todos, pelo prestígio daí decorrente.

Esta realidade social pode ser resumida no estabelecimento rural, ou fazenda, conforme ensina *João Camilo de Oliveira Tôrres* — seja o engenho de cana, seja a fazenda de café ou a estância do gado. Neste sistema, que durou três séculos — e de algum modo ainda perdura — surgiram duas estratificações sociais: no topo da hierarquia, acham-se os grandes proprietários rurais, os homens de elite, os que exerciam os cargos mais importantes — o senhor de engenho, o fazendeiro, o estancieiro; no outro extremo, ficaram inicialmente os trabalhadores servís e, depois, os trabalhadores em geral.

Esta dicotomia, diz ainda *Oliveira Tôrres*, é encontrada em todos os tipos de atividade econômica. Assim, na exploração da cana-de-açúcar, no Nordeste, aparecem o usineiro e o trabalhador do eito ou de enxada; em outros setores: fazendeiro de café e colono; fazendeiro de cacau e contratista; usineiro e trabalhador de usina; estancieiro e peão; seringalista e seringueiro, etc. E acrescenta o mesmo autor:

“Com o proprietário no alto da pirâmide, e o trabalhador, *lato sensu* na base dela, teríamos então a estrutura das classes sociais no meio rural brasileiro; todavia, não estaria completa a afirmativa se não levássemos em consideração, particularmente, a presença dos ocupantes de posições intermediárias, que também existem, em que pese às possíveis diferenciações regionais”.

O ciclo de mineração iniciou a modificação do quadro anterior com o desbravamento espetacular que propiciou, em pouco tempo. Este ciclo proporcionou o desenvolvimento da vida urbana; favoreceu o aparecimento de uma pequena burguesia e passou a consubstanciar o sentimento nativista, promovendo os primeiros movimentos de independência nacional. Temos, então, três estratificações bem características: a aristocracia rural, a pequena burguesia e os trabalhadores.

O ciclo do café expandiu a urbanização e fortificou a classe média, preparando o ambiente para a nossa emancipação política e, mais tarde, a República.

A intensa imigração estrangeira trouxe um elemento novo de grande importância econômica e psicossocial. Essa imigração pioneira veio juntar-se ao proletariado rural, compondo, nos primeiros tempos, a base da pirâmide social.

A exportação do café permitiu a capitalização necessária ao equipamento do nosso parque industrial. Surgiu o ciclo da industriali-

zação, que tomou notável incremento após a segunda Grande Guerra. Corporificou-se o operariado urbano, que se transformou numa força ponderável, ao lado da classe média. A mobilidade social passou a ser mais fácil e freqüente, como não acontecia na sociedade antiga, em que as classes eram menos permeáveis.

Esta mobilidade, fato aliás comum a outros países do continente, trouxe como consequência aspectos sociais novos, tornando possível a figura do "self made man", de modo a ampliar o conteúdo da estrutura social.

3.4 — *Vigências Sociais*

Vigências são transculturas estratificadas. O brasileiro cria o costume — e depois ri dele: "ridendo castigat mores". — Ele gera a burocracia — e depois a contorna com o pistolão, o empenho, o apadrinhamento: "quem tem padrinho não morre pagão". Ele faz o retrato das coisas — e depois o "cartoon". Imagina o mito — e depois o destrói. O individualismo é a patente indelével do nosso temperamento — veja-se o que o brasileiro fez com o futebol: metamorfoseou-o, tornou dionisiaco aquilo que nascera apolíneo — como observa GILBERTO FREYRE em artigo no "Times" durante o recente campeonato mundial de Londres. Quem quiser ver em ação o "Hércules Quasímodo" de EUCLIDES DA CUNHA, na plenitude da sua capacidade improvisadora, do seu gênio inventivo, da sua versatilidade cultural equilibrada por vezes sobre um par de pernas tortas — vá ao campo de futebol apreciar como ele soube transformar uma estratégia de conjunto num concêrto de "cadenzas" instrumentais.

A outra forma ideal de exteriorização do temperamento brasileiro é o Carnaval, que representa para ele um "ludus" e ao mesmo tempo numa catarse, um brinquedo e um "poço de serpentes" onde ele purifica a moral através da sublimação e do êxtase. O brasileiro ainda não pode ser especialista, dentro de um mundo de técnicas e de tecnicismo: contra os rigores da especificação criou ele o "homem dos sete instrumentos" — e queria o D.A.S.P. que este homem-síntese se conformasse de chôfre aos rigores disciplinados do taylorismo e do fayolismo, dentro de que ele se sentira culturalmente manietado como numa "camisa de força".

Agora, as supervigências.

3.6.1 — *O Direito*

O Direito Brasileiro encontrou as suas fontes básicas no direito português, o qual, por seu lado, se ramificou no Direito romano; mais tarde, o nosso Código Civil recebeu influência do Código de Napoleão, também inspirado na legislação romana. Dêste modo, o nosso Direito está duplamente ramificado no sistema jurídico romano, que serviu de arcabouço para todo o direito ocidental.

Do português herdamos o gosto da regulamentação jurídica, que se impregnou de exagerado ritualismo e apêgo às fórmulas. Dêste fato, resultaram duas conseqüências importantes para a constituição da nossa estrutura social. A primeira, foi a proliferação das leis, as quais se transformaram num fim em si mesmas, que não em instrumento de realizações. O objetivo principal seria a elaboração de leis teóricamente perfeitas, embora estranhas à realidade dos fatos por êle regidos. Daí proveio outra conseqüência, que foi o habitual descumprimento da lei — resultante menos de recalcitrância que das dificuldades inerentes à sua execução espontânea. A inobservância — e os prejudicados por esta prática só dificilmente obteriam a devida reparação, porque o Poder Judiciário se achava emperrado pelo sistema jurídico vigente. Basta dizer que até hoje ainda persiste, como resíduo feudal, a outorga vitalícia dos ofícios de justiça a particulares, que recebem as suas remunerações diretamente das partes.

Acresce que o menosprêzo à lei partia das elites — e o mau exemplo ocorria especialmente no direito público, um dos setores de maior ressonância popular. Era justamente no exercício dos mais altos poderes do Estado que as elites dirigentes patenteavam os seus desmandos. De um lado, havia a Constituição escrita, com todo o seu idealismo, e de outro, uma Constituição costumeira, forjada pelas oligarquias, com vistas aos seus próprios interesses.

É forçoso, porém, assinalar, o esforço de eminentes juristas e homens públicos para corrigir as falhas da nossa legislação e os males decorrentes da sua aplicação. Jurisconsultos do porte de Bernardo de Vasconcellos, Teixeira de Freitas, Lafayette Rodrigues Pereira, Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, concorreram, com as suas obras admiráveis, para o aprimoramento da nossa estrutura jurídica. Dois dêles ainda projetaram internacionalmente o Brasil: Teixeira de Freitas, com o seu "Esbôço de Código Civil", servindo de modelo aos códigos de outras nações sul-americanas, e Rui Barbosa que, em Haia, teve a atuação das mais brilhantes, inclusive no famoso episódio com o representante russo De Martens. Graças a êsses e a outros juristas, tivemos leis excelentes, verdadeiros monumentos, como o Código Criminal do Império, um dos primeiros do mundo moderno, o Código Comercial, o Código Civil, inspirado numa época de grande renovação cultural brasileira. Cogita-se, atualmente — e com abundância de razões — de atualizar êsses corpos de leis.

3.6.2 — A Religião

O signo da Vera Cruz, sob o qual nasceu o Brasil, tem confirmado no decurso de quatro séculos de História nacional a tendência cristã do povo: hoje, o Brasil erige-se na maior população católica do mundo. Isso confirma-se a cada passo, e foi possível apurar inclusive ao ensejo do último Congresso Eucarístico Nacional, reu-

nindo na Capital Brasileira a maior concentração humana de que se tem notícia nos fatos da antiga Capital.

Os reflexos da Religião estendem-se aos campos da moral familiar e da moral social, apesar dos efeitos descentralizadores decorrentes da complexidade da vida moderna.

Também a educação nacional reflete a atuação da Igreja Católica, como das protestantes — sendo de assinalar o papel das Missões junto aos núcleos populacionais mais distantes, destacando-se de maneira especial a catequese das tribus indígenas e sua integração crescente à civilização.

Dever é convir na existência, em escala apreciável, do sincretismo religioso, que constitui um fenômeno cultural característico das nações em fase do desenvolvimento.

O povo tem acompanhado de perto as tendências ecumênicas da Igreja Católica, sobretudo nos últimos tempos, quando o Vaticano pôde exercer mais do que nunca a sua destinação de universalidade, obviando os cismas e reconduzindo as diversas igrejas conflitantes aos padrões originais do Cristianismo.

Vale ressaltar que não terá sido senão a índole cristã do povo brasileiro que se deve em grande parte a reação das diversas camadas sociais nos acontecimentos políticos de 1964, que tiveram o seu desencadeamento com as "marchas da família com Deus pela Liberdade".

3.6.3. — As Artes

Um dos sintomas do crescimento de uma nação é o transbordamento de sua cultura além das fronteiras. Num primeiro momento que durou mais de três séculos, o Brasil assimilou tudo quanto se pôde colher para a formação de uma Cultura: sangue, deuses, côres, formas. Dizia EDUARDO PRADO que escrever a História do Brasil "era escrever a história da imigração neste país". Ao que CRUZ COSTA, com pessimismo ainda maior, acrescentava que compor a nossa História "era descrever as vicissitudes que as idéias alheias sofrem entre nós". Enquanto isso, TOBIAS BARRETO literalmente rangia os dentes contra o francesismo reinante, deleitando-se em frisar que as traduções francesas eram transposições para a chave do sol — do pensamento alemão".

Mas o fascínio da França só iria abrandar com o chamado movimento modernista. Esse novo calendário intelectual principiou quando escritores como GRACILIANO e JOSÉ LINS DO REGO, no Nordeste; JORGE AMADO, na Bahia; GILBERTO AMADO, em Sergipe; MÁRIO DE ANDRADE, em São Paulo; GUIMARÃES ROSA, em Minas; VERÍSSIMO, no Rio Grande — deliberaram enfrentar a corrente e escrever brasileiro, mesmo vulnerando a gramática e a ética

convencional em benefício da autenticidade. São êsses justamente os homens de letras cujas obras já atravessaram as fronteiras nacionais e estão hoje traduzidas nos dois lados das cortinas e paralelos em que se divide ideologicamente o mundo.

A música encontra em VILLA-LOBOS o embaixador "urbi et orbe" da cultura brasileira — em que pèse as notórias raízes de STRAVINSKY na sua obra. E na interpretação, GUIOMAR NOVAIS, TAGLIAFERRO, PARIZOT, ELEAZAR DE CARVALHO são verdadeiros expoentes. Nas artes plásticas, PORTINARI, DI CAVALCANTI e NIEMEYER elevaram o nome do Brasil a uma altitude a que poucos artistas modernos conseguem erguer suas nações. A maior autoridade em arte plástica no Vaticano é hoje o nosso patricio REDIG DE CAMPOS — e temos na decoração ornamental a figura de BURLE MARX como um verdadeiro mago em lidar com as mil nuanças que a flora oferece à imaginação estética do homem.

4 — CONCLUSÃO

Chegamos ao término de nossa conferência, mas não teríamos a veleidade de esgotar o assunto. Oferecemos, isto sim, idéias de conjunto, em traços rápidos, sobre alguns dos elementos básicos da nacionalidade. Dêsse esboço despretenso terá resultado um retrato mais ou menos fiel da posição brasileira traduzida em normas e comportamentos surpreendidos aqui e ali pela humana falibilidade do observador. Nossa maneira de ser e nosso destino como povo e como Nação estão estreitamente ligados entre si: uma e outra guardarão sempre as mesmas coordenadas, porque é o homem que faz sua própria História — ninguém mais.

Que nos reserva o futuro? Devemos manter-nos como somos? Devemos modificar-nos? São perguntas que ninguém poderia sensatamente responder sem os riscos da ufania ou do pessimismo. Houve sempre no Brasil o presságio de uma grandeza futura: o dilema das nações como a nossa é progredir, ou estacionar — o que equivale a morrer em vida. Possuímos um balanço de caracteres altamente favorável em que os traços de ternura, amor ao próximo, espírito de solidariedade, ambição sadia e pacifismo sobrelevam em peso específico a quantos defeitos nos possam apontar analistas mais rigorosos. — falta de convicção, inconstância, superficialidade, impaciência e outras tantas imperfeições que desafiam a primeira pedra de quem delas se considera indene. O brasileiro é assim — e assim será até que por si mesmo encontre os seus próprios caminhos definitivos: espontâneo, emotivo, vivaz, ardente, sentimental, desconfiado, surgindo que foi da conciliação de conflitos humanos — "num estilo de vida que consiste em ter criado o máximo de felicidade social até hoje sonhado por teorias e profetas".

As nações comparecem perante o mundo tal como são, em si mesmas: levam consigo as suas virtudes e os seus vícios; suas grandezas e seus fracassos; sua nobreza e suas debilidades e também como tal devem ser creditadas, ou debitadas, no grande balanço nas relações de nação para nação, de mundo para mundo em que o próprio mundo se divide. O Brasil não é melhor nem mais imperfeito do que qualquer outra nação: o que talvez possuamos em grau mais apreciável é o senso de equilíbrio entre os dois comandos sensoriais que SPENGLER identificava — um, nos gregos, que é a alma; outro, nos romanos — que é a inteligência. Pois nós temos a um tempo inteligência e alma: é bem este o sentido universalista de nossa cultura e de nossa civilização. Se houver um dia o homem ecumênico de JOÃO XXIII, esse homem seremos nós. É porque temos em nós todos os mundos: o do português, e com ele o Oriente fascinante; o africano, e com ele aquele imenso continente de ilimitada grandeza em bens humanos; o nativo que um dia foi o emigrante de outras terras onde Deus criou o Homem.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — MONTAIGNE — "Ensaaios"
- 2 — RONSARD — "Ode contre Fortune"
- 3 — JEAN DE LERY — "Histoire d'un Voyage au Brésil"
- 4 — IVO DEVREUX — "Viagem ao Norte do Brasil"
- 5 — AFONSO ARINOS — "O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa"
- 6 — ROUSSEAU — "Discours sur l'Inégalité"
- 7 — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA — "Raízes do Brasil"
- 8 — AMOROSO LIMA — "Interpretação dos Interesses do Povo Brasileiro"
- 9 — CASSIANO RICARDO — "O Homem Cordial"
- 10 — GILBERTO FREYRE — "As Forças Armadas e Outras Forças" — "A Lição Brasileira de Assimilação Racial" — The Times — Londres — 7-II-66
- 11 — PAULO PRADO — "Retrato do Brasil"
- 12 — T. S. ELLIOT — "Notas para a Interpretação de Cultura"
- 13 — J. D. HUISTER — "Le Droit de Greve et sa Reglementation"
- 14 — CALDERAN BELTRÃO — "A Família"
- 15 — OLIVEIRA TORRES — "A Estratificação Social no Brasil"
- 16 — EUCLIDES DA CUNHA — "Os Sertões"
- 17 — JOÃO MANGABEIRA — "Rui"
- 18 — EDUARDO PRADO — "A Ilusão Americana"
- 19 — TOBIAS BARRETO — "Estudos de Sociologia"
- 20 — THEVET — "Singularités de la France Antartique"

VOCÊ SABE POR QUE RUFAM OS TAMBORES NAS EXPULSÕES?

DOCUMENTO N. 93

Ordem Expedida ao m.^{mo} Snr. Ajd^{te} das Ordens (1)

Amanhan 3.^a fr^a, q' se contão 18 do corrente mez pelas 7 horas da manhan, se achará postado o Regim.^{to} da Artilharia no Campo da Lampadoza, como tambem de cada hum dos outros Regim.^{to} hua Comp.^a, p.^a assistirem ao acto de se publicar a Sentença proferida contra os Reos Incendiarios, q'se-achavão destacados na Ilha da Santissima Trind.^e, cujos Reos, mandará o Chefe da Acção, buscar á prizão por hum Off.^{al} Inferior com hua Escolta competente; Ordenando, venha cada hum com o seu uniforme complecto; Logo q' cheguem os m.^{mos} Réos, os fará vir ao Centro do Regim.^{to}, e depois de os fazer ajoelhar, se lhe intimará a Sen.^{ca}, e logo q'a ella se dê fim, se lhe mandará despir todos os seus uniformes, e se recolherão os Réos á Cadêa desta Cidade, na conformidade, q' o determina a m.^{ma} Sent.^{ca}. Advirto mais, q'as Comp.^{as}, que deverão marchar a Acção se formarão nos Lados do Regim.^{to} de Artilharia, q' nesta occazião faz o Centro. O Chefe do mesmo Regim.^{to} mandará formar o Circulo, ou qualq.^r outra figura, q' facilite mais poder ouvir toda a Tropa, clara e distinctam.^{te} a m.^{ma} Sen.^{ca}. Lembro mais, q' se devem fazer alguns signaes com as Caixas p.^a evitar bulha, ou conversaçoes q' possam alterar o justo valor, q'se deve dar ao presente cazo. Rio 17 de Setembro de 1792 — Conde de Rezende. (1)

UM "PÉ CHATO" QUE MARCHOU 2.000 KM

Cap. Inf

FILADELFO REIS DAMASCENO

Em novembro de 1959 empreendemos a "Operação Fibra", marcha a pé de Aracaju a Salvador e, no ano seguinte, participamos da marcha a pé de 700 km de Carinhanha a Brasília, quando da inauguração da nova Capital do País. Ensinamentos diversos foram colhidos em ambas as jornadas que tivemos a honra de comandar porque tivemos o cuidado de observar, indagar dos demais participantes, comparar, anotar tudo aquilo que nos pareceu de interesse. Estudamos a resistência à fadiga, à fome, à sede, verificamos o comportamento dos vários tipos de coturnos, a adequabilidade do fardamento, a possibilidade dos recursos locais suprirem a tropa.

Dentre as observações feitas uma há que ressaltar, pela importância de que se pode revestir: Um "pé chato" marchou 2.000 km, o total das nossas andanças pelo sertão, computados os treinamentos e as marchas propriamente ditas. Como o assunto é deveras interessante e, por certo, despertará a atenção dos companheiros do Serviço de Saúde, permitam-me descrevê-lo nas suas minúcias. Penitencio-me, desde logo, da impropriedade de linguagem e imprecisão técnica, desculpáveis num leigo no assunto. O meu propósito é tão somente despertar a atenção dos especialistas para o fato, na crença de estar contribuindo para a apreciação do problema sob novos ângulos.

Ao se proceder a inspeção de saúde dos voluntários da Marcha Bahia—Brasília, um dos médicos componentes da Junta que examinava os candidatos à difícil prova de resistência, voltou-se para um cabo e diagnosticou, após um exame detalhado:

— Você não agüentará a marcha porque tem "pé chato".

Fiquei muito surpreso com o singular da situação. O Cabo Manoel dos Reis Cardoso, a quem o médico se dirigira, havia realizado juntamente comigo a marcha de Aracaju a Salvador e suportava galhardamente todo o treinamento anterior, a ponto de ser escolhido para porta-símbolo do meu heróico pelotão. Jurei do meu dever ampará-lo naquela ocasião e quebrar lanças para que fôsse incluído no Grupamento da 6ª RM, não só porque se tratava de elemento disciplinado e eficiente, como também porque o seu temperamento alegre, de constante bom humor, estimulava a camaradagem e o rendimento da marcha. A expli-

cação para o fato dêle ter participado da primeira marcha é que naquela ocasião a seleção foi feita por mim, um tanto no "ôlhometro", o que não impediu que todos chegassem a destino em excelentes condições físicas.

Visando ajudar o Cabo Cardoso que já demonstrava sinais de desapontamento com o afastamento da marcha solicitei a outro médico da Junta que o examinasse e o Dr. Tomás Bastos confirmou o diagnóstico de seu colega: "pé chato". De igual modo opinou pela não inclusão entre os executantes da marcha uma vez que o mesmo não suportaria a grande jornada. Até aquela ocasião agia levado pelo desejo de ajudar um subordinado, mas, de repente, percebi que a questão tornava-se atraente face a existência de um ângulo que eu conhecia mas que era desconhecido para os médicos. Eu não tinha a menor dúvida de que o Cabo Cardoso concluiria a marcha sem percalços e expus o meu pensamento e os fatos em que se baseava.

Os membros da Junta continuavam a julgar temerário conduzi-lo entre os participantes pois certamente aumentaria o número dos estropiados. Com muito esforço consegui convencê-los a incluí-lo no Grupamento. Ponderei que a sua inclusão na marcha era um teste interessante sob qualquer aspecto: Se êle não suportasse a marcha ficaria mais uma vez comprovado o acêrto da prescrição que incapacita para o serviço militar os portadores de tal anomalia. Caso o Cabo Cardoso completasse o percurso sem dificuldades igualmente mereceria a atenção dos especialistas.

Desta forma, o Cabo Cardoso, conhecido pelos seus companheiros como "Quarentinha", devido a semelhança com o jogador de futebol, permaneceu entre os selecionados. O seu procedimento suplantou as mais otimistas previsões, quer durante a fase dos treinamentos ou durante a realização das marchas: sempre a mesma fleugma, a mesma despreocupação, não dando o menor trabalho ao médico da coluna. Confirmou os nossos prôgnósticos e demonstrou praticamente que um "pé chato" pode realizar marchas a pé.

O fato está apresentado tal qual ocorreu. Não pretendemos invadir searas alheias mas apresentaremos algumas considerações que nos parecem ter cabimento. A primeira delas é que, a nosso ver, o caso apontado não constitui uma simples exceção. A anomalia de que é portador o Cabo Cardoso, "pé chato" típico, é muito comum entre os sertanejos nordestinos. No seu próprio meio são chamados de "pés de pato" o que não os impede de longas e contínuas caminhadas impostas pelas contingências da vida campestre. Assim sendo, julgamos que o caso abordado por nós é apenas um entre muitos outros semelhantes que vêm confirmar que alguns "pés chatos" ou, ainda, determinados tipos de pés chatos são aptos a marchar.

Ao término daquela inesquecível jornada procuramos registrar o fato e batemos inclusive várias fotografias das famosas plantas do

"Quarentinha" das quais dispomos de poucas cópias que cederemos com prazer aos que se propuserem a estudar o caso. Na mesma oportunidade sugerimos fôsem feitas radiografias dos pés para servirem de subsídios para um estudo completo. De qualquer maneira, o ex-cabo Manoel dos Reis Cardoso é funcionário da Petrobrás, reside no município de Mata de São João e se prestaria de bom grado a qualquer exame exigido pelos especialistas.

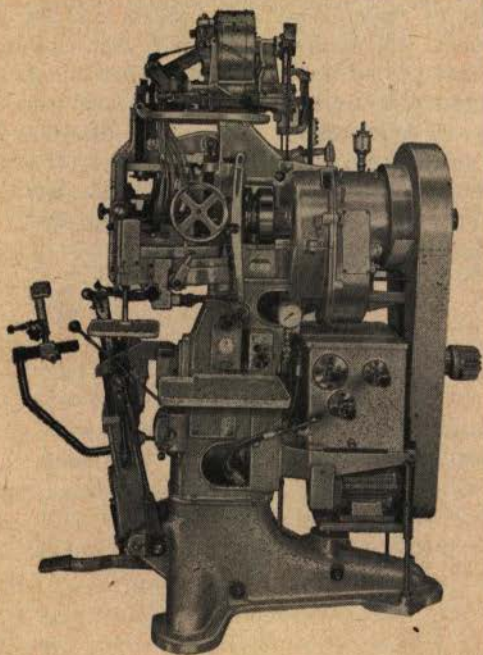
Demonstrado, na prática, que o "pé chato" é capaz de marchar, passo a palavra aos companheiros do Serviço de Saúde. Dêles deve vir a explicação para o fenômeno que não deve ser encarado como um caso esporádico. Não é muito raro encontrarmos atletas, corredores, jogadores de futebol, possuidores de tal anomalia. Tudo isto leva-nos a conclusão de que o caso merece ser estudado e que talvez apresente uma nova maneira de encarar o problema. A apreciação científica descobrirá as nuances, revelará quais os "pés chatos" que podem marchar e os que não o conseguirão nunca. Talvez mesmo altere o dispositivo que elimina sumariamente do serviço militar o indivíduo com aquela anomalia e traga novas esperanças para sinceras vocações que se frustram por aquele motivo. Embora já honvéssemos historiado o fato logo após a Marcha Bahia—Brasília num jornal da Guanabara, voltamos ao mesmo, em virtude de não ter recebido a atenção que nos parece merecer. Agora, com a palavra os camaradas do Serviço de Saúde, a quem compete dar a última e definitiva palavra sobre assunto tão palpitante.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!



MOENUS

*constrói,
há mais de 100 anos,
máquinas de alta qualidade para a*
INDÚSTRIA DE CALÇADOS



FABRICAÇÃO DA GASPEA
PREPARAÇÃO DO SOLADO
CONSTRUÇÃO DOS
SALTOS

CORTE
SECÇÃO DE MONTAGEM
FIXAÇÃO DE SOLAS E
SALTOS
ACABAMENTO
FURNITURAS

FORNECEDORA DA
INDÚSTRIA MILITAR
DE CALÇADOS

CALZERA 1224 HA

máquina automática de montar calcanhar com suporte
hidráulico das fôrmas

MASCHINENFABRIK MOENUS AG

RIO DE JANEIRO

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — 17°/18° — CP 759 — ZC-00

UMA SUGESTÃO

Cel Art (QEME)

ANTÔNIO PAIVA ALMEIDA

O EXÉRCITO PRECISA DE TENENTES

Para sanar essa deficiência foram tomadas medidas para atrair à carreira militar os cidadãos que completam o segundo ciclo do ensino médio em todo o Brasil.

Paralelamente, é efetuada a convocação de 2^{os} Tens R/2 para o preenchimento dos claros existentes nos Corpos de Tropa. Providência esta de cunho nitidamente temporário.

O preenchimento inicial de todos os claros nos efetivos atribuídos à 1^a RM originou o acúmulo de candidatos e, em decorrência, uma norma de seleção que tem enviado à tropa 2^{os} Tens R/2 bem dotados para serem bons oficiais.

Se bem que tenha sido notado, a princípio, que candidatos a estágio de serviço apenas visavam melhor remuneração do que o obtido em empregos civis, ultimamente é evidente o entusiasmo dos que conquistam o direito de convocação. Dia a dia mais candidatos apresentam-se dispostos a servirem em qualquer Guarnição.

A 1^a RM em curto prazo ultrapassará o total de trezentos Tenentes R/2 das Armas e do Serviço de Intendência convocados. Da leitura das folhas de alterações semestrais enviadas conclui-se que a maior parte deles exerce suas funções satisfatoriamente. Alguns, mesmo, são objetos de significativos louvores de seus Comandantes.

A prorrogação anual do estágio, exigindo o parecer favorável do Comandante, é um fator de seleção para eliminação dos que não correspondem.

Os 2^{os} Tens R/2 das Armas e do Serviço de Intendência convocados possuem o nível de escolaridade exigido para o ingresso na AMAN. Após um ano de serviço ativo, sedimentaram os conhecimentos militares e revelaram seu caráter e sua capacidade como oficiais no ambiente próprio, isto é, a caserna.

Por que não aproveitá-los?

Por que não elaborar um critério seletivo — em que se faça valer ponderavelmente a informação do Comandante do Corpo de Tropa sobre

seu subordinado — e fazer os escolhidos cursarem a AMAN onde seriam aperfeiçoados profissionalmente e seria elevado seu nível cultural?

É digno de nota o fato de que tôda legislação passada e presente sôbre a convocação de oficiais médicos R/2 insiste sempre num capítulo sôbre o ingresso no serviço ativo do Exército. O aliciamento é claro e tem dado resultados. Não maiores, porque os médicos sentem a necessidade de se enraizarem em determinado local para garantir o êxito profissional e temem as transferências após o ingresso no Quadro da Ativa do Exército.

Um civil não reservista que ingressa na AMAN é uma incógnita. Poderá ou não, adaptar-se à vida militar, ou, ainda, imperfeitamente, o que é pior.

O aproveitamento dos 2^{os} Tens R/2 eliminaria a dúvida. Já revelaram, praticando, virtudes e defeitos, além de terem demonstrado possuir o requisito fundamental para o ingresso na Ativa do Exército: amor à vida militar.

O trabalho da AMAN seria facilitado e o resultado garantido.

Não há falta de vocações militares na mocidade brasileira.



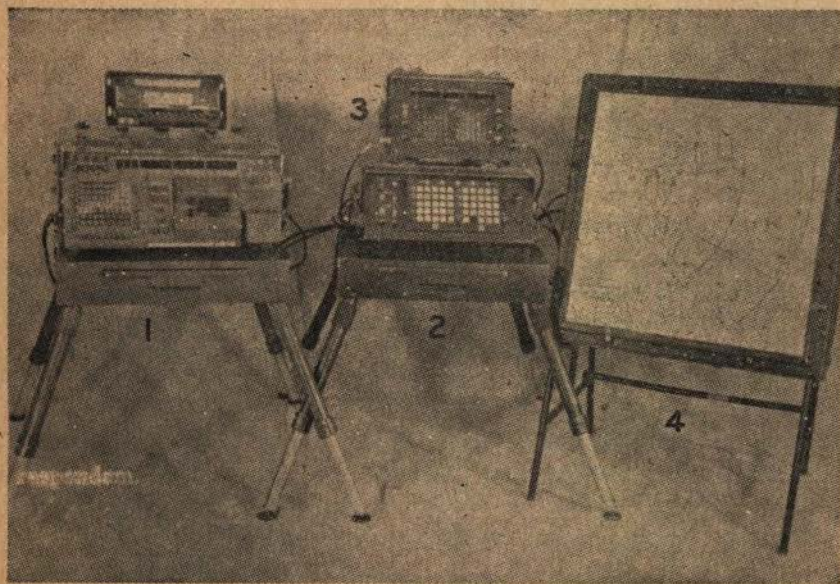
APOIO DE ARTILHARIA

Cap ROGER C. LAUDATI e Cap THEODORE B. PATTERSON
Traduzido e adaptado pelo Cap de Art NEWTON ELMOR PADÃO

NA MODA DE APERTAR BOTÕES

Com o emprêgo do computador eletrônico FADAC (Field Artillery Digital Automatic Computer), a central de tiro, tradicionalmente o centro das operações de Artilharia, foi aperfeiçoada em termos de rapidez e precisão no apoio de fogo.

A direção de tiro é, realmente, um problema complexo, requerendo uma perfeição que só pode ser obtida com um longo treinamento. O desencadeamento de uma missão requer um trabalho metuculoso, envol-



1 — Computador que está sendo distribuído às unidades. 2 — A mesa do oficial de Artilharia que dá ao S3 meios eletrônicos de direção de fogo, incluindo a transmissão de comando às Bais de Tiro. Ela será utilizada em conjugação com 3 — o painel de unidade onde o Cmt da LF poderá ler comandos de tiro enviados da C Tir. 4 — a prancheta de tiro elétrica usada pelo S3 para estudar a posição relativa dos alvos, a situação tática e avaliar as possibilidades de tiro. Os alvos são representados como pontos iluminados através de dados introduzidos no computador. Os objetos 2, 3 e 4 não estão ainda em distribuição. (1964)

vendo cálculos, réguas, pranchetas e cartas. O resultado obtido é o mais exato possível, dentro das limitações do tempo.

Para o Observador Avançado ou para o Comandante da Cia, os poucos minutos de espera, após ter solicitado um transporte de tiro, pareciam intermináveis. O alvo, na maioria das vezes, movia-se ou desaparecia. Era necessário maior rapidez no cumprimento de missão de tiro sem, no entanto, esquecer a precisão.

As duas condições básicas, rapidez e precisão, jamais poderão ser esquecidas pela Artilharia, mesmo em se tratando de batalhas nucleares.

O FADAC é um importante passo para a solução do problema.

A quantidade substancial de elementos essenciais nas pranchetas de tiro pode ser acumulada na memória do computador, junto às variadas características do material. Dêste modo, embora o FADAC necessite da mesma quantidade de dados do processo manual, a economia de precioso tempo na determinação dos comandos de fogo é significativa, sobrepunhando, em muito, a habilidade manual.

A surpresa obtida com fogos precisos sobre um alvo, sem necessidade de regulação, com a conseqüente perda de tempo, será proporcionada pelo novo sistema, constituindo-se num importantíssimo fator a considerar nos campos de batalha.

Quais as possibilidades do FADAC? Realiza 12.500 adições e subtrações e 700 multiplicações ou divisões por segundo. Processa mensagens meteorológicas coordenadas de alvos (levantamento) e dados de tiro. O aparelho, acondicionado, pesa cerca de 91 kg podendo facilmente ser transportado por 2 homens; é alimentado por um gerador a gasolina de 400 ciclos.

A instrução do operador é simples e rápida, embora exija um conhecimento pequeno de termos eletrônicos.

Quanto à manutenção, o comando não terá maiores preocupações, já que a simplicidade é uma característica de todo o sistema. A Manutenção de 2º escalão é realizada no nível divisão, envolvendo a troca de peças defeituosas, enquanto o reparo de componentes é feito no alto escalão.

O computador é inteiramente transistorizado, utilizando circuitos impressos intersubstituíveis, não havendo necessidade de um técnico experiente no nível unidade ou divisão.

Como o FADAC ajuda o Comando?

Com a aplicação de suas duas mais importantes características, a rapidez e a precisão, o comando, sem dúvida, se beneficiará com o emprego do computador.

Antes, com a Central de Tiro convencional, a Artilharia necessitava realizar regulações em busca de precisão. O desencadeamento do fogo de surpresa sem regulação era possível, mas sujeito às imperfeições cau-

sadas pelas condições meteorológicas, variações de velocidade inicial, erros de operador na coleta de dados e outros fatores imprescindíveis. Missões de tiro em alvos inopinados exigiam ajustagem através do enquadramento sucessivo de alvo antes, de se entrar na eficácia. Agora, com o emprêgo do computador, a Artilharia pode desencadear fogos de surpresa, atuando eficazmente aos primeiros tiros, sem regulação, e sobre alvos inopinados, sem ajustagem.

Não devemos esquecer, também, que, não se realizando regulações e ajustagem, uma boa parcela de munição é economizada, representando, em pouco tempo, um dado significativo que não deve ser desprezado.

O Computador alcança a sua eficiência máxima ao resolver problemas de míssil ou foguete, resolvendo-os em frações de tempo necessária a um operador manual. Por exemplo: o FADAC reduz o tempo necessário para processar o "Honest John" e "Little Jonh" de 80%. Para o míssil "Red Stone", o trabalho manual leva 3 horas para desencadear o lançamento. Com o computador, este tempo se reduz a cinco minutos.

A precisão do sistema, por certo, causará maior impacto no campo de batalha, proporcionando à Artilharia convencional atingir a sua máxima eficiência.

O computador emprega os elementos disponíveis para processar toda a trajetória, não apresentando a solução até ter dados que lhe permita enquadrar do alvo em 10 metros. É bom que se diga que o sistema é função dos dados que recebe. Dados precisos, funcionamento eficiente.

A Artilharia, na missão de apoio à Infantaria, poderá, agora, responder rapidamente aos pedidos de tiro, com fogos precisos sobre o alvo, em quaisquer condições meteorológicas, quer de dia ou à noite.

Não obstante, deve a Artilharia manter a sua capacidade dupla, operando com o computador e com os métodos normais. Embora raramente se empregue o trabalho manual, as eventualidades podem surgir, tornando inoperante o sistema eletrônico. Dêste modo, um preparo eficiente dos elementos de operações, através de programas de instrução prevendo a conduta de tiro com os dois sistemas, habitará positivamente o cérebro da Artilharia. A primeira vista, o problema instrução agrava-se; no entanto, as vantagens concretas superam tal problema.

O FADAC é, sem dúvida, o avanço mais significativo da Artilharia, desde o começo da 2ª Guerra Mundial, possibilitando rajadas rápidas e precisas sobre o inimigo, dando uma real capacidade de surpresa à poderosa "Ultima ratio regis".

TV EDUCATIVA

Solicitado a opinar a respeito de televisão educativa, assim se pronunciou o então senador candidato à presidência dos Estados Unidos, Senhor John F. Kennedy.

14 de outubro de 1960.

Sr. William Harley

Presidente da "Associação Nacional da Radiodifusão Educativa"
Dupont Circle Building, Washington, DC

Prezado Sr. Harley:

É um prazer estender meus cumprimentos e votos de bons preságios à 36ª Convenção da "Associação Nacional da Radiodifusão Educativa".

Vossa reunião se processa numa hora em que a liderança americana está sendo desafiada como nunca o foi em sua história; num momento em que o nosso bem-estar como nação está em perigo.

Se devemos nos defender com eficiência, num mundo em tensão internacional e progredir, nossa confiança na potência de nosso sistema educacional não deve ser menor do que nossa confiança na potência de nossa organização militar. Jefferson atribuía a maior importância à "difusão do conhecimento entre o povo. Não vemos outro alicerce mais seguro", dizia ele "para preservação da liberdade e felicidade". A grandeza nacional e a educação mantêm uma correlação nítida; qualquer delas não pode e não tem sido, através da História Americana, concretizada sem a outra.

Hoje nossas escolas, em todos os níveis, enfrentam uma crise de proporções espantosas em termos de "deficits" em dólares, professores, salas de aula e serviços. O progresso americano e mesmo nossa sobrevivência nacional dependerão do modo pelo qual nós, como Nação, atuarmos face às constrangedoras fraquezas e deficiências de nosso sistema educacional.

Devemos aproveitar todos os meios ao nosso alcance para ajudar a educação a suprir essas terríveis deficiências e aprimorar tanto qualitativa como quantitativamente as oportunidades educacionais à disposição de nossos patrícios, em todos os níveis, nas escolas ou fora delas.

A televisão, instrumento que tem o poder de ensinar mais coisas a mais gente em menos tempo do que qualquer outro meio já vislumbrado, nos parece uma ferramenta providencial para vir em auxílio da educação. ()*. A televisão educativa já provou ser um valioso suplemento à educação formal e um meio direto para proporcionar educação formal.

A despeito dos esforços heróicos de gente como a que compõe o vosso grupo para criar estações de televisão educativa no território dos Estados Unidos, somente uma pequena parcela do possível foi concretizada. Até a presente data, apenas 50 dos 256 canais foram postos em funcionamento e dois terços de nossa população não tem ainda acesso à televisão educativa. Isso não decorre da falta de zelo ou interesse por parte dos educadores ou funcionários estaduais ou municipais, mas, principalmente, da falta de fundos para o investimento de capital inicial necessário à concretização das estações.

Uma vez que a educação é matéria relacionada com o interesse nacional, o Governo Federal deve ajudar a desimpedir e acelerar o emprego da televisão: como meio audiovisual comprovado, nas escolas do País, das elementares às superiores; e como um processo de fazer face às necessidades da educação de adultos. ()*. Nesse sentido o governo já tomou uma boa providência inicial por meio da "Lei da Educação e Defesa Nacional"; outras medidas devem ser tomadas para auxiliar o desenvolvimento da televisão educativa em benefício de todo o povo. Eu vos prometo apoiar ativamente no próximo período de sessões do Congresso uma legislação adequada que conduza a êsse objetivo e vou solicitar que meus colegas do Partido Democrata também o façam.

Finalmente, eu gostaria de congratular-me com a "Associação Nacional da Radiodifusão Educativa", pelos destacados serviços já prestados, almejando-lhe sucesso permanente no trabalho de desenvolver os meios eletrônicos no sentido de utilizar toda sua potencialidade a serviço da educação americana e do bem-estar de nosso País.

JOHN F. KENNEDY

(Tradução do Gen Bda Ref Taunay Drummond Coelho Reis).

(*) O grifo é do tradutor.

NÃO IMPORTA
QUE ALGUÉM
ESTEJA SÓ.



DE
CERTA MANEIRA,
SHELL TAMBÉM
ESTÁ PRESENTE.

Num detalhe. Ou em algo de extrema importância. Em parte ou no todo. Tanto faz. O fato é que Shell está presente. Porque, cada vez mais, petróleo e bem-estar se identificam em função do homem. E muitas pesquisas e descobertas sobre isso foram e continuam sendo feitas nos laboratórios Shell. É uma

resina sintética anticorrosiva, um melhor óleo lubrificante. Tudo o que exige um mundo de trabalho, até diluir-se no dia-a-dia de todos. Pois o que importa é que Shell também possa estar presente onde quer que alguém esteja, mesmo só.

VOCÊ PODE CONFIAR NA



COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1967/1970)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General José Campos de Aragão

Diretor-Secretário — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga

Cel Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL — 1967

EFETIVOS:

Mar João Baptista de Mattos

Cel José de Sá Martins

Maj Sady de Almeida Vale

SUPLENTES:

Gen Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

Maj Lauro Lima Santos

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Redatores: Ten-Cel Inf Eduardo de Ulhoa Cavalcanti

Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi

Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria

Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."